



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 17ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear o Grupo Zema, de Araxá, pelos 90 anos de sua fundação

1.2 - 18ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear a Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG - pelo centenário de sua fundação

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/4/2014

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Bosco – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Ricardo Zema – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Ivair Nogueira – Bosco – Braulio Braz.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) – Às 20h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Braulio Braz, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Grupo Zema, de Araxá, pelos 90 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ricardo Zema, presidente do Grupo Zema, de Araxá; Emílio Parolini, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas; e deputados Braulio Braz, vice-presidente da Comissão de Turismo desta Casa, e Bosco, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença neste ato do Exmo. Sr. Lúcio Costa, presidente da Suggar e, em seu nome, estendemos nossas saudações aos diversos representantes do setor empresarial que são parceiros da entidade homenageada desta noite. Registramos também a presença do Exmo. Sr. Álvaro Eduardo Goulart, subsecretário de infraestrutura da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.



Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será apresentado pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, conduzido pelo 1º-Ten. Marco Aurélio Araújo Lacerda.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Bosco

Senhoras e senhores, muito boa noite. Quero fazer uma saudação ao nosso amigo deputado Ivair Nogueira, que nos honra presidindo esta reunião, representando aqui o presidente da Assembleia Legislativa, nosso amigo Dinis Pinheiro. Quero saudar também com muita alegria e satisfação este grande empreendedor araxaense e amigo, o Sr. Ricardo Zema. É um prazer e uma honra tê-lo aqui conosco. Quero saudar também o araxaense e presidente da Federaminas, o amigo e empresário Emílio Parolini.

Saúdo também o deputado Bráulio Braz, grande parceiro de jornada na Assembleia de Minas Gerais. Quero saudá-los, de forma carinhosa, e, ao saudá-los, faço aqui os nossos agradecimentos ao Conjunto de Câmara da Orquestra da Polícia Militar. Quero saudar a todos na pessoa do regente, o Ten. Lacerda. Muito obrigado pela presença. Quero saudar também, de forma especial, a Sra. Maria Lúcia Santos Zema, esposa do nosso homenageado, a sua filha Luciana e o seu neto Giacomino, aqui presentes, representando toda a família Zema. Quero saudar a todos e a todas, saudar os empresários presentes, representando vários segmentos da indústria de Minas Gerais. Faço uma saudação especial a todos os telespectadores que estão, Sr. Ricardo, nos acompanhando pela TV Assembleia, presente em mais de 400 cidades de Minas Gerais, principalmente na região metropolitana, por meio do canal aberto.

Sr. Ricardo Zema, esta é uma noite memorável para a Assembleia de Minas Gerais, que tem a oportunidade, neste ato solene, de render aqui uma justa homenagem ao senhor, à família Zema e a esse Grupo Zema que tem construído história e contribuído sobremaneira no desenvolvimento de toda Minas Gerais e também do nosso país. Ricardo Zema é neto de imigrantes italianos, que aportaram no Brasil no final do século XIX. Seu avô, Domingos Zema, foi iniciador dos negócios que se transformaram na grande organização que leva o nome da família Zema e está entre as maiores empresas de Minas Gerais e do País. Grande inspirador de Ricardo, Domingos Zema chegou ao Porto de Santos, aos 9 anos de idade, como um entre os cinco irmãos que acompanharam os pais na aventura da imigração.

No Brasil, o lugar ao sol no mundo dos negócios estava reservado ao espírito sagaz daquele menino originário da Calábria. Com a família, vivenciou o ambiente de trabalho das fazendas cafeeiras paulistas quando o café valia ouro, representava ouro no Brasil. Foi na cidade de Ribeirão Preto, como jovem atento à evolução do automóvel no País, que abraçou uma profissão nascente e prestigiada naquela época: a de chofer. O passo seguinte foi estabelecer-se como comerciante e prestador de serviços pioneiro do ramo no interior de Minas Gerais, mais precisamente na nossa querida Araxá.

O pioneirismo estava presente em praticamente tudo o que Domingos fez nas primeiras décadas do século XX. Foi locador de automóvel para viagens e eventos, dono de oficina de autos, revendedor de peças e combustíveis, agente autorizado Ford naquela época. A semente deixada por ele frutificou num pomar inteiro pelas mãos do neto Ricardo.

O pai de Ricardo era o Sr. Romeo Zema, filho primogênito de Domingos, piloto e um dos fundadores do Aeroclub de Araxá. Ele veio a falecer em acidente aéreo em um voo comercial entre o Rio de Janeiro e São Paulo, quando já tinha voz ativa nos negócios da família.

Ricardo contava com seus exatos 14 anos quando se viu sem a proteção paterna. Sua reação ao trauma foi a opção pelo trabalho sem trégua. Ele arregaçou as mangas e passou a funcionário da empresa, que acabava de perder um dos sócios, o seu pai. Naquela época, resvalava uma grande crise. Nessa circunstância, adotou a máxima trabalho, trabalho, trabalho, que seria e é a sua marca registrada.

Em pouco tempo, com a determinação que sempre deixou evidente e apoiado pelo avô, passou a tomar decisões e a agir com autonomia nas questões vitais para a empresa. Estabeleceu e perseguiu estratégias saneadoras. Liderou uma volta por cima da crise e caminhou naturalmente para assumir a direção dos negócios da família.

Ricardo, logo após o casamento com sua inseparável Maria Lúcia, dedicou-se ao árduo trabalho de cromagem nos fundos de sua primeira loja de autopeças, ao lado de sua nova residência, precisamente na Avenida Getúlio Vargas, dando o pontapé inicial ao sólido e consistente Grupo Zema. Foi nessa casa, bem ao lado de sua atual casa e junto ao posto de abastecimento de combustíveis da família, que nasceram seus filhos, o primogênito Romeu, que hoje dirige as empresas, e o Romero, também diretor do Grupo Zema.

Quem passava por ali sempre notava o Sr. Ricardo brincando com aquelas duas crianças que se misturavam a brinquedos dentro de um chiqueirinho, que era um cercadinho de madeira todo acolchoado e muito utilizado na ocasião para deixar os filhos sem prejuízo do trabalho e do lar. Mais à frente, já onde reside até hoje, nasceu Luciana, sua filha caçula. Atualmente Ricardo Zema divide seu tempo entre as empresas, seus filhos, noras, genro, e ainda com sete netos, sendo exemplo de trabalho para a família, para nós, araxaenses, para os mineiros e, por que não dizer, para todos os brasileiros.

A partir daí, a empresa jamais deixou de crescer. Ricardo foi assumindo o comando dos negócios e vieram outros postos de gasolina tanto em Araxá quanto na região, revenda de veículos, construtora, madeireira, entre outras atividades econômicas, gerando trabalho, renda e gente feliz, o que já valeu e vale para o Grupo Zema. Em diversas ocasiões, o Grupo Zema constou na lista das melhores empresas para se trabalhar em todo o Brasil. Tornou-se uma constância ver publicado, nas maiores revistas, a exemplo da *Exame*, o Grupo Zema como uma das melhores empresas para se trabalhar neste Brasil.

Atualmente o grupo dirigido por Ricardo, seus filhos e alguns poucos diretores, tem atuação destacada nos ramos de distribuição de combustível e lojas de departamento. São 459 lojas, distribuídas nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, e outros que estão vindo por aí, e ainda 287 postos de gasolina com a bandeira Zema. É muito comum, entre as nossas idas e vindas de viagens, ver a presença forte da marca do Grupo Zema por todo Estado.

Essas atividades garantem o sustento de quase 40 mil pessoas, considerando o total de 7.200 funcionários com emprego direto e ainda 1.800 com trabalho indireto. Para esse contingente de pessoas, o Grupo Zema disponibiliza plano de saúde, programa de proximidade entre empresa e colaborador, e investe ainda na qualidade de vida, oferecendo ginástica laboral, lanche saudável, incentivo à prática de atividades físicas e ao esporte, orientações sobre alimentação saudável, controle de peso, bem-estar físico e



emocional. Não é à toa que a Zema é apontada como uma das melhores empresas para se trabalhar neste país. Também com a comunidade, o Grupo Zema tem estreita relação, contribuindo com a Casa do Caminho, a Fundação de Assistência à Mulher Araxaense – Fama –, entre outras entidades, merecendo ainda destaque em sua preocupação com a educação, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Esse é o Grupo Zema. Esse é o nosso Grupo Zema, que, merecidamente e por nossa indicação, recebe nesta noite esta homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e, é claro, do povo mineiro. Parabéns, Zema! Parabéns, Ricardo Zema! Parabéns, Araxá! Parabéns, Minas Gerais, pelo exemplo de empresa que temos em nossa terra!

Obrigado, Sra. Maria Lúcia. Obrigado, mais uma vez, Sr. Ricardo Zema. Diz um ditado popular: ao lado de um grande homem, existe uma grande mulher. Por isso, Araxá, nossa região, Minas Gerais e o Brasil reconhecem, através desta homenagem, a importância e o significado desse casal e de sua família em nossa sociedade, gerando economia, riqueza e, acima de tudo, oportunidade para as pessoas.

Sr. Ricardo Zema, ao encerrar nossa participação na tribuna desta Casa, na condição de cidadão mineiro, cidadão araxaense, com muito orgulho, e na condição de deputado estadual por Minas Gerais, quero dizer-lhe que, nesta vida e neste mundo em que vivemos, existem homens, pessoas que transcendem o seu próprio tempo. E o senhor é um desses. O senhor tem feito a diferença. Essa nossa justa e simples homenagem é em reconhecimento e em gratidão por tudo aquilo que tem feito não só para Araxá, para Minas e para o País, mas pelas oportunidades dadas a tantos milhares de pessoas, que hoje dizem, com todo o orgulho, serem funcionários do Grupo Zema.

Portanto, é uma alegria imensa, uma satisfação sem tamanho, estar aqui neste momento tendo a oportunidade de render esta homenagem a esse grupo, que completou, no ano passado, 90 anos de existência. Tomara Deus que ele complete mais 90 e mais 90, sempre crescendo com qualidade e, acima de tudo, gerando oportunidade às pessoas. Muito obrigado e parabéns, caro amigo, Dr. Ricardo Zema.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Ivair Nogueira, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao presidente do Grupo Zema, de Araxá, Sr. Ricardo Zema, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Estar, há nove décadas, no mercado como uma referência de credibilidade e qualidade só é possível quando determinação e empreendedorismo caminham juntos. Com essas virtudes, o Grupo Zema, fundado em 1923, abrilhanta a sua trajetória em todos os segmentos em que atua, marcando presença em mais de 600 cidades brasileiras. Desde seu começo, o grupo persegue continuamente o objetivo de ser, cada vez mais, um orgulho para todos os seus clientes. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância do Grupo Zema para o nosso estado e para todo o País, rende a ele justa homenagem pelos 90 anos de sua fundação”.

O presidente – Gostaria de convidar o autor do requerimento, deputado Bosco; o deputado Bráulio; o homenageado e toda a Mesa para fazermos a entrega dessa justa homenagem.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Ricardo Zema

Boa noite a todos. Queria agradecer a presença de todos vocês, sobretudo ao nosso representante de Araxá, deputado Bosco, pessoa de muita amizade nossa há muito tempo; ao deputado Ivair Nogueira; ao Emílio Parolini, também de Araxá, hoje presidente da Federaminas; e ao deputado Bráulio Braz, amigo antigo. Quando começamos na revenda Chevrolet, ele já era concessionário. Hoje ele é o maior concessionário do Brasil.

Queria falar rapidamente sobre minha vida. O Bosco já contou o caso quase todo. Quando comecei a trabalhar e assumi nossa empresa, eu tinha 14 anos. Minha paixão era jogar futebol. Meu pai era muito enérgico comigo, ele me colocava de castigo e me dava tarefas para fazer. Mas, quando eu as terminava, ia jogar bola. Estava repetindo a 2º série do ginásio, então o que ele passou a fazer? Ele me trancava no quarto, me dava tarefa e levava a chave. Eu fazia aquilo correndo e ficava treinando embaixadinho. Cheguei a dar mil balões sem deixar a bola cair no chão.

Meu pai morreu em um acidente no dia 10 de abril, e o corpo dele chegou em Araxá somente no dia 14. Minha mãe quebrou as duas pernas, esmagou três vértebras da espinha e teve uma fratura na cabeça. Minha irmã tinha 7 anos e não teve nada. Houve muita agonia na espera deles. No dia seguinte, era dia de futebol. Meus colegas de escola e meus professores foram atrás de mim para eu jogar futebol, mas fui contrariado demais. O jogo começou, dei um sem-pulo na primeira bola e falei que nunca mais jogaria futebol. Tive um arrependimento muito grande de ter contrariado meu pai. Saí de lá, e me lembro que o portão do colégio estava fechado, então pulei o muro e fui para a nossa firma.

Comecei a trabalhar no dia 15/4/1957, há 57 anos. Nunca faltei a nenhum dia de trabalho e nunca adoeci na minha vida. Temos de dar graças a Deus por nossa saúde e pelo que nossos antepassados fizeram. Foi uma luta muito grande. Comecei a trabalhar com 14 anos, e o que eu sabia? Nada, mas fazia tudo lá na firma. Com 17 anos, terminei o curso de contabilidade, assumi a seção de peças, o posto de gasolina, a oficina e comecei a vender carro também. Dois tios trabalhavam comigo, um era irmão do meu pai e o outro era um cunhado, que ficou substituindo meu pai. Um deles tomava conta da oficina, e o outro era contador. Os dois juntos passaram a tomar conta dos negócios. Porém, os dois não tinham muita queda comercial, a situação foi ficando difícil e a firma foi ficando muito endividada. Eles tentavam vendê-la, mas eu falava para minha mãe não assinar e não vender.

Quando fiz 18 anos, minha mãe deu-me uma procuração para que eu a representasse na empresa. Às vezes eu saía para vender um carro e meu tio falava: “venda esse carro pelo custo, porque estamos apertados, precisando de dinheiro”. Eu perguntava: “é para vender por quanto?”. Vou dar um exemplo como se fosse hoje. O carro valia R\$30.000,00, e ele me falava para vendê-lo por R\$27.000,00 porque estávamos apertados. Eles não tinham queda para venda, mas me falavam: “procura o fulano, porque ele quer comprar o carro”. Um dia um fazendeiro rico de Araxá quis comprar um carro, e o meu tio mandou que eu vendesse um Simca Chambord para ele. Cheguei lá, mostrei o carro e expliquei como funcionava tudo. Ele me perguntou: “quanto é o carro?”. Eu lhe



respondi: "R\$30.000,00". Estou dando um exemplo no dinheiro de hoje, mas naquele tempo era bem mais. Ele me perguntou: "qual é o mínimo que você faz nesse carro?". Eu não tinha experiência e respondi-lhe que o venderia pelo preço de custo, R\$27.000,00. Ele se assustou e me perguntou por que eu estava vendendo por aquele preço. Eu lhe respondi que estávamos apertados, precisando de dinheiro. Então me disse que, em vez de comprar o carro, ele me emprestaria o dinheiro. Eu o levei até o meu tio, que pediu um dinheiro emprestado. Aquilo virou uma rotina, e começamos a pagar juros. Meu tio tentou vender a firma, tentou arranjar sócio, mas eu dizia para a minha mãe não assinar, que não deixasse que ela fosse vendida.

O ano de 1964 foi abençoado por Deus. Casei-me com minha esposa Maria Lúcia, que está aqui, no dia 18 de janeiro desse ano. No dia 1º/3/1964, meu tio chegou para mim, já que eu tomava conta da parte financeira e da contabilidade, e falou: "A chave do cofre está aqui. Vou sair da firma porque ela vai quebrar. Sou um homem honesto e não assino mais nada". Assim, assumi a empresa no dia 1º/3/1964. Havia 10 funcionários, contando comigo. Eu devia cinco vezes o patrimônio da empresa e não tinha nenhum imóvel e nenhum veículo. Eu tinha contas a receber, estoque de peças e endividamento. Foi uma situação muito difícil. Mas, graças a Deus, esse ano foi muito abençoado por Deus. Em outubro nasceu meu primeiro filho, o Romeu, que hoje é nosso principal executivo. Ele trabalha com o Romero, que nasceu no ano seguinte.

São dois grandes executivos que temos. Nesse mesmo ano, consegui sair do endividamento. Paguei as dívidas e comprei o primeiro caminhão nosso, um caminhão velho, que reformei. No princípio do ano, comecei a fazer transporte nesse caminhão. Como nossa venda era muito pequena, comecei a fazer transporte para os outros postos da cidade. Fazia o transporte durante o mês e, no final do mês, eu ia receber. Fui receber num posto que hoje é nosso, o Posto Zema 2, à que época era do Marcelo Nolli, meu colega. Fui receber, quando me pediu que comprasse dele um estoque de peças. Olhei, olhei, porque entendia muito de peças. Perguntei quanto ele queria pelas peças. Ele me respondeu que queria um caminhão de gasolina. Um caminhão de gasolina naquela época equivaleria hoje a R\$20.000,00. Eu propus dar a ele um caminhão de diesel, que hoje seria R\$10.000,00. Era a metade do preço. Ele aceitou, e comprei essas peças.

Comecei a transportar as peças num carrinho velho que tínhamos lá. Quando cheguei na nossa empresa, meu tio, que era sócio – eu era empregado, minha mãe era sócia –, perguntou o que eu estava fazendo. Eu disse que havia comprado aquelas peças. Ele disse que eu tinha mania de comprar ferro-velho e que não aceitava isso. Ele mandou que eu devolvesse tudo. Respondi que não podia fazer isso porque o negócio era muito bom. Ele repetiu que eu deveria devolver, que ele não aceitava aquilo. Novamente respondi que não poderia devolver, pois já havia feito um contrato. Então ele disse que tudo devia ficar comigo.

Como eu podia ficar com aquelas peças? Eu ganhava um salário mínimo, morava na casa da minha mãe, era casado, já tinha um filho. Como eu faria isso? Não tinha como. Eu sempre fui muito econômico. O valor era mais ou menos 10 mil. Mande um cheque para a companhia. Naquele tempo, 8.100 litros de óleo diesel representavam o valor de 1.044.044 cruzeiros. Eu não sabia se teria dinheiro para pagar aquilo. No dinheiro de hoje, seria mais ou menos R\$10.000,00. Eu tinha mil, faltavam nove. Mande o cheque com o extenso errado. Coloquei um milhão, quarenta e quatro mil, e quarenta e quatro mil. Eu tinha 30 dias de prazo para pagar o cheque. Se eu não conseguisse pagar o cheque, ele seria devolvido em razão do extenso errado. Certo?

O que eu fiz? Em uma semana, vendi, só de câmara de ar, para uma firma inaugurada em Araxá, que chamava Pneular, cujo dono se chamava Ozanan, 7.500. Eu tinha mil, fiquei com 8.500. Numa semana, inteirei os 10 mil, no dinheiro de hoje. Fui ao banco e falei ao gerente que haviam me ligado da companhia de São Paulo. Havia um cheque com extenso errado. Pedi que, na hora em que ele chegasse, me avisassem, pois colocaria uma ressalva nele. Tudo que tenho começou desse negócio.

Dessa pequena quantidade de peças com a qual fiquei, comprei uma cromagem. Coloquei as peças e a cromagem no fundo de minha casa. No dia 5/3/1966, eu estava trabalhando na cromagem, cujo serviço é o mais grosseiro que existe. Estava lixando um para-choque e todo sujo de graxa. Maria Lúcia chegou e me pediu que a levasse para o hospital porque o neném ia nascer, ela estava com cólicas. Saí correndo de lá. Cheguei em casa e fui tomar banho, porque estava imundo. Quando fui tomar banho, não havia água. Tinha racionamento de água. Fui ao poço e peguei dois baldes de água. Pus uma bacia no quintal. Demorei para tirar aquela graxa, aquela sujeira do corpo. Fui pegar um carrinho velho que tínhamos, e o pneu estava furado. Fui trocar o pneu, e o macaco estava estragado. Chegamos ao hospital faltando 10 minutos para as 6 horas. As 6 horas, nasceu o Romero, meu segundo filho, hoje o segundo executivo que temos. Ele é muito trabalhador e competente.

Tudo meu começou assim. Nesse mesmo mês, comprei uma autopeças em Ituiutaba. Tudo que tenho hoje saiu desse negócio, que começou a se desenvolver. No ano de 1969, comprei o segundo posto de gasolina, que era do Marcelo Nolli. Daí a seis meses, comprei o Posto Zema 3. Seis meses depois, comprei o posto de Uberaba. O negócio começou a se desenvolver. Começaram a surgir outros negócios. Hoje nossos negócios principais são combustíveis e eletrodomésticos.

Comprei a concessionária Chevrolet em 1976. E quando comprei essa concessionária, a Chevrolet fabricava geladeira Frigidaire, e eles vendiam geladeira Frigidaire, fogão Dako e Liquefígás. Comprei só o negócio, não comprei imóvel nem nada. Então, levei para o nosso imóvel. Quando cheguei lá, vi que não estava cabendo tudo. Então, onde eu iria vender geladeira Frigidaire? Não havia lugar. Eu tinha um ponto comercial pequeno e abri a primeira loja de eletrodoméstico. Começou daí. O negócio foi se desenvolvendo. Em 1980, construímos um prédio, um centro comercial em Araxá. São 67 lojas e 55 salas. Lá instalamos a segunda loja. Depois, inauguramos em Ibiá, e o negócio começou a se desenvolver. No ano de 1986, o Romeu formou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas e começou a trabalhar. No ano seguinte, o Romero também formou-se em administração de empresas, na Fundação Getúlio Vargas, e começou a trabalhar. Então, a partir daí, com a entrada deles, o negócio se desenvolveu bem, e chegamos aonde estamos hoje.

Entendo que, para vencer na vida, a gente tem de trabalhar muito, ser honesto e acreditar na nossa pessoa. Deixo aqui esta mensagem para vocês. Meus agradecimentos pela presença de todos. Um carinho todo especial para os que estão aqui comigo nesta homenagem. Tenham um ótimo final de semana. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Cumprimento o amigo Ricardo Zema, presidente do Grupo Zema de Araxá. Que história bonita! Cumprimento também sua esposa, Maria Lúcia Santos Zema; sua filha, Luciana Zema; e seu neto, Giacomo Zema. Cumprimento, ainda, o presidente da Federaminas, Emílio Parolini; e o deputado Bosco, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Deputado Bosco, vou falar um pouquinho sobre o seu trabalho, sua competência e sua importância para Araxá e para o Triângulo Mineiro. O Bosco é uma pessoa humilde, simples. Chegou a esta Casa e já foi logo assumindo a presidência da Comissão de Educação em razão de seu vasto conhecimento. É um dos deputados brilhantes que a Assembleia Legislativa tem. Temos um orgulho muito grande, Bosco, de contar com sua presença, com seu dinamismo e com sua efetiva participação.

O deputado Dinis Pinheiro, que é o nosso presidente, pediu desculpas pela ausência. Hoje ele se encontra em uma solenidade em São Lourenço. Amanhã, estará em viagem com o presidente do Tribunal de Justiça, cumprindo uma agenda muito pesada. Ele fez referência ao deputado Bosco e destacou a sua importância para a Assembleia.

A política hoje discute o voto distrital, o fato de cada região poder ter seu representante. Penso que Araxá se orgulha muito de ter um deputado como o Bosco, que representa o município e o Triângulo Mineiro. É um deputado muito atuante, envolvido na busca de soluções para o nosso estado, dando sempre uma contribuição efetiva.

Deputado Bosco, receba aqui os nossos elogios, os nossos parabéns pela sua participação e pela iniciativa de homenagear um grupo tão importante como o Grupo Zema, aqui representado pelo seu presidente, que nos dá um exemplo de vida, mostrando-nos que é possível vencer trabalhando com honestidade e competência. Ficamos emocionados ao ouvir as palavras do Sr. Ricardo, que servem para muitos que estão iniciando em seus empreendimentos. Minas Gerais orgulha-se muito do que o senhor fez por Araxá e por Minas Gerais, levando o nome Zema pelo Brasil afora.

Quero cumprimentar também o brilhante deputado Braulio Braz, um grande empresário. Quem o vê, pela sua simplicidade, não sabe o que a sua família representa para o Estado, ele que também é um empresário que merece todo o nosso reconhecimento pelo que faz por Minas Gerais e como secretário de Estado de Esportes, demonstrando a sua competência. Agradeço também ao Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que sempre abrilhanta as nossas solenidades, conduzido pelo seu regente, nosso amigo Ten. Marco Aurélio Araújo Lacerda.

Passo a ler agora o pronunciamento do presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro. (– Lê:)

“Há 90 anos, no chão de Minas, mais precisamente em Araxá, cujo nome indígena evoca o lugar onde primeiro se avista o sol, nascia uma grande aventura empresarial. Era uma aventura aparentemente pequena no início, mas que, graças à capacidade de trabalho e à firmeza de objetivos de seus dirigentes, resultou na formação de um de nossos mais sólidos grupos comerciais. Com atuação nacional, presente em cidades de oito estados e atuando com uma diversidade de produtos e serviços, o Grupo Zema dedica-se a negócios que incluem veículos automotores, combustíveis, móveis, eletroeletrônicos e vestuário.

A pioneira Casa Sport, em Araxá, já era voltada para acessórios, lubrificantes e combustível, quando foi inaugurada por Domingos Zema, italiano da Calábria, que veio, aos 9 anos, viver com os pais no penoso trabalho das fazendas cafeeiras de Ribeirão Preto. Para se curar da malária, já estando casado com Catharina, mudou-se para se tratar com as águas medicinais de Araxá, onde começou a trabalhar como motorista a serviço dos turistas que afluíam à estação terminal do barreiro. Dessa experiência pessoal, nasceu sua visão de negócios, que se mostraria acurada e abrangente. Era como se o nome da cidade o inspirasse e, dali, ele avistasse a forte luz de uma estrela que acompanharia seus passos e os de seus descendentes.

Nessas nove décadas, com os préstimos dos filhos Romeu e Oswaldo, mais tarde substituídos pelo empenho do neto Ricardo, o grupo fundado pelo patriarca se manteve fiel à atividade pioneira, mas foi crescendo e ampliando o leque de produtos, conforme as necessidades da clientela.

O Grupo Zema é uma das 10 melhores empresas para trabalhar no Brasil, posto que mantém há uma década. É também reconhecido por valorizar os direitos das crianças, exercer a cidadania corporativa, valorizar a mulher e respeitar o meio ambiente. Em mais uma década, estaremos merecidamente festejando um grande marco: o centenário da Zema. Temos, portanto, a plena convicção de que novas e maiores conquistas se efetivarão, para que toda Minas Gerais continue se orgulhando dessa grande contribuição de Araxá ao crescimento do Brasil, gerando renda e trabalho, através de uma relação de profundo respeito com seus funcionários e seus clientes.

O sol continuará brilhando intensamente sobre Araxá e, claro, sendo visto primeiro pelos que, como faz o Grupo Zema, sabem olhar para a frente sem se esquecer do chão onde pisam, na companhia dos que participam da mesma jornada. Que seja continuado o caminho reto rumo ao sucesso e às grandes transformações do País e do mundo!”

Agradeço em meu nome, em nome desta Casa e, acima de tudo, em nome do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, um jovem que assumiu esta Casa e, com muita competência, vem se dedicando e trazendo para Minas Gerais um exemplo, Dr. Ricardo Zema, de administração. Assim como muitos têm aprendido com o senhor, temos aprendido com o Dinis Pinheiro uma maneira nova e inteligente de colocar a Assembleia Legislativa à disposição do povo mineiro, sempre escutando as ideias, as sugestões e, acima de tudo, as críticas ao Parlamento mineiro. Por isso, a Assembleia Legislativa, por meio do nosso presidente Dinis Pinheiro, contando com o apoio dos pares desta Casa, vem recebendo prêmios e o reconhecimento como uma das melhores do nosso país.

Recebam, em nosso nome e em nome do povo mineiro, esta homenagem, que é simples e que partiu de um araxaense, o deputado Bosco, que tem história nesta Casa. Tenho certeza, deputado Bosco, de que, assim como o Grupo Zema, V. Exa. continuará representando Araxá, o Triângulo Mineiro, enfim, Minas Gerais, galgando, sem dúvida alguma, novos e importantes degraus em sua vida e carreira política. Desejamos que você possa não apenas, daqui a 10 anos, participar novamente da comemoração do centenário do Grupo Zema, mas também trazer para esta Casa o reconhecimento de importantes grupos, empresas e federações que vêm fazendo com que Minas Gerais seja um estado altamente reconhecido, mesmo diante das dificuldades geradas pelas crises econômicas mundiais.



O nosso estado, por meio de seus governantes, da Assembleia Legislativa e das entidades de classe, tem crescido cada vez mais. E o Triângulo, hoje, dá um sinal de independência, com o crescimento de toda a região. É isto o que queremos: diminuir a desigualdade social e trazer para o Estado cada vez mais empreendimentos. E temos o orgulho de ter em Minas Gerais, no Brasil, a participação do Grupo Zema. Parabéns. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, conduzido pelo 1º-Ten. Marco Aurélio Araújo Lacerda, que apresentará as músicas: *Por uma cabeça*, de Carlos Gardel; *Trem azul*, de Lô Borges; e *Amigos para sempre*, de Carlos Cezar e Sônia Mara.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Maravilha, deputado Bosco. Parabéns.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 25, às 10 e às 18 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2014

Presidência do Deputado Pompílio Canavez

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Entrega de Placa - Palavras do Reitor Paulo Márcio de Faria e Silva - Palavras do Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

André Quintão - João Vítor Xavier - Pompílio Canavez.

Abertura

O presidente (deputado Pompílio Canavez) - Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado André Quintão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG - pelo centenário de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Paulo Márcio de Faria e Silva, reitor da Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG; e as Exmas. Sras. Vera Lúcia de Carvalho Rosa, pró-reitora de administração da Unifal-MG; e Carolina Silva Castro, ex-aluna da Unifal-MG, representando os alunos e ex-alunos da referida universidade.

Registro de Presença

O locutor - Gostaria de registrar a presença dos Exmos. Srs. e das Exmas. Sras. Soraya Helena Coelho Leite, procuradora federal junto à Unifal-MG; Prof. Tomás Dias Sant'Ana, pró-reitor de planejamento, orçamento e desenvolvimento institucional; Julio Cesar Barbosa, pró-reitor de gestão de pessoas; Maria de Fátima Rodrigues Sarkis, diretora do campus avançado de Poços de Caldas; e Profa. Sandra Maria Oliveira Morais Veiga, presidente da Comissão Organizadora do Centenário da Unifal-MG.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Pompílio Canavez, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Mais uma vez quero saudar todos e todas que estão participando desta solenidade. Quero agradecer aos que se deslocaram de Alfenas para estar aqui participando desta solenidade, que está sendo transmitida pela Rádio Assembleia e, ao vivo, para mais de 400 cidades do Estado, e depois será reprisada. Começo cumprimentando o Magnífico Reitor, meu amigo Paulo Márcio de Faria e Silva; a Exma. Sra. Vera Lúcia de Carvalho Rosa, pró-reitora de Administração da Unifal-MG; e, representando alunos e ex-alunos da Unifal, a Sra. Carolina Silva Castro. A todos vocês, aos alunos e ex-alunos da Unifal que nos acompanham, neste momento, bom dia. É uma honra e um privilégio para mim, como autor do requerimento desta reunião solene, participar da comemoração do centenário de fundação da nossa querida Universidade Federal de Alfenas, orgulho de todos nós, orgulho de Minas Gerais.

Nesses 100 anos de existência, a instituição se projetou como um dos mais importantes núcleos geradores de ideias e de formação da inteligência mineira. De seus bancos acadêmicos saíram importantes quadros profissionais que muito contribuíram para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e científico ao longo de todo o século XX.

A Unifal-MG, inicialmente Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, foi fundada no dia 3 de abril de 1914, por Armando de Almeida Magalhães, Nicolau Coutinho e José da Silveira Barroso, liderados por João Leão de Faria, com a implantação do curso de farmácia e, no ano seguinte, do curso de odontologia.



Sua federalização se deu pela Lei nº 3.854, de 18/12/1960. A transformação em autarquia de regime especial foi efetivada por meio do Decreto nº 70.686, de 7/6/1972, e favoreceu a implantação do curso de enfermagem e obstetrícia em 1977. Durante muitas décadas, farmácia, odontologia e enfermagem foram os cursos ofertados pela instituição.

Entretanto, a antiga escola foi ganhando relevância, apresentando expressivo crescimento científico e tecnológico e, com a criação dos novos cursos de nutrição e ciências biológicas, tornou-se Centro Universitário Federal, especializado em saúde, no ano de 2001. Quatro anos mais tarde, alcançou patamares ainda mais elevados, sendo então, em 2005, transformada em Universidade Federal.

A Unifal tem sua sede em nossa querida Alfenas e, em constante expansão, está presente também nas cidades de Poços de Caldas e Varginha, oferecendo mais de 30 cursos de graduação, vários programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, além de outros cursos em seus polos de educação a distância espalhados pelo Brasil. A Universidade Federal de Alfenas é razão de orgulho para todos nós. Nesses 100 anos de existência, ela construiu uma sólida ligação com a comunidade e o poder público, preparando quadros para a iniciativa privada e a administração pública. Disseminou valores como a ética, a virtude, a coragem e a democracia. Seus diretórios acadêmicos forjaram lideranças que travaram fortes embates políticos em assembleias e em debates que os qualificaram para a futura militância na vida pública. Hoje o País fortalece suas instituições, democratiza o processo de desenvolvimento econômico com mais inclusão social e busca sua inserção na nova ordem mundial, mais globalizada do que nunca neste início de novo milênio. Os mineiros dão uma inestimável contribuição a esse contexto, graças à existência de instituições perenes que cumprem um papel estratégico no nosso desenvolvimento. Dentre essas instituições, se destaca a nossa querida Universidade Federal de Alfenas.

Tive o privilégio de ter sido prefeito da cidade de Alfenas por duas vezes. Nesse tempo pude conviver muito intensamente com a Universidade Federal de Alfenas, onde busquei amparo e os quadros que me ajudaram a fazer um governo avançado, tanto que pesquisas de institutos de Belo Horizonte e de um instituto do Rio de Janeiro chegaram a detectar uma aprovação de mais de 83% no setor da saúde. Esse fato é raro no Brasil, pois a saúde é sempre um dilema e um problema grave a ser resolvido. Mas a Unifal, com sua experiência e excelência, sempre me ajudou muito. Está presente a Carolina, representante dos alunos e dos ex-alunos, que me ajudou na tarefa de priorizar a saúde preventiva, de humanizar a saúde. Com a Unifal, sem dúvida, transformamos o Programa Saúde da Família em uma referência para todo o Brasil, o que foi até objeto de reportagem do *Jornal Nacional*, da TV Globo, que mostrou nossa experiência no Programa Saúde da Família inclusive na zona rural.

Houve também uma reportagem no programa *Globo Repórter*, também da Rede Globo, falando sobre a política pública para a terceira idade, em que a Carolina teve uma participação especial, a qual foi objeto de estudos no Brasil inteiro e rendeu um programa *Globo Repórter* especial a esse respeito. Trabalhamos com a Carolina, com a Ludmila, com vários alunos e ex-alunos, com o pessoal da extensão da universidade, com o Prof. Paulo Márcio, com o Prof. Tonhão, que foi o reitor antes do Paulo Márcio e o último diretor. Eles foram parceiros de primeira hora, pensando sempre no bem comum e no desenvolvimento da cidade com qualidade de vida.

A nossa universidade é realmente especial e diferente, tendo sido pioneira na implantação do Enem como forma de democratização do acesso à universidade. Trabalhadores e jovens de todo o Brasil estudam na Universidade Federal de Alfenas, fazendo as provas na sua própria cidade. A Unifal teve a coragem de ser pioneira nisso e tem, realmente, um trabalho fantástico.

Não posso deixar de ressaltar o trabalho de um grande brasileiro, o ex-presidente Lula, nosso eterno presidente Lula, que elevou a Efoa à categoria de universidade federal. Ele é um brasileiro que não teve oportunidade de estudar e já disse, da tribuna da Assembleia, que não deixou de estudar porque quis, mas porque a vida exigiu, muito cedo, que ele ajudasse a família a cuidar dos irmãos. Mas ele sabe da importância do estudo e da universidade. Foi ele que elevou a nossa querida Efoa à qualidade de universidade federal. Então nosso eterno agradecimento ao presidente Lula. Como tem dito várias vezes o nosso reitor Prof. Paulo Márcio, o Prof. Tonhão, as universidades tinham uma história antes do governo do presidente Lula e têm outra depois no que se refere à expansão, ao acesso democrático, inclusive à melhoria da qualidade do ensino.

A Universidade Federal de Alfenas é uma das melhores universidades do Brasil, das Américas. É uma universidade tecnológica, com laboratórios importantíssimos, com professores e outros profissionais de carreira técnico-científica altamente capacitados, que nos dão verdadeiramente orgulho. Não há um só lugar onde eu vá no Brasil em que não apareça alguém mencionando alguém próximo que estudou ou que estuda lá. Ela verdadeiramente faz parte da história do nosso país.

Sou alfenense adotado com muito orgulho. Nasci em São João del-Rei, uma cidade de que gosto muito, mas Alfenas me acolheu. É uma cidade que tem uma população acolhedora, hospitaleira, receptiva, e talvez isso tenha a ver com a Efoa e com a Unifal. A cidade convive com a juventude. Há décadas fazemos isso. Alfenas é uma cidade muito especial, e é claro que a história da cidade se confunde muito com a história da Universidade Federal de Alfenas, que agora tem também um museu, que conta essas histórias.

Como falei aqui do presidente Lula, quero aqui também agradecer ao Prof. Mânio de Carvalho Tibúrcio por ter proposto o título de Doutor *Honoris Causa* para o ex-presidente Lula. Obrigado, professor. O presidente Lula está muito contente. Ainda não pôde ir porque a data que marcamos, dia 7 de abril, coincidiu com o aniversário da D. Marisa, esposa do presidente. Há três meses ele esteve aqui na Assembleia, quando demos a ele o título de Cidadão Mineiro, e sempre que ele se encontra comigo pergunta pela Unifal. Ele tem uma curiosidade viva a respeito de como anda a nossa universidade. Então, gostaria de agradecer de público ao Prof. Mânio de Carvalho Tibúrcio, ao Prof. Paulo Márcio e a toda a universidade, que concedeu por unanimidade o título de Doutor *Honoris Causa* a um cidadão que realmente merece.

Estou aqui emocionado porque comemorar 100 anos de uma universidade é um momento muito importante. Agora há pouco eu falava na TV Assembleia como é raro no Brasil termos uma escola que completa 100 anos. É uma jovem de 100 anos que ainda vai crescer muito com o Brasil. Então eu quero, neste momento, mais umas vez, agradecer a presença de todos vocês e parabenizar a nossa querida Unifal. Viva a Unifal, viva Alfenas, viva o Brasil.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Pompílio Canavez, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao reitor da Unifal-MG, Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser



entregue contém os seguintes dizeres: “A educação de qualidade é, sem dúvida, uma das marcas mais importantes de uma nação desenvolvida. Por acreditar nisso, a Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG -, fundada em 3/4/1914, vem contribuindo de maneira vigorosa e decisiva com o ensino brasileiro. É um século de existência dedicado à pesquisa, à extensão, à inovação tecnológica e à formação de milhares de estudantes, em diversas áreas do conhecimento, o que evidencia a seriedade e a competência dessa instituição. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer o valor da Unifal para o Estado e para o País, rende a ela merecida homenagem pelos 100 anos de sua fundação”.

O presidente - Gostaria de convidar a Prof. Vera e a ex-aluna Carol para estarem conosco na entrega dessa placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Reitor Paulo Márcio de Faria e Silva

Muito bom dia a todas e a todos os presentes. Gostaria de saudar inicial e especialmente ao Exmo. deputado Pompílio Canavez, nosso ilustre alfenense que nos orgulha. Como ele próprio disse, é um alfenense adotado, como também fui, deputado Pompílio Canavez. Hoje sou um filho adotivo da cidade de Alfenas, da nossa querida Alfenas. Agradeço-lhe muitíssimo esta iniciativa, esta homenagem proposta por V. Exa. à Unifal, celebrada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que tem um simbolismo muito grande pelo fato de ser esta Casa a representante do povo mineiro. Portanto, entendemos e recebemos esta homenagem como homenagem do povo de Minas Gerais à Unifal. Fica aqui a nossa enorme gratidão por esse ato de sua iniciativa.

Na pessoa de V. Exa., deputado Pompílio Canavez, também quero cumprimentar o presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, e todos os deputados estaduais que prestam brilhantes serviços ao Estado de Minas Gerais, com destaque para o deputado Bosco, que é o presidente da Comissão de Educação desta Casa e que acompanha, com bastante eficiência, os trabalhos na área da educação, em particular da educação superior no Estado de Minas Gerais. Cumprimento ainda a Sra. Vera Rosa, representante dos servidores da Unifal. É uma alegria tê-la na Mesa. Aliás, a presença dela foi escolha do próprio deputado Pompílio Canavez, mas todos os servidores concordam que é um mérito muito grande em razão do que ela representa para todos nós. A Vera é um modelo de servidora, uma servidora dedicada à nossa instituição. Ver a Sra. Carolina Silva Castro, ex-aluna, neste ato representando os alunos e os ex-alunos da Unifal também é uma alegria enorme, por dois motivos. O primeiro motivo é porque é inegável que a Carolina representa a beleza de nossas alunas e ex-alunas da Unifal; e o segundo motivo é porque ela também está aqui para representar, em especial, a ex-aluna que hoje é liderança na área de saúde do Município de Nova Lima. Portanto, ser ela filha da Unifal nos traz uma enorme alegria, ela que hoje, no Município de Nova Lima, assume posições de liderança e enaltece o nome da Unifal em outras regiões do Estado de Minas Gerais.

Para os de casa, permitam-me uma brincadeira. Não tenho nada contra o hoje presidente do DCE, Antônio Veríssimo, que faz um trabalho de pautar causas em nome dos alunos, mas é muito melhor a representação da Carolina, figuradamente falando. Permitam-me um pouco da brincadeira com os senhores que bem conhecem nosso querido aluno Antônio Veríssimo.

Iniciarei, deputado Pompílio Canavez, dizendo que é impossível um filho não gostar de ouvir falarem bem de sua mãe. Sou filho da Unifal. Formei-me na Unifal. Então é impossível que eu não me sinta emocionado neste momento em que minha mãe, Unifal, é homenageada nesta Casa tão importante, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Por que essa emoção? Porque acho que a Unifal merece essa homenagem pelo que, de fato, representa para a cidade de Alfenas, o Sul de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais e todo o Brasil. A Unifal vem, nesses 100 anos de árdua luta de órgão público, cumprindo, na minha avaliação, muito bem o papel de uma instituição que, com muita responsabilidade e seriedade, forma jovens, como a Carolina, para o desempenho de funções tão importantes para o País. O Brasil precisa de profissionais qualificados e pessoas bem formadas que contribuam com o seu contínuo aperfeiçoamento e desenvolvimento. Então é muito bom estar aqui neste momento para receber, em nome da universidade, esta homenagem que considero, de fato, muito justa; esta homenagem à nossa casa, à nossa mãe Unifal, a que todos os presentes servimos com tanta alegria e satisfação.

Obviamente, hoje, a Unifal soma-se a outras instituições que também são centenárias na nossa região, como a federal de Itajubá, a federal de Lavras e as demais instituições federais de Minas Gerais. Elas são, deputado Pompílio Canavez, um verdadeiro patrimônio de Minas Gerais, mas não simplesmente patrimônio histórico, aquele que pode ser tombado e tem apenas valor histórico. Elas são patrimônios vivos no Estado de Minas Gerais. O Estado, de fato, pode orgulhar-se de ter um parque de instituições federais que representam, sem dúvida, o que temos de melhor no País em termos de educação superior, pesquisa e extensão universitária. Então me alegro muito, como membro dessa comunidade, compartilhar com as demais instituições de ensino superior do País o que representamos.

Somos instituições que lideram a qualidade do ensino superior no Brasil. É muito importante frisar isso. De fato, a Unifal participa disso de forma muito ativa e representa junto às demais instituições o que temos de melhor no padrão de ensino superior. É muito bom poder dizer que a Unifal participa e está inserida nesse contexto de qualidade que as instituições federais representam. Isso, ao mesmo tempo, traz grandes responsabilidades. Embora a esfera desta Casa seja a estadual, é muito importante que os deputados estaduais sempre apoiem a educação superior no Estado de Minas Gerais. Isso nos afeta porque dependemos do Estado principalmente via Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig -, que tem sido um fator importantíssimo para o desenvolvimentismo das nossas instituições. Ela apoia as pesquisas e os pesquisadores das universidades, fazendo-os cada vez melhores não só para a formação de alunos, mas também para a produção e geração de conhecimento. Isso trará novos valores para Minas Gerais e ajudará no seu desenvolvimento, inclusive do ponto de vista econômico. Com esse apoio, principalmente das atividades de pesquisa, poderemos também fazer diferença no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Minas Gerais. Deixo aqui um pedido para que todos os projetos da Fapemig, iniciativas e orçamentos que chegam aqui para serem apreciados, possam ser aprovados, sempre considerando o papel relevante desses recursos para o desenvolvimento das nossas instituições.

Esse patrimônio vivo que representa a Unifal precisa ser também apoiado. Com certeza o Estado ganha muito com a presença dessas instituições que servem também para a formação de tantos jovens do Estado e de outros estados, que buscam as nossas universidades para a sua formação.

O pessoal brinca muito, dizendo que Minas Gerais tem universidades demais. Mesmo no processo de criação da Unifal, as pessoas que participaram contam que sempre havia uma resistência, pois diziam que já havia muitas universidades em Minas Gerais. O pessoal se esquece - e o pessoal das ciências exatas sabe bem disso - da questão da proporcionalidade. Minas tem um bom número de universidades federais, mas tem também muitos municípios, ou seja, mais de 850 municípios. Se os pequenos estados, que têm 14 ou 17 municípios, têm uma universidade, proporcionalmente têm muito mais do que Minas Gerais.

Na minha primeira posse como reitor, em 2010, tive a oportunidade de dizer ao ministro Fernando Haddad que me sentia alegre por poder dizer que Minas Gerais tem, sim, muitas universidades, e tem muitas boas universidades, o que é um diferencial importante. A questão não é o quantitativo, mas a qualidade do ensino que pode ser ofertado pelas nossas instituições.

Farei coro com V. Exa. em relação à gratidão que devemos todos, como cidadãos brasileiros, ter pelo nosso ex-presidente Lula. Isso é inegável, e não se trata de questões político-partidárias, mas de cidadania. Com a entrada do governo Lula, o pensamento, o ideal de fortalecer o ensino superior público gratuito de qualidade tomou corpo. Isso permitiu que todas as universidades, incluindo-se a Unifal, se expandissem e crescessem bastante. Como diria a própria Carol, que está aqui ao meu lado, elas cresceram não apenas numericamente, mas em qualidade. A Unifal é uma instituição que, como as outras, cresceu significativamente, principalmente a partir de 2005, o que coincidiu com a sua transformação. Alegra-nos sentir e testemunhar no dia a dia que o crescimento também se deu qualitativamente. Isso é muito importante.

Não há dúvidas de que o apoio decisivo de uma política de governo real que se instalou, uma política de valorização do ensino superior, fez toda a diferença. Deputado Pompílio Canavez, numericamente, mais do que dobrou o número de matrículas no ensino superior público no Brasil. Havia pouco mais de 135 mil vagas. Hoje há mais de 350 mil vagas em universidades federais públicas, sem contar com os institutos federais que também as ofertam e as expandiram bastante. Isso faz uma diferença muito grande.

No caso da Unifal, não me canso de fornecer esse número. O aumento do número de vagas, além da qualidade, também trouxe a inclusão social, pois, em 2003, a Unifal disponibilizava ao país 1.320 vagas para os estudantes em todos os cursos. Dessas vagas, apenas 20 eram para o período noturno. Claramente, a universidade era para poucos, ou seja, para aqueles que, efetivamente, podiam estudar no período diurno. Hoje a Unifal está com quase 8 mil alunos, e a metade, quase 4 mil alunos, estuda em período noturno. Isso também é inclusão social. Um número muito maior de alunos que precisa trabalhar durante o dia tem acesso aos bancos da universidade para obter a sua formação e melhorar o seu padrão de vida. Então é muito importante esse movimento, essa ação, que foi uma política de governo. Desejamos muito que permaneça no País uma política de valorização do ensino, logicamente em todos os níveis, mas também no nível superior. É um reconhecimento que faço não só da expansão em si. Hoje, deputado Pompílio Canavez, a Unifal representa um exemplo muito claro.

Convido as pessoas que acham que a universidade brasileira federal está sucateada a visitar a Unifal, e verão que não há sucateamento. Hoje todos os nossos espaços, todos os laboratórios, todas as salas de aula oferecem praticamente o que de melhor se pode oferecer a um estudante no Brasil. Os nossos professores, que estão presentes conosco neste momento, são altamente qualificados, portanto têm condições de ofertar também aos alunos um ensino da melhor qualidade. Isso faz com que a Unifal hoje possa se orgulhar de estar entre as universidades federais de Minas Gerais, com melhor avaliação.

As universidades federais de Minas Gerais sempre estão muito bem posicionadas nos critérios de avaliação do País. Obviamente isso também depende de recursos. Então é de se louvar a política iniciada no governo Lula, e que teve sequência no governo da presidenta Dilma Rousseff, com a manutenção e a valorização das instituições, permitindo que tenhamos mais qualidade na infraestrutura, mais qualidade no corpo docente, mais qualidade no corpo técnico-administrativo. É óbvio que o resultado só pode ser um, profissionais cada vez mais qualificados, com condições de assumir um papel cada vez mais importante nas políticas nas áreas de saúde, educação, etc. Novamente citamos o exemplo da nossa ex-aluna Carolina, presente aqui na Mesa.

Mais uma vez, destacamos a alegria de estar aqui, em nome da Unifal, recebendo esta homenagem. Deputado Pompílio Canavez, dedico esta homenagem a todos os servidores da Unifal, e muitos se encontram aqui presentes. Hoje, mais que infraestrutura, o que temos de maior valor na Unifal é o nosso corpo de servidores, sejam professores ou servidores técnicos e administrativos. Sem dúvida, eles fazem o diferencial da instituição e permitem que ela tenha hoje tanta qualidade. Quero que todos que aqui estão representando a Unifal levem para os demais colegas que não puderam vir o reconhecimento - que nesta oportunidade também faço público - do trabalho de cada um de vocês, a dedicação que têm com a nossa instituição. Deputado Pompílio Canavez, hoje temos servidores públicos e terceirizados, e essa qualidade chega aos nossos servidores terceirizados. Tenho orgulho do trabalho que os nossos servidores terceirizados fazem, porque ele é feito com dedicação e carinho, como se servidores públicos fossem. Isso é muito importante, porque foi o trabalho de vocês que permitiu que a Unifal chegasse a seu centenário com essa força toda, com essa disposição de continuar crescendo e fazendo bem o que precisamos fazer, ou seja, justificar, de forma muito clara e eficiente, todo o dinheiro público investido.

Por último, manifestamos a nossa gratidão ao deputado Pompílio Canavez, que, como prefeito de Alfenas, apoiou muito a universidade. Quero destacar o seu papel importantíssimo na implantação da segunda unidade educacional, que chamamos de Câmpus Santa Clara. Na época, como assessor de planejamento, acompanhando o Tonhão, lembro-me das inúmeras reuniões que tivemos. O senhor estava na prefeitura, liderando a Prefeitura. Depois, assumiu o seu mandato aqui, nesta Casa, e o Luizinho, seu vice, assumiu a Prefeitura de Alfenas, mas dando continuação ao trabalho. Realizamos uma quantidade enorme de reuniões. Foi importante a visão que vocês tiveram, como homens públicos, de levar a Unifal para a região da cidade que mais precisava da universidade. Hoje é notório e notável que aquela região começa a agregar qualidade. Pessoas que passaram conosco por lá esses dias - como a Profa. Fátima, que me acompanhava numa viagem - percebiam que ali existe uma agência bancária, um supermercado grande. Os testemunhos das pessoas do próprio setor são de que a decisão para que fossem feitos novos investimentos foi exatamente a presença da Unifal naquela região da cidade.

Isso somente foi possível com a visão de V. Exa., que, como homem público, tem uma preocupação diferenciada com as camadas mais necessitadas da população. Tenho certeza de que a Unifal, no Câmpus Santa Clara, vai levar desenvolvimento não só para toda a

cidade de Alfenas, mas também para aquela região, que é um bairro operário e precisa do apoio de todos os órgãos públicos, da Unifal, da Prefeitura, dos deputados estaduais, para que possa continuar se desenvolvendo.

Termino as minhas palavras com essa mensagem de gratidão a seu trabalho, a sua dedicação e seu apoio à Universidade Federal de Alfenas. Mais uma vez, agradeço-lhe muitíssimo esta homenagem que V. Exa. teve a iniciativa de prestar à universidade. Saímos daqui com o coração cheio de alegria e de esperanças de continuar fazendo muito pelo nosso país. Muito obrigado.

O locutor - Com a palavra, o deputado Pompílio Canavez, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro.

Palavras do Presidente

Passo a ler agora o pronunciamento do deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa. (- Lê:)

“Esta Casa faz merecida homenagem à Universidade Federal de Alfenas, por ocasião da celebração do centenário de sua fundação. É motivo de orgulho para o povo mineiro saber que a Unifal-MG se destaca em nosso país pela qualidade de ensino, como evidenciam os bons conceitos alcançados pelos seus cursos no sistema de avaliação do Ministério da Educação. Em 2008, por exemplo, as graduações em nutrição, enfermagem e farmácia alcançaram nota máxima no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, sendo incluídos entre os 25 cursos considerados de nível de excelência no País.

A trajetória dessa reconhecida instituição teve início em 1914, quando foi criada a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Efoa. Idealistas, seus fundadores Armando de Almeida Magalhães, Nicolau Coutinho e José da Silveira Barroso, sob a liderança de João Leão de Faria, perceberam que dotar a cidade sul-mineira de uma instituição de ensino superior era fundamental para alavancar o desenvolvimento regional.

Na década de 1960, a escola foi federalizada, sendo transformada em autarquia em 1972, o que viabilizou a implantação, cinco anos mais tarde, do curso de enfermagem e obstetrícia. Em 2001, após ganhar mais um curso, o de nutrição e ciências biológicas, tornou-se centro universitário federal especializado em saúde, em 2005 elevado a universidade federal. Nos anos 2000, aos tradicionais cursos ministrados desde os primeiros tempos vieram somar-se outros, como medicina e biotecnologia.

Embora a área de saúde continue sendo primordial, a Unifal atualmente oferta mais de 30 cursos de graduação, dos mais variados campos de conhecimento. Destacam-se, no campo das ciências exatas, as licenciaturas em física e em matemática e, no das ciências humanas, pedagogia e história. Tão importante quanto o aumento no número de cursos oferecidos pela Unifal foi a ampliação de sua área de atuação geográfica. Embora permaneça sediada em Alfenas, a instituição inaugurou unidades em Varginha e em Poços de Caldas.

Desde a década de 1980, a Unifal já oferece vários cursos de especialização. Contudo, a elevação à categoria de universidade estimulou a criação de programas de pós-graduação *stricto sensu*. A instituição orgulha-se de ter implantado, até o momento, 12 programas, em nível de mestrado e doutorado, todos recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Ciente de que as universidades públicas só desempenham a contento a sua função social se transcendem as fronteiras da academia, foram implantadas ações de extensão, paralelamente às atividades de ensino e pesquisa. Iniciativa de grande relevo é o programa Unati, voltado para a terceira idade, inspirado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entende como uma das finalidades do ensino superior suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural.

Como presidente desta Casa, que procura ser reconhecida como o Poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor, fico profundamente emocionado com a habilidade da Unifal de contribuir para o fortalecimento de municípios do interior do Estado.

Ciente de que essa história de sucesso foi construída com o esforço, o compromisso e a dedicação de seus diretores, professores, alunos e funcionários, parabenizo cada um por esta memorável data. Transmito ainda os cumprimentos do Legislativo Mineiro ao reitor Paulo Márcio de Faria e Silva, ao vice-reitor Edmêr Silvestre Pereira Júnior e à vice-reitora Magali Benjamin de Araújo, por sua criteriosa gestão, condizente com as virtudes da universidade.

Finalizo com os votos de que a esses 100 anos de existência se somem muitos outros! Que a Unifal possa seguir contribuindo para tornar Minas Gerais um Estado mais instruído, mais desenvolvido e mais igualitário! Muito obrigado.” Essa é a mensagem do deputado Dinis Pinheiro.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a presença de todos e de todas, do público que nos acompanha pela TV Assembleia e do público que nos ouve pela Rádio Assembleia. A Unifal agora é o futuro, é mais trabalho, mais cursos, enchendo cada vez mais de orgulho a nossa terra, especialmente a nossa querida Alfenas.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a reunião especial de logo mais, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/12/2013

Às 20h48min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Lafayette de Andrada, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Célio Moreira (substituindo o deputado Jayro Lessa, por indicação da Liderança do BTR), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, o deputado Gilberto Abramo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres



sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.550/2013 com a Emenda nº 5 apresentada pela Comissão de Saúde, com as Emendas nºs 15, 17, 22 a 25, 27, 29 a 33, 35, 37 a 39, 42 a 52, 55, 57, 59, 60, 62 a 64, 67 e 68 apresentadas pela Comissão de Participação Popular, com as Emendas nºs 71 a 138 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 6, 7, 9, 13, 14, 16, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 54, 56, 58, 61, 65 e 69 apresentadas ao final do parecer, e pela rejeição das Emendas nºs 11, 12, 18 a 21, 53 e 70 (relator: deputado Lafayette de Andrada). É ainda aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.551/2013 com as Emendas nºs 1 a 21, 23 a 34, 38 a 41, 43 a 47, 49 a 53, 55 a 58, 63 a 77, 79 a 83, 85 a 92, 109 a 119, 131 a 142, 144 a 155, 158 a 166, 179 a 188, 190, 367 a 406, 411 a 418, 424 a 433, 438 a 455, 574 a 580, 582 a 584, 589 a 597, 628 a 632 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 754 a 757, 783 a 793, 795, 796, 798 a 803, 805 a 820 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 48, 54, 78, 84, 121, 125, 127, 130, 407 a 410, 419 a 421, 585 a 587, 753, 758 a 760, 794, 797 e as Emendas nºs 821 a 877 apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 22, 35 a 37, 42, 60 a 62, 93 a 108, 120, 122 a 124, 126, 128, 129, 143, 156, 157, 167 a 178, 189, 191 a 366, 422, 423, 434 a 437, 456 a 573, 581, 588, 598 a 627, 634 a 752, 761 a 782 e 804 (relator: deputado Zé Maia.) As Emendas nºs 59 e 633 foram retiradas pelo autor. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/3/2014

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Rômulo Veneroso, Fred Costa e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Heli Siqueira de Azevedo, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais substituto, em resposta ao Ofício nº 331/2014, que encaminhou as notas taquigráficas da 26ª Reunião Ordinária da comissão. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, promotor de justiça, publicado no *Diário do Legislativo* em 21/2/2014. Registra-se a presença do deputado João Leite. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.376/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, no Município de Santana do Riacho, os prejuízos causados aos consumidores que se encontravam na localidade que abrange o circuito da Serra do Cipó no Carnaval do corrente ano;

- nº 9.377/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, o abuso de preços praticado pelos comércios instalados dentro das dependências dos aeroportos mineiros;

- nº 9.378/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja dada ciência ao Procon Estadual de Minas Gerais da criação da Comissão Temporária Especial de Monitoramento de Produtos e Serviços sobre a Qualidade e Preços ao Consumidor durante os eventos da Copa do Mundo e seja encaminhado pedido de providências para que essa comissão faça parte da Câmara Técnica de Consumo e Turismo de Minas Gerais;

- nº 9.379/2014, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja encaminhado à Even Construtora e Incorporadora ofício informando que a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte recebeu denúncias de problemas nos empreendimentos dessa empresa e que aprovou requerimento para debater o tema;

- nº 9.380/2014, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, os problemas nas obras entregues a consumidores da área de construção civil nos Bairros Vila da Serra, Vale do Sereno, Vale dos Cristais e outros na divisa das cidades de Belo Horizonte e Nova Lima;

- nº 9.381/2014, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, os problemas na construção dos prédios da Even Construtora e Incorporadora que integram o Ed. Villaggio Monticciello, localizado no Vale do Sereno, em Nova Lima, bem como debater os danos causados ao consumidor com a construção de uma torre que retira a vista definitiva dos condôminos;

- nº 9.383/2014, do deputado Rômulo Veneroso, do deputado Fred Costa e do deputado Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada reunião com convidados da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para que seja apresentando pelo Procon Assembleia o relatório de atividades do ano de 2013.

Logo após é fixado novo dia e horário das reuniões ordinárias para as quartas-feiras, às 15h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2014.

Rômulo Veneroso, presidente - Liza Prado - Duílio de Castro.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2014**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu, Ulysses Gomes e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 4.803 e 4.885/2014 (relator: deputado Tenente Lúcio) e 4.904/2014 (relator: deputado Mário Henrique Caixa), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento n° 9.425/2014, do deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao Ministério de Esportes pedido de informações sobre os recursos federais destinados à construção do Centro de Treinamento Esportivo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, em especial esclarecer se foi alocado recurso visando à construção de alojamento e, em caso negativo, propor a sua inclusão.

A seguir, é aprovado relatório da visita realizada no dia 25/3/2014 ao Centro Esportivo de Treinamento da UFMG, que é publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.

Marques Abreu, presidente - Mário Henrique Caixa - Tenente Lúcio.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Local visitado: Centro Esportivo de Treinamento da UFMG****Apresentação**

A requerimento do deputado Marques Abreu, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude visitou, no dia 25/3/2014, o Centro Esportivo de Treinamento da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, com a finalidade de conhecer suas novas instalações e verificar a execução das obras de construção dos novos módulos. Esta visita foi uma segunda etapa da verificação iniciada em visita realizada em 12/3/2012 pela comissão.

Participou da visita o Deputado Marques Abreu, presidente da Comissão, e o acompanharam os Srs. Tiago Nascimento de Lacerda, secretário de Estado de Turismo e Esportes; Rogério Aoki Romero, subsecretário de Turismo e Esportes; Ângelo Minardi, assessor da secretaria mencionada; Rodolfo Benda, diretor do Conselho Administrativo do Centro de Treinamento Esportivo da UFMG; Bruno Pena Couto, membro desse conselho; Lessek Antoni Szmuctrowski, supervisor técnico da área de atletismo; Luciano Sales Prado, coordenador técnico científico do centro; Sérgio Teixeira da Fonseca, diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG; e Nelson Rodrigues da Costa, engenheiro responsável pela obra.

Relato

Durante a visita ao Centro Esportivo de Treinamento, as autoridades presentes reafirmaram que o objetivo do espaço é a preparação de atletas de alto nível, a formação de recursos humanos, a pesquisa e o ensino. Dessa forma, o centro será um lugar para que estudantes dos cursos da área de saúde da UFMG, como fisioterapia, nutrição e enfermagem, possam se habilitar para trabalhar com atletas.

A construção do centro é fruto de parceria entre o governo do Estado, o Ministério dos Esportes, a UFMG e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq -, agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e conta com a colaboração da Federação Mineira de Atletismo.

A primeira etapa da obra foi efetivada, há dois anos, com a construção de pista de atletismo que atende as exigências das instituições internacionais, o que permite a oficialização das marcas que porventura venham a ser alcançadas, inclusive de recordes mundiais. A pista, com 400m de comprimento e oito balizas, é coberta com produto sintético emborrachado, fabricado pela empresa italiana Mondo e aplicado na pista de atletismo das Olimpíadas de 2012, em Londres.

A segunda etapa, já em andamento, inclui o espaço de esportes aquáticos, de centro médico, de vestiários e de nutrição. O deputado Marques Abreu conheceu o centro de máquinas de tratamento, aquecimento e filtragem de águas, as dependências de cozinha, vestiários de funcionários e de atletas, a sala de hidromassagem, os laboratórios, as salas de aula e a piscina de 65m, que tem um projeto inédito no continente, com paredes moduláveis, o que permite a alteração de suas configurações para diferentes práticas. A visita foi guiada pelo engenheiro responsável pela obra, Nelson Rodrigues da Costa.

A terceira etapa compreende a construção de pavilhão com ginásio coberto, onde duas quadras multifuncionais permitirão o treinamento de equipes de ginástica artística, ginástica rítmica, judô, *taekwondo* e esportes de quadra como vôlei, basquete e *handball*. A licitação para início das obras deve ser concluída ainda no primeiro semestre de 2014.

Por fim, as autoridades presentes reforçaram a necessidade da construção de um alojamento para os atletas, obra que não estava prevista inicialmente. De acordo com Bruno Pena Couto, estão sendo desenvolvidas ações na Secretaria Nacional de Alto Rendimento do Ministério dos Esportes para que sejam alocados recursos na construção desse alojamento. Segundo ele, o projeto arquitetônico, desenvolvido pela UFMG, compreende uma estrutura com 130 leitos, em apartamentos individuais, duplos e triplos.



Ao fim da visita, o deputado Marques Abreu renovou o convite para que os presentes participassem da audiência pública da comissão, que se realizaria às 14h30min do mesmo dia, com a finalidade de repassar aos cidadãos mineiros as informações obtidas durante a visita.

Conclusão

O presidente da comissão considerou o Centro Esportivo de Treinamento um projeto de excelência esportiva, que propiciará o crescimento do esporte em todo o Estado, e afirmou que a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude pleiteará auxílio aos órgãos federais para a construção do alojamento destinado a atletas provenientes do interior de Minas Gerais e de outros Estados durante os treinamentos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2014.

Marques Abreu, presidente - Ulysses Gomes - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/4/2014

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Sebastião Costa e Cabo Júlio (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater denúncias contra possíveis violações de direitos humanos sofridas por policiais militares, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposição da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 72ª Reunião Extraordinária desta comissão e informando que as referidas notas foram encaminhadas à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, para análise; e encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas ao Ofício nº 67/2014/SGM; Nívia Mônica da Silva, promotora de justiça, informando que as notas taquigráficas referentes à 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos foram encaminhadas para a coordenação das Promotorias de Justiça de Leopoldina para análise e providências cabíveis; Isabela Nery Leão Freire, técnica administrativa, informando o indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil referente à Notícia De Fato nº 003123.2013.03.0001/1, que foi instaurada a partir do recebimento das notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária desta comissão, encaminhando a cópia do relatório de arquivamento; Rocksane de Carvalho Norton, reitora em exercício da Universidade Federal de Minas Gerais, em resposta ao Ofício nº 3.158/2013/SGM, que encaminhou as notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária desta comissão, e dos Srs. Cláudio Varella de Souza, procurador de justiça, encaminhando cópia do despacho exarado na NF 0024.14.0023385-4; Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente do Conselho Federal da OAB, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 36ª Reunião Ordinária desta comissão, e informando o encaminhamento à Seccional OAB de Minas Gerais; Wagner Augusto Moura e Silva, promotor de justiça da Comarca de Manga, informando que foi instaurada a Notícia de Fato nº 0393.14.000052-1, tendo em vista denúncias acerca de ameaças praticadas em face de lideranças indígenas da aldeia xacriabá no Município de São João das Missões; Ten.-Cel. PM Júlio César de Souza, comandante do 40º Batalhão da Polícia Militar, convidando este presidente para participar de reunião sobre a operação de reintegração de posse de imóveis situados em Ribeirão das Neves; e e-mails da Sra. Regina Fátima Sotero, solicitando a intervenção desta Casa em relação a três crianças que foram conduzidas ao abrigo Carlos Prates, possivelmente de maneira irregular, e encaminhando denúncia de cidadão sobre irregularidades e maus tratos ocorridos no Ceresp da Gameleira com presos da cela W, reclusos por não pagar pensão alimentícia. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; Natalia Salomão de Pinho, promotora de justiça; Andressa de Oliveira Lanchotti, promotora de justiça; e dos Srs. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, assessor especial do Gabinete do procurador-geral de justiça adjunto jurídico; Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social; Carlos Antônio Almeida de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; Plínio Salgado, controlador-geral do Estado (13/3/2014); das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; Maria Augusta Boulitreau Assirati, presidente interina da Funai; Caroline Willrich, coordenadora regional da Funai (substituta); Olivia de Fátima Braga Melo, chefe do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil; e dos Srs. João Abnir Pinho de Souza, prefeito municipal de Santa Efigênia de Minas; Gilson Soares Lemes, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça; Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (22/3/2014); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil e dos Srs. Antonio Gama Junior, subcorregedor-geral de Polícia Civil; Bruno Machado Gomes, técnico administrativo da Procuradoria do Trabalho no Município de Uberlândia; Eduardo Henrique Soares Machado, promotor de justiça; Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello, promotor de justiça; Marcelo Mattar Diniz, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar (29/3/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nívia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos - Ministério Público do Estado; Sgt. PM Sônia de Jesus Samora; o Ten.-Cel. Paulo Marcos Ferreira, Comandante da 6ª Região Integrada de Segurança Pública; o Maj. PM Wanderlúcio Ferraz dos Santos, chefe da sessão de Polícia Judiciária Militar e Processos e Procedimentos Administrativos, representando o Cel. PM Renato Batista Carvalhais, corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Rodrigo Xavier da Silva, ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra Pm/Bm; o Maj. PM QOS Marco Túlio de Aquino, vice-presidente, representando o Ten.-Cel. PM QOS Cleinis de Alvarenga Mafra Júnior, presidente da Junta Central de Saúde - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Ten. PM Luiz Ângelo de Oliveira, médico do Núcleo de Atenção Integral à Saúde do Centro de Apoio Administrativo da 6ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais -



Lavras/MG; Rui Pereira da Fonseca, advogado; Cap. PM Vicente de Cássio Nogueira; Cap. PM Dailson da Silva Freitas; Cap. PM Marcos Soares Gandra; Sgt. PM Edson Pereira Campos dos Santos; Sd. PM Mateus Eustáquio Cândido, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.756/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.348/2014. Registra-se a presença dos deputados Rogério Correia, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.431/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Fhemig pedido de providências para que seja efetuada a internação de Wesley Gabriel Leite no Pavilhão da Casa de Saúde Santa Isabel, no Município de Betim, para que ele receba os cuidados necessários em função de sua deficiência física;

- nº 9.432/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a situação do presidio de Ouro Preto;

- nº 9.433/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao presidente da Fhemig pela apuração das denúncias apresentadas por esta comissão e resolução de problemas ocorrentes no Centro Psiquiátrico de Adolescência e Infância;

- nº 9.434/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja retirado de tramitação o Requerimento nº 7.416/2014;

- nº 9.435/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, denúncias de violação de direitos humanos das comunidades situadas no entorno e dentro da área do Parque Nacional das Sempre-Vivas;

- nº 9.436/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizado debate público desta comissão sobre o tema "Alienação parental", em cumprimento da Lei 20.584, de 26/12/2012;

- nº 9.437/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada visita desta comissão às comunidades situadas no entorno e dentro da área do Parque Nacional das Sempre-Vivas;

- nº 9.438/2014, do deputado Sebastião Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o tema "Transtorno do espectro do autismo" em função do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, fixado em 2 de abril, para o qual seja convidada a Sra. Cyntia de Lima Prata;

- nº 9.439/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a violação de direitos e garantias fundamentais e possíveis crimes praticados pelo Sr. Hamilton Joaquim da Silva, delegado de polícia judiciária de Juiz de Fora, em desfavor de policiais militares do 2º BPM durante o atendimento de ocorrência Reds nº 2014.0068.63209-001 no dia 29/3/2014;

- nº 9.440/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os furtos de armas na Central Integrada de Escoltas de Ribeirão das Neves e a segurança dos agentes penitenciários que estavam de plantão no dia do fato, bem como a segurança de seus familiares;

- nº 9.441/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Ouvidoria de Polícia Militar, à Corregedoria de Polícia Militar, ao prefeito municipal de Sete Lagoas e ao Centro Operacional da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos pedido de providências para apuração de denúncia de supostas agressões sofridas por Gerson Antônio Guedes Lima e outros durante manifestação pública realizada em 31/3/2014, em Sete Lagoas, praticadas, em tese, por guardas municipais e por policiais militares que registraram o Reds nº 2014.006998308001;

- nº 9.442/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Militar, à Corregedoria da Guarda Municipal, à Ouvidoria de Polícia Militar e ao Centro Operacional da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos pedido de providências para que seja apurada denúncia de agressões sofridas pela Sra. Heloísa Greco e pelo Sr. Bruno Alcântara Soares em 30/4/2013, cuja autoria é imputada a policiais militares e a guardas municipais;

- nº 9.443/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso a Sra. Mônica Fernandes Abreu e ao presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais pelo exercício do direito de petição perante a Comissão de Direitos Humanos, ao denunciar abusos ocorrentes no Centro Psiquiátrico de Adolescência e Infância;

- nº 9.444/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao CAO-DH do Ministério Público e ao promotor de justiça da Comarca de Betim pedido de providências para que seja garantida a internação de Wesley Gabriel Leite no Pavilhão da Casa de Saúde Santa Isabel, no Município de Betim, para que ele receba os cuidados necessários em função de sua deficiência física;

- nº 9.445/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, denúncias de abuso de poder e violações de direitos humanos no âmbito da Junta Central de Saúde da Polícia Militar do Estado;

- nº 9.446/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Regional de Medicina do Estado as notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária desta comissão, acompanhadas de pedido de providências para que sejam apuradas denúncias de irregularidades na Junta Central de Saúde da Polícia Militar, em decorrências dos fatos relatados na referida reunião;

- nº 9.447/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas ao presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, ao promotor de justiça militar, ao corregedor-geral de justiça militar, ao promotor de justiça de defesa da saúde, ao presidente do Conselho Regional de Psicologia, ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça Militar e às autoridades presentes na 6ª Reunião Ordinária desta comissão, as notas taquigráficas dessa reunião.

- Logo após, é aprovado o relatório de visita à Casa de Saúde São Francisco de Assis, localizada em Bambuí, o qual vai publicado logo após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado:

Casa de Saúde São Francisco de Assis – Bambuí-MG

Apresentação

A requerimento dos deputados Durval Ângelo e Maria Tereza Lara, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 19/3/2014, a Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, com a finalidade de diagnosticar a realidade local e levantar os principais problemas e as dificuldades enfrentadas.

Além da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, a visita contou com as seguintes presenças: Ivan Chaves de Magalhães, secretário municipal de Educação e Assistência Social, representando o prefeito municipal de Bambuí; Henrique Timo, diretor assistencial, representando o presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –; Tiago Sávio Moreira Possa, assessor da Diretoria de Assistência da Fhemig; Artur Custódio, coordenador nacional do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan – Rio de Janeiro (RJ); Maria José de Carvalho Leite, diretora da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí; Dalva Gomes de Oliveira, coordenadora do Núcleo Morhan de Bambuí; Leila Maria Lopes, conselheira local de saúde; Wilton Gonçalves Lima, secretário-geral da Federação Nacional dos Metalúrgicos; e Neuza Pereira de Freitas, diretora do Sind-Saúde.

Relato

Na casa de saúde, a comissão foi recebida pelas autoridades estaduais e municipais mencionadas, que acompanharam os parlamentares. A visita deu sequência ao planejamento da Comissão de Direitos Humanos de visitar as quatro casas de saúde remanescentes do antigo sistema de internação compulsória de pessoas afetadas pela hanseníase, criado pelo então presidente Getúlio Vargas, na década de 1940. A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – é atualmente responsável pela administração das antigas colônias de hansenianos.

A casa de saúde de Bambuí, antigo Sanatório São Francisco de Assis, foi criada em 1943, e seu objetivo era atender e isolar, sobretudo, pacientes hansenianos das regiões Oeste e Sudoeste de Minas Gerais, bem como do Sul do Estado de Goiás.

A colônia impressiona inicialmente por suas grandes dimensões. Afastado da sede de Bambuí, o local lembra uma fazenda, e lá estão instalados cerca de 550 moradores, distribuídos entre a sede da casa de saúde, 24 pavilhões e dezenas de casas. Desse total de moradores, 82 são pacientes crônicos de hanseníase, a maioria idosos. A área abriga os pacientes, seus filhos, cônjuges e outras pessoas que tinham alguma ligação com os internados. Nesse contexto, surgiram as vilas da Pedreira, Vila Nova e Vila do Cachorro Sentado. Mesmo com a revogação das internações compulsórias, em 1965, muitos permaneceram no local devido ao preconceito com a hanseníase. Cumprem importante e histórico papel na casa de saúde as freiras do Monte Calvário, que prestam assistência na comunidade desde 1944. A Congregação das Filhas do Monte Calvário, atualmente sob a liderança da Irmã Carmela, nascida na Itália, completa 70 anos em 2014.

Em geral, a comissão percebeu na visita o abandono do patrimônio de boa parte dos pavilhões, sendo que muitos estão praticamente destruídos, sem teto, portas e janelas. Foi visitado o Pavilhão 4, que se encontra nesse estado de precariedade, onde moradores e representantes do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan – reivindicam a edificação de um memorial.

As ruas da colônia também se encontram em péssimo estado de conservação, com muitos desníveis e buracos. Os deputados, que caminharam no local, constataram as dificuldades para locomoção dos pacientes atingidos pela hanseníase. Chamou atenção também o mau estado de conservação da rodovia que dá acesso à casa de saúde, ligando-a à sede de Bambuí. Existe um impasse entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Bambuí quanto à responsabilidade pela manutenção das ruas e da rodovia.

O Município, por outro lado, mantém em funcionamento na comunidade uma creche e duas escolas, sendo que uma delas é de tempo integral.

Os deputados constataram uma situação que representa risco para alguns moradores dos pavilhões: o uso, por eles, de botijões de gás e fogões no interior dos quartos, à revelia de determinação contrária da direção da casa de saúde.

A coordenadora local do Morhan, Dalva Gomes de Oliveira, apresentou uma pauta de reivindicações que inclui atendimento prioritário aos moradores e ex-pacientes da Casa de Saúde São Francisco, regularização fundiária dos imóveis dos moradores, transporte gratuito, entrega de correspondências pelos Correios diretamente aos moradores, contratação de médicos em especialidades tais como ortopedia e dermatologia, regularização do fornecimento de água potável na comunidade, compra de aparelhos, instalação de um posto policial e melhoria das estruturas dos laboratórios.

A diretora do Sindicato dos Servidores da Saúde – Sind-Saúde –, Neusa Freitas, disse que um alto nível de doenças do trabalho afeta os servidores que atuam na casa de saúde, pois o número de funcionários é pequeno em face da demanda de pacientes internados, que são totalmente dependentes do atendimento.

Conclusão

Ao final da visita, foi realizada audiência pública na Casa de Saúde São Francisco de Assis, na qual a Comissão de Direitos Humanos anunciou que seriam apresentados os seguintes requerimentos:



- realização de visita da Comissão de Direitos Humanos ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, com a participação de representantes da Prefeitura Municipal de Bambuí e da Fhemig, com o objetivo de debater parcerias para a recuperação das ruas internas e da rodovia de acesso à Casa de Saúde São Francisco de Assis, que se apresentam inadequadas ao uso e traslado de pacientes em geral e ex-portadores de hanseníase;

- envio ao secretário de Estado de Saúde e ao diretor-presidente da Fhemig de pedido de providências para que sejam atendidas as reivindicações do Morhan relativas aos moradores da Comunidade São Francisco de Assis, em Bambuí, com destaque para a expansão e ampliação do hospital local, inclusive para todos os moradores do município e para a contratação de médicos para consultas especializadas;

- envio ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Saúde e ao diretor-presidente da Fhemig de pedido de providências para que seja atendida a reivindicação do Morhan para a reforma do Pavilhão 4 da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, para que seja destinado ao funcionamento do Morhan e à construção do Centro de Preservação da Memória da Colônia São Francisco de Assis;

- envio à direção dos Correios no Estado de pedido de providências para que a distribuição de correspondências aos moradores da Comunidade São Francisco de Assis, no Município de Bambuí, seja realizada diretamente na residência de cada morador, conforme reivindicação do Morhan;

- envio à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, ao DER, à Fhemig e à Prefeitura Municipal de Bambuí de pedido de providências para que sejam viabilizadas parcerias e entendimentos a fim de recuperar as ruas internas e a rodovia de acesso à Casa de Saúde São Francisco de Assis, que se encontram precários e inadequados ao uso e traslado dos pacientes e moradores;

- envio à direção da Fhemig e à direção da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, de pedido de providências para que seja regularizada a distribuição adequada de medicamentos e alimentos aos internos da colônia;

- envio à direção da Fhemig e à direção da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, de pedido de providências para que seja realizada a regularização fundiária das famílias moradoras na comunidade local;

- envio ao comandante-geral da PMMG e ao comandante da Polícia Militar em Bambuí de pedido de providências para que seja instalado um posto policial na Comunidade São Francisco de Assis, conforme reivindicação dos moradores e do Morhan;

- envio à Copasa do Município de Bambuí de pedido de providências para que sejam solucionados os problemas de abastecimento de água dos moradores da Casa de Saúde São Francisco de Assis, com a priorização da implantação emergencial de um segundo sistema de bombeamento até que seja implantada uma solução definitiva.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Duarte Bechir.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/4/2014

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar a exposição "Paz e justiça - Brasil e Holanda - Refletindo sobre o passado, construindo um futuro melhor" no Estado de Minas Gerais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sueli Maria Baliza Dias, secretária de Educação de Belo Horizonte; Johanna Elizabeth Tecla Offringa, presidente do Instituto Plataforma Brasil e representante no Brasil da instituição Anne Frank House de Amsterdam; Nanette Blitz Konig, sobrevivente do holocausto, colega de sala de Anne Frank e palestrante do Instituto Plataforma Brasil; Magdalena Vieyra, instrutora de monitores do Instituto Plataforma Brasil; Marilucia Caramalac Campão Hoogendoorn, gerente de produção executiva do Instituto Plataforma Brasil; Luciana Lombas Belmonte, instrutora de monitores do Instituto Plataforma Brasil; Lúcia Chermont, monitora do Instituto Plataforma Brasil; Deliane Lemos, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado de Minas Gerais, e os Srs. Arjen Uijterlinde, cônsul-geral do Reino dos Países Baixos - Holanda; Paulo Umberto Stumpf, reitor da Escola Superior Dom Helder Câmara; Jacques Ernest Levy, diretor do Instituto Histórico Israelita Mineiro; Antônio Carlos Cabral Aguiar, conselheiro da instituição Conspiração Mineira pela Educação; Marcos Brafman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Willian dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do deputado João Leite. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retira-se da reunião o deputado João Leite. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Rogério Correia.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/4/2014

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Adalclever Lopes, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a construção do Complexo Viário Barão-



Raja em Belo Horizonte em continuidade à reunião realizada em 2012. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.565/2011, no 2º turno, (deputado Celinho do Sinttrocel); 3.403/2012, no 1º turno (deputado Adalclever Lopes); 3.851/2013, no 1º turno (deputado Anselmo José Domingos); 4.183/2013, no 1º turno (deputado Adalclever Lopes); 4.220/2013, no 1º turno (deputado Anselmo José Domingos); 4.257/2013, no 1º turno (deputado Adalclever Lopes); 4.294/2013, em turno único (deputado Paulo Guedes); 4.403/2013, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares); 4/2013, em turno único (deputado Gustavo Valadares); 4.518/2013, no 1º turno (deputado Celinho do Sinttrocel); 4.543/2013, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel); 4.562/2013, em turno único, (deputado Paulo Guedes); 4.652/2013, em turno único, (deputado Adalclever Lopes); 4.665/2013, no 1º turno, (deputado Celinho do Sinttrocel); 4.670/2013, em turno único, (deputado Gustavo Valadares); 4.683/2013, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares); 4.852/2014, em turno único (deputado Adalclever Lopes); e 4.910/2014, em turno único (deputado Gustavo Valadares). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Renata Christianne Araújo, secretária adjunta de administração da Regional Oeste, representando a sra. Neusa Maria da Silva Oliveira Fonseca, secretária municipal de administração da Regional Oeste; e os Srs. Rogério Carvalho Silva, superintendente de planejamento e pesquisa da BHTrans, representando o Sr. Ramon Victor Cesar, presidente da BHTrans; Ricardo Michel Jeha, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Belvedere, Nelson Timponi, presidente da Associação de Moradores da 3ª parte do Bairro São Bento e adjacências, Júlio Alberto de Souto Lima, presidente da Associação Raja Casa Shopping, Maurício Paceli Machado, Diretor da Associação do Bairro Estoril, Valdir Cardoso, 1º-secretario da Associação dos Moradores do Bairro Anchieta, Ernani Ferreira Leandro, presidente em exercício da Associação Comunitária Social Cultural Desportiva e Álvaro Afonso de Moraes Filho, vice-presidente jurídico da Associação dos Moradores do Bairro Estoril, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.683/2013 (relator: deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.494/2013 (relator: deputado Gustavo Valadares), que recebeu parecer por sua aprovação, e 4.670/2013 (relator: deputado Gustavo Valadares), que recebeu parecer por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.528 e 7.533/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento nº 9.487/2014, dos deputados Adelmo Carneiro Leão e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada reunião com convidados na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a proposta de gerenciamento do metrô de Belo Horizonte e a relação entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU - , a empresa pública Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. - Metrominas - e os trabalhadores metroviários; e ainda, se há em curso proposta de estadualização ou privatização do metrô da capital.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

Adalclever Lopes, presidente - Anselmo José Domingos - Gilberto Abramo.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2014

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Duarte Bechir (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião destinada a ouvir convidados foi cancelada e transferida para o dia 16/4/2014, a pedido do autor, deputado Cabo Júlio. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Danilo de Castro, secretário de Governo; Marcos Henrique Caldeira Brant, juiz auxiliar da Corregedoria - 2ª Região; Thiago Correia Afonso, promotor de justiça (3/4/2014); das Sras. Elisa Smanoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento, do Gabinete Pessoal da Presidenta da República; Raimunda Helena Nahum Gomes, chefe de Gabinete do Inbra; do Sr. Henry Wagner Vasconcelos de Castro, assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público (5/4/2014). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.730 e 4.792/2013. Suspende-se a reunião. Às 9h56min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas e Sebastião Costa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.517/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/4/2014, às pessoas presentes nessa reunião e à direção da Escola Municipal Anne Frank, em Belo Horizonte;



- nº 9.518/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhada ao presidente desta Casa solicitação para que a exposição Paz e Justiça - Brasil e Holanda - Refletindo sobre o Passado, Construindo um Futuro Melhor, realizada em parceria com a ALMG, seja amplamente divulgada pelos meios de comunicação desta Casa;
- nº 9.519/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas à juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, da 9ª Vara Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais, à qual foram distribuídos os autos do Processo nº 0026863-20.2013.4.01.3800, as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão;
- nº 9.520/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Programa de Intervenção em Vilas e Favelas de Belo Horizonte, conhecido por Vila Viva, especialmente no que se refere a violações de direitos humanos, a remoção de moradores e a grande quantidade de entulhos deixados nas obras;
- nº 9.521/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Ponte Nova, possíveis violações de direitos humanos sofridas por jornalistas desse município;
- nº 9.522/2014,, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, obter esclarecimentos sobre o andamento das investigações dos atentados ocorridos contra o patrimônio público municipal de Ouro Verde de Minas, tendo em vista que existem indícios de perseguição às comunidades quilombolas existentes no município, e ainda que a Comissão de Segurança Pública seja convidada para essa reunião;
- nº 9.523/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a violação de direitos humanos cometida em ato da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, que resultou na demissão de agentes socioeducativos sem respeitar o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório;
- nº 9.524/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Federal em Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Defesa de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da comissão;
- nº 9.525/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à juíza federal da 15ª Vara da Seção Judiciária de Belo Horizonte pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 9/4/2014, e manifestação do Sr. Luiz Carlos Ribeiro, para formação de seu conhecimento e avaliação sobre a possibilidade de revisão de seu posicionamento nos autos do Processo nº 236.42.2014.4.01.38.00;
- nº 9.526/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas à desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, relatora da Apelação Cível nº 236.42.2014.4.01.38.00, as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da comissão, com a manifestação do Sr. Luiz Carlos Ribeiro, para formação de seu conhecimento acerca do recurso;
- nº 9.527/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Patrimônio da União – DPU - pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da comissão, com a manifestação do Sr. Luiz Carlos Ribeiro, para que seja verificada a possibilidade de regularização da posse do interessado sobre o terreno da União, localizado no Município de Belo Horizonte;
- nº 9.531/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Caixa Econômica Federal em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado de cópias das reportagens jornalísticas, para que seja suspensos a inscrição da empresa Construtora Copermil e os pagamentos pelos serviços prestados pela empresa no programa Minha Casa, Minha Vida, até o pagamento dos débitos trabalhistas com seus trabalhadores em Sete Lagoas;
- nº 9.535/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências, acompanhado de nota de repúdio, para apurar a denúncia de atos de violência policial sofridos por Heloísa Greco e Bruno Alcântara Soares ocorridos em 30/3/2014, na Praça de Santa Tereza, em Belo Horizonte;
- nº 9.537/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB pedido de providências, acompanhado de nota de repúdio, para apurar a denúncia de atos de violência policial sofridos por Heloísa Greco e Bruno Alcântara Soares ocorridos em 30/3/2014, na Praça de Santa Tereza, em Belo Horizonte;
- nº 9.538/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil pedido de providências, acompanhado de nota de repúdio, para apurar a denúncia de atos de violência policial sofridos por Heloísa Greco e Bruno Alcântara Soares ocorridos em 30/3/2014, na Praça de Santa Tereza, em Belo Horizonte;
- nº 9.539/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que sejam enviadas a esta comissão as gravações das câmeras do "Olho Vivo" com as imagens dos fatos ocorridos a partir das 18 horas do dia 30/3/2014, na Praça de Santa Tereza em Belo Horizonte, especialmente no que se refere à denúncia de abuso de autoridade praticado por policiais militares e guardas municipais em desfavor de Heloísa Greco e Bruno Alcântara Soares;
- nº 9.541/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Presidenta da República pedido de providências, acompanhado de cópias das reportagens jornalísticas, para apuração da denúncia de irregularidades no programa Minha Casa, Minha Vida - Conjunto Dona Sílvia - em Sete Lagoas, da falta de pagamentos de salários e acertos rescisórios por parte da Construtora Copermil;
- nº 9.543/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sete Lagoas e à Polícia Militar do Estado pedido de providências para que sejam enviadas à comissão as imagens do programa "Olho Vivo" da manifestação ocorrida em 31/3/2014 em Sete Lagoas, na qual operários protestam contra a falta de pagamentos de salários e acertos rescisórios por parte da Construtora Copermil na entrega do programa Minha Casa, Minha Vida - Conjunto Dona Sílvia;
- nº 9582/2014, do Deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB pedido de providências, acompanhado de nota de repúdio, para apurar a denúncia de atos de violência policial sofridos por Heloísa Greco e Bruno Alcântara Soares ocorridos em 30/3/2014, na Praça de Santa Tereza, em Belo Horizonte.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

Rômulo Viegas, presidente - Sebastião Costa - Sargento Rodrigues - Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2014

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Rômulo Veneroso e Rogério Correia (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as repercussões ambientais do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/1/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM -, e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública do Estado; Cosette Xavier Silva, gerente de Meio Ambiente da Sul Americana de Metais S.A. - SAM -; e Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Movimento dos Atingidos de Conceição do Mato Dentro; e os Srs. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador-geral das Promotorias de Justiça por Bacias Hidrográficas do Ministério Público do Estado; Gislando Vinícius Rocha de Souza, superintendente regional de Meio Ambiente do Norte de Minas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Carlos Alberto da Silva Santos, superintendente de Política Mineral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Jean de Carvalho Breves, engenheiro de planejamento e sistema elétrico da Cemig; Pablo Andrade Dias, coordenador estadual do Movimento Atingidos por Barragens; Alexandre Gonçalves, agente de pastoral da Comissão da Pastoral da Terra em Montes Claros; Eder de Silvío, diretor de Engenharia, e Geraldo Magela Gomes, diretor de Relações Institucionais da Sul Americana de Metais S.A. - SAM -; Adair Pereira de Almeida, representante da Comunidade do Distrito Vale das Cancelas do Município de Grão Mogol; e Antônio Rodrigues da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras, que são convidados a tomar assento à mesa. Registram-se as presenças dos deputados Gil Pereira (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BAM), Luiz Henrique, Luiz Humberto Carneiro, Paulo Guedes e Tadeu Martins Leite. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento, a comissão recebe do Sr. Adair Pereira de Almeida documento do Movimento Geraizeiro contendo reivindicações aos governos federal, estadual e municipais. A presidência retoma os trabalhos e, nos termos do art. 120, XIV, do Regimento Interno, prorroga o prazo de duração da reunião por uma hora. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.548/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para a instalação de relógios digitais em todos os plenarinhos bem como no Auditório e no Teatro desta Casa com o objetivo de cronometrar o tempo destinado à exposição dos convidados em eventos. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

- nº 9.530/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a revogação do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/1/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM -, tendo em vista os questionamentos constantes do documento entregue pelo Movimento Geraizeiro à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na audiência pública realizada em dia 9/4/2014;

- nº 9.532/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações para que envie cópia integral do protocolo de intenções firmado entre essa secretaria e a empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM - referente ao empreendimento minerário Vale do Rio Pardo, no Município de Gão Mogol, atualmente em fase de licenciamento ambiental junto ao Ibama;

- nº 9.533/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações para que envie cópia dos estudos relacionados ao empreendimento da empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM - denominado Vale do Rio Pardo;

- nº 9.534/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a realização de estudos dos impactos ambientais de todos os minerodutos solicitados e implantados no Estado, especialmente quanto ao uso de recursos hídricos e aos aspectos sociais;

- nº 9.536/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Águas pedido de providências para a revogação da outorga preventiva de água da barragem de Irapê para o empreendimento minerário Projeto Vale do Rio Pardo conduzido pela Sul Americana de Metais S.A. - SAM - (Resolução nº 72, de 20/3/2012 - vazão máxima concedida de 6.200m³/h), tendo em vista os questionamentos constantes no documento entregue à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pelo Movimento Geraizeiro na audiência pública realizada em 9/4/2014;

- nº 9.540/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional - CAO-MA - do Ministério



Público de Minas Gerais pedido de informações para que envie cópia da ação civil pública relacionada ao Projeto Vale do Rio Pardo da Sul Americana de Metais S.A. - SAM -;

- nº 9.542/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas ao governador do Estado, às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Econômico, ao Instituto de Gestão das Águas, à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, à Defensoria Pública Federal, à Procuradoria-Geral da República, ao Ibama e à Agência Nacional de Águas as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável no dia 9/4/2014, que debateu as repercussões ambientais do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/1/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM -;

- nº 9.544/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, o impacto ambiental do Mineroduto Minas-Rio na Região Central do Estado;

- nº 9.545/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Águas pedido de informações para que envie cópia integral do estudo relativo à adução de 6.200m³/h de água da Represa de Irapé de que trata a Resolução nº 72, de 20/3/2012, dessa agência, para utilização no empreendimento minerário Vale do Rio Pardo, no Município de Grão Mogol, atualmente em fase de licenciamento ambiental junto ao Ibama;

- nº 9.546/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhada à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional - CAO-MA - do Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público Federal cópia do documento entregue pelo Movimento Geraizeiro à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em reunião de audiência pública realizada no dia 9/4/2014, que debateu as repercussões ambientais do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/1/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM -;

- nº 9.547/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a realização de estudos de avaliação ambiental integrada dos empreendimentos de natureza minerária como política pública de Estado, bem como que a apresentação desses estudos seja obrigatória para processos de licenciamento ambiental no âmbito do Estado, especialmente em relação aos empreendimentos em desenvolvimento no Norte de Minas;

- nº 9.549/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.665, de 2011, que cria o Programa de Captação de Água da Chuva;

- nº 9.550/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater o Projeto de Lei nº 1.273/2011, que dispõe sobre utilização de papel reciclado pelos órgãos da administração pública do Estado;

- nº 9.551/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, os Projetos de Lei nºs 977/2011 e 1.060/2011, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes e procedimentos para a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico e sobre a obrigatoriedade de os fabricantes, as distribuidoras e as empresas que comercializam aparelhos televisores a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental;

- nº 9.555/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Ibama pedido de providências para que delegue ao Estado de Minas Gerais o licenciamento da mina, da usina de beneficiamento de minério, das barragens e das demais estruturas do empreendimento da Sul Americana de Metais S.A., no Vale do Rio Pardo, evitando-se, assim, a fragmentação do licenciamento ambiental desse empreendimento em relação aos demais empreendimentos minerários na mesma região;

- nº 9.556/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Ibama pedido de providências para suspender o licenciamento ambiental do empreendimento da empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM - relacionado ao Projeto Vale do Rio Pardo até que se avalie a possibilidade de processar o licenciamento da mina, da usina de beneficiamento de minério, da barragem e das demais estruturas no âmbito do Estado, evitando-se, assim, a fragmentação do licenciamento ambiental desse empreendimento em relação aos demais empreendimentos minerários na mesma região;

- nº 9.557/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.608/2013, anexado ao Projeto de Lei nº 69/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

Célio Moreira, presidente.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2014**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, Bosco (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BTR) e Duarte Bechir (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 e Projetos de Lei nºs 4.774, 4.793, 4.794, 4.795 e 4.799/2013, 4.828/2014 (deputado Duarte Bechir) e 4.814, 4.817, 4.818/2013 e 4.837, 4.838, 4.845 e 4.849/2014 (deputado Bosco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final do Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 e do Projeto de Lei nº 4.828/2014. Neste momento, registra-se a presença da Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 4.774, 4.793, 4.794, 4.795, 4.799, 4.814, 4.817, 4.818/2013 e 4.837, 4.838, 4.845 e 4.849/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente – Wander Borges – Adalclever Lopes.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2014

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado por unanimidade, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.998/2014 (relator: deputado Bosco). Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 7.527/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.465/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizado debate público da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para conhecer a experiência pedagógica da Escola da Serra - aprovada a proposição;
- nº 9.467/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para discutir, em audiência pública, a educação e aprendizagem inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais no Estado de Minas Gerais - aprovada a proposição;
- nº 9.552/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater, em audiência pública, a condição de funcionamento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - na região do Conselho Regional Centro II - aprovada a proposição;
- nº 9.553/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia à sede da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - no Município de São Lourenço, para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade - aprovada a proposição;
- nº 9.554/2014, do deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o ex-governador Antônio Augusto Anastasia, pelo brilhante desempenho à frente do Governo do Estado de Minas Gerais, em especial na área da educação, como comprovam os bons índices obtidos nas avaliações educacionais do Ministério da Educação - recebida a proposição.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Rômulo Viegas - Maria Tereza Lara.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/4/2014

Às 14h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Jayro Lessa, Lafayette de Andrada, Rômulo Viegas (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR) e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Adalclever Lopes, por indicação da liderança do Avança Minas), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica que representantes das Secretarias de Planejamento e Gestão e



de Fazenda estarão presentes na reunião ordinária da próxima quarta-feira, dia 16/4, para cumprir o que determina a lei de responsabilidade fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao segundo e ao terceiro quadrimestres de 2013. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em avulso dos seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.075/2014 (relator: deputado Lafayette de Andrada) e 5.076/2014 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Rômulo Viegas). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 15/4, às 14 horas, para apreciação dos pareceres dos Projetos de Lei nºs 5.075 e 5.076/2014, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Duarte Bechir - Rômulo Viegas - João Leite.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/4/2014

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Duarte Bechir e Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Wander Borges e Rômulo Viegas. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Luiz Barroso em que solicita a intervenção da Assembleia para que sejam realizadas as obras da Bacia do Nado (Córregos Lareiras, São João Batista e Marimbondo), no Bairro Santa Mônica, em Belo Horizonte, considerando a informação dada pela Sudecap, em audiência pública realizada por essa comissão em abril de 2011, de que as referidas obras seriam iniciadas no segundo semestre de 2012. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, e carta do Sr. Alfredo Gonçalves Filho encaminhando a esta Assembleia pedido de reunião no Instituto Federal do Sul de Minas – câmpus Muzambinho (29/3/2014); ofícios da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação; do Sr. Paulo Abrão, secretário nacional de Justiça (3/4/2014); e das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, e Renata Vilhena, secretária de Planejamento; do Sr. Cássio Soares, secretário de Trabalho, e da Sra. Maria de Jesus Loredó Rocha, secretária municipal de Saúde de Araçuaí (5/4/2014). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.558/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e ao trabalho infantil por ocasião da Copa do Mundo.
- nº 9.559/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para adequar o § 1º do Decreto 44.687/2007 ao inciso III do art. 7º da Lei Estadual 19.578/2011;
- nº 9.561/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado à secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para proceder ao pagamento das parcelas do Piso Mineiro de Assistência Social de 2013 e 2014, em atraso;
- nº 9.562/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado à Copanor pedido de providências para garantir melhores condições dos serviços prestados no Município de Novo Oriente de Minas, especialmente no que diz respeito à falta d'água, à cobrança da taxa de esgoto sem conclusão da obra e à prestação de serviço nos Povoados de Americaninha e Frei Gonzaga;
- nº 9.564/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado à Seplag pedido de providências para nomeação e empossamento dos profissionais classificados no concurso público para o cargo de analista de gestão e políticas públicas em desenvolvimento, nível I, grau A, regido pelo Edital Seplag/Sedese nº 1/2013.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

André Quintão, presidente – Maria Tereza Lara – Duarte Bechir.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/4/2014

Às 9h15min, comparecem no Poliesportivo, em Itinga, os deputados Durval Ângelo, membro da Comissão de Direitos Humanos, e André Quintão, membro da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a tentativa de homicídio contra os coordenadores da Escola Família Agrícola de Jacaré, em Itinga. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Aparecida Motta Martins, delegada regional de polícia de Pedra Azul, representando o chefe da Polícia Civil; Ana Paula Lamego Balbino, delegada de polícia de Araçuaí, e Gilmara Tomaz, coordenadora técnica do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos; e os Srs. Gildázio Alves dos Santos, técnico social do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, representando a coordenadora estadual desse programa; Idalino Firmino dos Santos, secretário executivo da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa; Geraldo Márcio Jardim, coordenador da Escola Família Agrícola de Jacaré (interino); Adair da Silva Santos e Noessandro Gonçalves Freire, diretores da Escola Família Agrícola de Jacaré; Cel. PM Aroldo Pinheiro de Araújo, comandante da 15ª Região de Polícia Militar; Maj. PM Jorge Luiz Ribeiro da Silva, comandante da 26ª Cia. Independente de Polícia Militar; João Batista Begnami, consultor do



Ministério do Desenvolvimento Agrário; Adhemar Marcos Filho, prefeito municipal de Itinga, e Natalino Figueiredo Paulino Filho, vereador da Câmara Municipal de Itinga, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência informa que serão colhidos depoimentos sigilosos em outro recinto. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros das comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

André Quintão, presidente - Maria Tereza Lara - Duarte Bechir.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/4/2014

Às 13h30min, comparece na Câmara Municipal de Paracatu o deputado Almir Paraca, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o andamento da política de regularização fundiária no Estado de Minas Gerais, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, bem como a regularização fundiária de imóveis urbanos de Paracatu. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Inah Álvares da Silva Campos, oficiala do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paracatu; e os Srs. Rosângelo Pereira da Silva, secretário municipal de Assuntos Jurídicos, representando o Sr. Olavo Remígio Condé, prefeito municipal de Paracatu; Rosival Araújo, vereador da Câmara Municipal de Paracatu, representando o Sr. Glewton de Sá Guimarães, presidente dessa Casa; Antônio Fortes de Pádua Neto, juiz-diretor do Foro da Comarca de Paracatu; Rosário Deon César Mota, chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, representando o Sr. Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente regional do Incra; Paulo Campos Chaves, promotor de justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paracatu; Mauro Mundim da Costa, presidente da Central das Associações Comunitárias de Paracatu; e Francisco Filomeno, analista técnico de políticas sociais do Ministério das Cidades, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

Paulo Lamac, presidente – Rômulo Viegas – João Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção ao Requerimento nº 6.659/2013. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, promotor de justiça de Monte Carmelo, justificando sua ausência na reunião realizada por esta comissão nesse município e externando a preocupação do Ministério Público com o crescimento da criminalidade local, principalmente crimes violentos e crimes contra o patrimônio, e encaminhando sugestões de requerimentos para serem discutidos na comissão; e Armando Fortunato, vereador da Câmara Municipal de Varginha, encaminhando pedido para que esta comissão interceda a fim de que sejam convocados os 65 candidatos excedentes do Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Comunica também o recebimento de ofício da Sra. Elisa Smanoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete-Adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/04/14. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz Siqueira Marques Almeida, esposa do Cb. PM Douglas Almeida; e os seguintes militares: 1º Sgt. PM Hely Januário de Souza; 3º Sgt. PM Emerson Eustáquio da Silva; Cb. PM Douglas Almeida dos Santos; Cb. PM Frederico José Torres; Sd. PM Josué De Araújo Bento; Sd. PM Admilson Henriques de Moraes; Sd. PM Rafael Gentil Marlier de Oliveira, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do deputado Duarte Bechir. O presidente, deputado João Leite, passa a presidência ao deputado Sargento Rodrigues e retira-se da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.565, 7.566, 7.573 a 7.580, 7.583 a 7.595/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 4.467/2012, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja realizada reunião desta comissão em Corinto para discutir, em audiência pública, a segurança no município;



- nº 9.587/2014, do deputado Tony Carlos, em que solicita seja realizada reunião desta comissão discutir, em audiência pública, a situação da segurança no Município de Uberaba, devido ao expressivo aumento da criminalidade e vandalismo na cidade;
- nº 9.588/2014, do deputado João Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que realize vistoria nas áreas de circulação de torcedores no Estádio Magalhães Pinto, uma vez que o espaço entre as cadeiras não é suficiente para a passagem das pessoas, conforme denúncia encaminhada por cidadão;
- nº 9.589/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para o devido empenho na apuração do crime de latrocínio que vitimou o Sgt. BM Luiz Alberto de Matos, lotado no 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Uberlândia;
- nº 9.590/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando Geral da Polícia Militar pedido de providências para a realização de atuação conjunta das polícias civil e militar destinada à identificação de criminosos com atuação recorrente no Município de Itamarandiba, através de operações policiais de presença e repressão à criminalidade de forma qualificada, e que o resultado destas operações seja encaminhado a esta comissão;
- nº 9.591/2014, dos deputados Sargento Rodrigues, Adelmo Carneiro Leão e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando Geral da Polícia Militar pedido de providências para que o Município de Aricanduva passe a fazer parte da circunscrição policial do Município de Capelinha, tendo em vista a facilidade de deslocamento entre esses municípios;
- nº 9.592/2014, dos deputados Sargento Rodrigues, Adelmo Carneiro Leão e Wander Borges, em que solicitam sejam encaminhados à Delegacia Regional de Capelinha as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em Itamarandiba em 14/4/2014, e pedido de providências para a apuração de denúncias de uso de aparelho de telefonia celular por presos detidos em Itamarandiba, bem como de regalias concedidas aos detentos; solicitam ainda seja a conclusão das investigações encaminhada ao órgão de execução do Ministério Público local para as providências cabíveis, e a esta comissão;
- nº 9.593/2014, dos deputados Sargento Rodrigues, Adelmo Carneiro Leão e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à presidente da República, aos 513 Deputados Federais, aos 81 Senadores da República e ao vice-presidente da República o trecho das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em Itamarandiba no dia 14/4/2014, com a fala da estudante Ana Luiza Guimarães;
- nº 9.594/2014, dos deputados Sargento Rodrigues, Adelmo Carneiro Leão e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando Geral da Polícia Militar pedido de providências para aumentarem o efetivo policial militar e civil no Município de Itamarandiba;
- nº 9.595/2014, dos deputados Sargento Rodrigues, Adelmo Carneiro Leão e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que avalie a possibilidade de transformar o pelotão de Polícia Militar de Itamarandiba em Companhia Independente de Polícia Militar.

O Presidente declara a prejudicialidade do Requerimento nº 9.667/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião desta comissão em Uberaba, para debater, em audiência pública, as estratégias de combate e de prevenção da criminalidade no Triângulo Mineiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.

João Leite, presidente - Duarte Bechir - Sargento Rodrigues.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

Às 9h45min, comparece na Câmara Municipal de Ouro Branco o deputado Vanderlei Miranda, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento ao uso de crack e outras drogas no município e região e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Aparecida Junqueira Campos, prefeita municipal de Ouro Branco, Sônia Terezinha de Abreu, secretária de Desenvolvimento Social de Ouro Branco, Nilma Aparecida Silva, vereadora de Ouro Branco, Bruna Stelamares Gomes Quintela, presidente do Comad de Ouro Branco, e os srs. Carlos Roberto Pereira, presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco, 1º-Ten. PM André Luiz de Resende Silva, comandante da 65ª Companhia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Marcelo Fonseca Prado, delegado de Polícia Civil de Ouro Branco, Cb. PM Alessandro Teixeira Fernandes, instrutor do Proerd de Ouro Branco, Aparecido Ferreira Barbosa, vereador de Ouro Branco e Vinícius Samôr de Lacerda, vereador e presidente da Comissão de Combate ao Crack de Ubá, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014**

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Célio Moreira, presidente da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a considera aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a utilização de areia descartada de fundição na cobertura de aterros sanitários e na construção e conservação de estradas estaduais e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 12/4/2014: ofícios dos Srs. Yury Bessa e Silva, secretário municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Vespasiano, e Alceu José Torres Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação - CAO-MA - do Ministério Público do Estado. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Paula Meireles Aguiar, coordenadora do Núcleo Jurídico do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; e os Srs. Renato Teixeira Brandão, diretor de Gestão de Resíduos da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -; Murilo Fonte Boa Guimarães Moreira, gerente de Meio Ambiente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; Licínio Eustáquio Xavier, assessor ambiental da Associação Mineira de Municípios - AMM -; Samuel Gomes Mariano, gerente regional da Associação Brasileira de Fundição em Minas Gerais - Abifa-MG -; e Rogério Silva Júnior, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.532/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações para que envie cópia integral do protocolo de intenções firmado entre essa secretaria e a Empresa Sul Americana de Metais S.A. referente ao empreendimento minerário Vale do Rio Pardo, no Município de Gão Mogol, atualmente em fase de licenciamento ambiental junto ao Ibama;

- nº 9.540/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional - CAO-MA - do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações para que envie cópia da ação civil pública relacionada ao Projeto Vale do Rio Pardo da Sul Americana de Metais S.A. - SAM -;

- nº 9.542/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas ao governador do Estado, às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Econômico, ao Instituto de Gestão das Águas - IGAM -, à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig -, à Defensoria Pública Federal, à Procuradoria-Geral da República, ao Ibama e à Agência Nacional de Águas as notas taquigráficas da audiência pública realizada por essa comissão em 9/4/2014, que debateu as repercussões ambientais do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/1/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da Empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM -;

- nº 9.545/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Águas pedido de informações para que envie cópia do estudo relativo à adução de 6.200 metros cúbicos/hora de água da Represa de Irapé, de que trata a Resolução nº 72, de 20/3/2012, dessa agência, para utilização no empreendimento minerário Vale do Rio Pardo, no Município de Grão-Mogol, atualmente em fase de licenciamento ambiental junto ao Ibama (emendado pelo deputado Sávio Souza Cruz, que substituiu a expressão "pedido de informação sobre" por "pedido de informação para que envie cópia");

- nº 9.546/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhada à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional - CAO-MA - do Ministério Público de Minas Gerais, e ao Ministério Público Federal cópia do documento entregue pelo Movimento Geraizeiro a esta comissão em reunião de audiência pública realizada em 9/4/2014, que debateu as repercussões ambientais do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/01/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da Empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM -;

- nº 9.547/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a realização de estudos de avaliação ambiental integrada dos empreendimentos de natureza minerária como política pública de Estado, bem como para que a apresentação desses estudos seja obrigatória para processos de licenciamento ambiental no âmbito do Estado, especialmente em relação aos empreendimentos em desenvolvimento no Norte de Minas;

- nº 9.549/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.665, de 2011, que cria o Programa de Captação de Água da Chuva;

- nº 9.550/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater o Projeto de Lei nº 1.273/2011, que dispõe sobre utilização de papel reciclado pelos órgãos da Administração Pública do Estado;

- nº 9.551/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os Projetos de Lei nºs 977 e 1.060/2011, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes e procedimentos para a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico e sobre a obrigatoriedade de os fabricantes, as distribuidoras e as

empresas que comercializam aparelhos televisores de recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental;

- nº 9.557/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.608/2013, anexado ao Projeto de Lei nº 69/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil.

Foi adiada a votação dos seguintes requerimentos a pedido do deputado Sávio Souza Cruz, aprovado pela comissão:

- nº 9.533/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações para que envie cópia dos estudos relacionados ao empreendimento da Empresa Sul Americana de Metais S.A. denominado Vale do Rio Pardo;

- nº 9.534/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a realização de estudos dos impactos ambientais de todos os minerodutos solicitados e implantados no Estado, especialmente quanto ao uso de recursos hídricos e aos aspectos sociais.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os seguintes requerimentos:

- nº 9.530/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a revogação do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/01/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da Empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM., tendo em vista os questionamentos constantes do documento entregue pelo Movimento Geraizeiro a esta comissão na audiência pública realizada em 9/4/2014;

- nº 9.536/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Águas pedido de providências para a revogação da outorga preventiva de água da Barragem de Irapé para o empreendimento minerário Projeto Vale do Rio Pardo conduzido pela Sul Americana de Metais S.A. (Resolução nº 72, de 20 de março de 2012 - vazão máxima concedida de 6.200 metros cúbicos/hora), tendo em vista os questionamentos constantes no documento entregue a esta comissão pelo Movimento Geraizeiro na audiência pública realizada em 9/4/2014;

- nº 9.544/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o impacto ambiental proporcionado pelo Mineroduto Minas-Rio na Região Central do Estado;

- nº 9.555/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Ibama pedido de providências para que delegue ao Estado de Minas Gerais o licenciamento da mina, da usina de beneficiamento de minério, das barragens e das demais estruturas do empreendimento da Sul Americana de Metais S.A., no Vale do Rio Pardo, evitando-se assim a fragmentação do licenciamento ambiental desse empreendimento em relação aos demais empreendimentos minerários na mesma região;

- nº 9.556/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Ibama pedido de providências para suspender o licenciamento ambiental do empreendimento da Sul Americana de Metais S.A. relacionado ao Projeto Vale do Rio Pardo até que se avalie a possibilidade de processar o licenciamento da mina, da usina de beneficiamento de minério, da barragem e das demais estruturas no âmbito do Estado, evitando-se assim a fragmentação do licenciamento ambiental desse empreendimento em relação aos demais empreendimentos minerários na mesma região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.

Célio Moreira, presidente - Duarte Bechir.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, João Leite, Duarte Bechir e Rômulo Viegas (os dois últimos substituindo, respectivamente, os deputados, Zé Maia e João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mário Henrique Caixa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.075/2014 (relator: deputado Lafayette de Andrada) e 5.076/2014 com a Emenda nº1 (relator: deputado Rômulo Viegas). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Fábio Cherem - Rômulo Viegas - Elismar Prado.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, João Leite, Rômulo Viegas membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, o deputado Fred Costa e o deputado Mario Henrique Caixa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do



Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.600/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, a reforma da Praça Carlos Chagas, conhecida como Praça da Assembleia, situada no Bairro Santo Agostinho em Belo Horizonte;

- nº 9.603/2014, do deputado Ulysses Gomes, em que solicita seja realizada reunião da comissão no Município de Pouso Alegre para debater, em audiência pública o projeto de criação da Região Metropolitana de Pouso Alegre;

- nº 9.607/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta da comissão com a Comissão de Participação Popular para debater, em audiência pública, a ocupação na região do Alphaville e adjacências, nas cidades de Nova Lima e Itabirito;

- nº 9.609/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, o aumento abusivo e ilegal de impostos pela Prefeitura de Belo Horizonte;

- nº 9.614/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, propostas para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 3.078/2012, que versa sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado;

- nº 9.616/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião da comissão no Município de Resplendor para debater, em audiência pública o cumprimento das condicionantes estabelecidas no contrato de programa para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, firmado entre o Estado, o município envolvido e a Copasa, nos termos do convênio de cooperação firmado em 10/2/2011;

- nº 9.617/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, a participação dos municípios mineiros no financiamento das atividades da Polícia Militar do Estado, bem como para ouvir a experiência do Estado do Rio Grande do Sul sobre a questão;

- nº 9.619/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita da comissão à Casa de Saúde São Francisco de Assis localizada no Município de Bambuí, com a finalidade de averiguar as condições de conservação e uso dos pavilhões dessa instituição e tomar conhecimento dos projetos do município para a revitalização do local;

- nº 9.620/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Adjunta de Regulação Urbana de Belo Horizonte pedido de informações para que seja enviado à comissão, à Cemig e à Copasa cópia do documento intitulado "Cadastro de Planta - CP" referente ao Bairro Montes Claros, situado na Região Nordeste de Belo Horizonte;

- nº 9.622/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja encaminhado à Superintendência de Desenvolvimento de Belo Horizonte - Sudcap - pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias para elaboração, por parte da Cemig Distribuição, de orçamento para implantação de iluminação pública nas áreas já aprovadas em Cadastro de Planta - CP - do Bairro Montes Claros, situado na Região Nordeste de Belo Horizonte;

- nº 9.623/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais; à Secretaria Adjunta de Regulação Urbana e à Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano de Belo Horizonte; à Superintendência de Desenvolvimento da Capital; à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte; e a Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais do Estado de Minas Gerais, as notas taquigráficas da reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizada em 11/4/2014, que teve por finalidade debater a instalação dos serviços de abastecimento de água e de energia elétrica, por parte da Copasa e da Cemig, respectivamente, no Bairro Montes Claros situado na Região Nordeste de Belo Horizonte;

- nº 9.624/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações para que seja priorizada e agilizada a execução das obras aprovadas pelo Orçamento Participativo para o Bairro Montes Claros.

Submetido a votação, é rejeitado o seguinte requerimento:

- nº 9.516/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da comissão para a apresentação, em audiência pública, dos resultados obtidos no "plebiscito da energia", realizado por movimentos sociais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão, Duarte Bechir, João Leite e Rômulo Viegas (os dois últimos substituindo, respectivamente, o deputado Fred Costa e Fabiano Tolentino, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.601/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a disponibilização de espaço para veículos apreendidos em Minas Gerais, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e

- nº 9.605/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Assuntos Municipais, para debater, em audiência pública, a ocupação na região do Alphaville e adjacências, nos Municípios de Nova Lima e Itabirito.

É rejeitado o requerimento nº 9.396/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Participação Popular para debater o resultado do plebiscito popular pela redução da tarifa de energia elétrica, realizado por organizações da sociedade civil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2014.

André Quintão, presidente - João Leite - Paulo Guedes.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir, Elismar Prado, Rômulo Viegas e João Leite (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Carlos Brito Pinheiro, pelo Fale com a Assembleia, em que registra a inadequada estrutura física da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, no Município de Mariana. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.599/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Uberlândia para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.602/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Araçuaí para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.604/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Sete Lagoas para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.606/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Pará de Minas para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.608/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Paracatu para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.610/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Montes Claros para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.611/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Manhuaçu para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.612/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Araxá para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.613/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja realizada visita à sede da Apae no Município de Além Paraíba para conhecer os serviços prestados e verificar a infraestrutura e as condições de funcionamento da entidade;

- nº 9.615/2014, do deputado Duarte Bechir, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rômulo Viegas, em que solicitam seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a estrutura física da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, no Município de Mariana, tendo em vista as denúncias apresentadas pelo pai de aluno e membro do colegiado da escola Carlos Brito Pinheiro, conforme mensagem do Fale com a Assembleia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Cássio Soares - Sebastião Costa.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco e Duarte Bechir (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil e de Relações Institucionais (7), publicados no *Diário do Legislativo* nos dias 15/12/2013, 20 e 28/2, 22/3 e 3/4/14. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 20/2/2014: ofícios dos Srs. Rodney Lucas Vieira de Sousa, procurador do trabalho da Procuradoria do Trabalho no Município de Patos de Minas, Rubens Rodrigues dos Santos, presidente da Companhia Nacional de Abastecimento, João Alberto Paixão Lages, secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Teodomiro Gonçalves de Souza, assessor de Programas Sociais do Centro de Referência de Assistência Social da Prefeitura de Varzelândia. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.351/2013, no 2º turno, 5.004/2014, em turno único (deputado Inácio Franco); 4.703/2013, no 1º turno e 5.008/2014, em turno único (deputado Romel Anízio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas e à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 4.944/2014 (relator: deputado Antônio Carlos Arantes) e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Projeto de Lei nº 4.835/2014 (relator: deputado Inácio Franco). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.351/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Inácio Franco). O Projeto de Lei nº 4.703/2013 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Inácio Franco, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.668/2013, 4.847, 4.895 e 4.930/2014 (relator: deputado Romel Anízio), 4.842 e 4.848/2014 (relator: deputado Inácio Franco), 4.869/2014 (relator: deputado Fabiano Tolentino). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.434, 7.460 e 7.582/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.674, 4.698, 4.707, 4.732, 4.734, 4.747, 4.749, 4.752, 4.753, 4.760, 4.766, 4.770, 4.776 e 4.781/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs:

- 9.632/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a aplicação das Leis Florestais Nacional (Lei Federal nº 12.651, de 25/5/2012) e Mineira (Lei nº 20.922, de 16/5/13) e a segurança no meio rural, na 80ª Exposição Internacional do Gado Zebu - Expozebu 2014, que ocorrerá nos dias 3 a 10/5/2014, no Parque de Exposições Fernando Costa em Uberaba;

- 9.635/2014, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Antonio Lerin, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para discutir a necessidade de atualização das normas mineiras relativas ao uso, à produção, ao comércio, ao armazenamento, ao transporte, à aplicação e à fiscalização de agrotóxicos no Estado de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Fabiano Tolentino - Paulo Guedes.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/4/2014

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Rômulo Viegas, Sebastião Costa, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Viegas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater possível violação de direitos humanos pela Comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros - CPO -, ferindo o princípio da impessoalidade na administração pública, determinado pelo art. 37 da Constituição Federal, deixando de promover militares que ocupariam as vagas previstas para supostamente apadrinhar outros. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cel. BM Matuzail Martins da Cruz, corregedor do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e membro da Comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando o Cel. BM Ivan Gamaliel Pinto, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e presidente da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. BM Ezequiel Silva, chefe do Estado-Maior e membro da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. PM Alex de Melo, chefe do Gabinete Militar da Governadoria do Estado de Minas Gerais e membro da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. BM Luiz Henrique Gualberto Moreira, membro da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. BM Pedro Alvarenga, membro da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de



Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. BM Marcello Tadeu de Souza Brito, membro da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. BM Miguel Novais Borges, membro da comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e representando o Ten.-Cel. BM Luiz Antônio Alves de Matos, membro da Comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Srs. Maj. BM Eduardo Cota Ramos; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Ascobom - Contagem; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Ten.-Cel. PM Jefferson Rodney de Oliveira, diretor de Relações Institucionais, representando o 3º-Sgt. Walter Carvalho de Souza Fagundes, presidente da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume-MG; Major BM Edson Rodrigues de Oliveira; 2º-Ten. BM Sebastião Fábio de Faria, CMT Pelotão Corpo de Bombeiros Militar; 3º- Sgt. BM Gildelan Costa da Cunha, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.653/2014, do deputado Almir Paraca e do deputado Durval Ângelo, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a criminalização dos movimentos sociais e sindicais, especialmente na região Nordeste do Estado, onde ocorrem perseguições recorrentes às lideranças dos movimentos dos sem-terras e dos assentamentos rurais da agricultura familiar;

- nº 9.654/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, possível violação dos direitos e garantias fundamentais cometidas em desfavor do agente penitenciário João Alcides Cardoso de Freitas, lotado na Penitenciária Francisco Sá, no Município Francisco Sá.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Rogério Correia.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/4/2014

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Duílio de Castro, Tiago Ulisses, Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR), Adalclever Lopes (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do MSC) e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador e ouvidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, solicitando seja incluído na pauta da comissão o Projeto de Lei Complementar nº 59/2014 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, publicado no *Diário do Legislativo* em 28/12/2013. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.093, 5.103, 5.120, 5.124 e 5.126/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 5.099, 5.104, 5.106, 5.112, 5.115, 5.117, 5.123, 5.128 e 5.132/2014 (deputado André Quintão); 5.095, 5.110, 5.111, 5.122, 5.127 e 5.130/2014 (deputado Duílio de Castro); 5.098, 5.100, 5.101, 5.107 e 5.114/2014 (deputado Gustavo Perrella); 5.096, 5.102, 5.113, 5.116 e 5.118, 5.125, 5.129 e 5.131/2014 (deputado Luiz Henrique); 5.119/2014 (deputado Leonídio Bouças); e 5.094 e 5.121/2014 (deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.979/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado André Quintão). É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Sebastião Costa, ao Projeto de Lei Complementar nº 59/2014, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Saúde e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente o Projeto de Lei nº 4.798/2013; à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal de Belo Horizonte o Projeto de Lei nº 4.997/2014; à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito de Formiga o Projeto de Lei nº 5.011/2014 (relator: André Quintão); ao autor e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 5.055/2014; e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito de Monte Sião o Projeto de Lei nº 5.057/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, sendo o segundo em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.969/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado André Quintão) e 4.982/2014 (relator: deputado Sebastião Costa). O Projeto de Lei nº 5.054/2014 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela comissão. Registra-se a saída do deputado Tiago Ulisses. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito de Monte Sião o Projeto de Lei nº 5.058/2014 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ao autor e ao prefeito de Matias Barbosa o Projeto de Lei nº 5.070/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 5.065/2014 (relator: deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição) e ao



Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG o Projeto de Lei nº 5.073/2014 (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.418/2013 e 5.033/2014 (relator: deputado André Quintão); e 5.045, 5.048 e 5.074/2014 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.044/2014, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado André Quintão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/4/2014

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Vanderlei Miranda, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as políticas públicas de prevenção e combate às drogas e tratamento dos usuários, com a presença de comunidades terapêuticas e representantes do Governo do Estado, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 3/4/2014: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação, e do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual Antidrogas – Conead; Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil; e Vinícius Samôr de Lacerda, vereador e presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Crack de Ubá, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Adalclever Lopes e Rômulo Viegas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.870, 4.871, e 4.892/2014, que receberam parecer por sua aprovação. São aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.368 e 4.606/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.655/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Adalclever Lopes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds - pedido de providências solicitando celeridade no processo de construção do Centro de Internação para Menores Infratores em Caratinga, uma vez que o município já disponibilizou à secretaria terreno e projeto;
- nº 9.656/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Adalclever Lopes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria Nacional de Justiça pedido de providências para que o Município de Caratinga seja incluído no programa federal "Crack, é possível vencer";
- nº 9.657/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Adalclever Lopes, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja disponibilizado maior aporte financeiro ao Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd - no Município de Caratinga;
- nº 9.658/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Adalclever Lopes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências solicitando celeridade no fornecimento de recursos financeiros ao Centro de Atenção Psicossocial Infantil de Caratinga, que se encontra em processo de instalação;
- nº 9.659/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Adalclever Lopes, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências solicitando o aumento do número de efetivos para atuarem no Município de Caratinga e região;
- nº 9.660/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas pedido de providências para que seja implantado um centro integrado de atendimento ao adolescente que pratique ato infracional no Município de Manhuaçu;
- nº 9.661/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que encaminhe à comissão estudo realizado pela secretaria sobre a recorrência de práticas criminais em Manhuaçu, em especial a vinculação com uso e tráfico de drogas com distinção entre menores infratores e adultos;
- nº 9.662/2014, dos deputados Vanderlei Miranda e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as comunidades terapêuticas credenciadas pelo Programa Cartão Aliança pela Vida nos Módulos I e II, o número de leitos atendidos em cada uma delas e recursos a elas destinados desde o início do credenciamento até a presente data, os critérios para a alteração do Módulo I (15 vagas) para o Módulo II (30 vagas) e para ampliação de metas das comunidades terapêuticas credenciadas pelo programa; e os critérios que definem o cronograma de credenciamento, vistoria e ampliação da participação de comunidades terapêuticas no âmbito do programa;

- nº 9.663/2014, do deputado Neider Moreira, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, no Município de Itaúna, o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas no município e região;
- nº 9.664/2014, da deputada Rosângela Reis e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, no Município de Sabará, o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas no município e região;
- nº 9.665/2014, do deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, o melhor aproveitamento das parcerias do Estado com as comunidades terapêuticas;
- nº 9.666/2014, do deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, no Município de Ubá, o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas no município e região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Paulo Lamac - Marques Abreu - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/4/2014

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Elismar Prado (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), Fábio Cherem e Rômulo Viegas (substituindo respectivamente, os deputados João Vítor Xavier e Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao 2º e 3º quadrimestres de 2013 e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência, publicada no Diário do Legislativo em 12/4/2014: ofício do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo, gerente-geral da Embrapa Café. O presidente acusa o recebimento acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.683/2013, no 1º turno, do qual designou relator o deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.404/2011 é retirado de pauta por determinação do presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projeto de resolução, dos Convênios ICMS nºs 10 a 12 e 16 a 32/2014 encaminhados pela Mensagem nº 643/2014 (relator: deputado Rômulo Viegas); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 621/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Fábio Cherem, em virtude de redistribuição), e 4.683/2013 (relator: deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Rita de Carvalho Rocha, diretora da Central de Gestão Fiscal, da Seplag, e os Srs. André Abreu Reis, subsecretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto, representando a sra. Renata Maria Paes de Vilhena, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Magno Simões de Brito, diretor da Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública, Antônio Donizete Rosa, assessor da Superintendência Central de Contadoria Geral, representando o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, secretário de Estado de Fazenda, e Leandro César Pereira, superintendente central de Planejamento e Programação Orçamentária da Seplag, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Jayro Lessa, presidente - João Vítor Xavier - Agostinho Patrus Filho - Rômulo Viegas.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/4/2014

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Cássio Soares e Sebastião Costa (os dois últimos substituindo os deputados Bosco e Deiró Marra, respectivamente, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Evandro José Neiva, presidente da Conspiração Mineira pela Educação, e da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação, informando que será realizada, em maio próximo, a segunda edição da Feira das Profissões - Educação para o Mundo do Trabalho; e da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (3/4/2014), e Gelvânia Câmara Marques, secretária de Educação de Manhuaçu (5/4/2014). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.700/2013, em turno único, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.668/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião com convidados para homenagear o Colégio Tiradentes de Montes Claros pelos 50 anos de sua fundação. Cumprida



a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Duarte Bechir, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/4/2014

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Duarte Bechir e Célio Moreira (substituindo o deputado Lafayette de Andrada, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a promover a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações aos policiais militares lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar pelo resgate da gerente comercial Patrícia Goulart Cardoso e de sua mãe, Silvana Goulart Carvalho, após roubo em Belo Horizonte, nos termos do Requerimento nº 6.946/2014. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Sebastião Custódio Couto Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Frutal, solicitando esforços desta comissão para a elevação da 4ª Cia. da Polícia Militar Independente, sediada em Frutal, para Batalhão, a fim de que seu efetivo possa ser aumentado e conseqüentemente aumentada a segurança pública, tanto em Frutal como nas cidades circunvizinhas; e *e-mail* do Sr. Leonardo Corrêa do Nascimento, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, solicitando apoio desta comissão para que seja encaminhada mais uma viatura da Polícia Militar para o Município de Tocantins. A presidência informa que a parte da reunião destinada a ouvir convidados foi adiada para 24/4/2014, às 16 horas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.613 a 7.622/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.670/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis pela prisão de cinco suspeitos por envolvimento no roubo das armas na Central Integrada de Escoltas do Sistema Prisional, próximo à Penitenciária Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, no dia 24/3/2014;

- nº 9.671/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de repúdio à Presidência e à Vice-Presidência da República, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, ao Governador do Estado da Bahia e ao Ministério Público Federal na Bahia pela prisão do vereador Marco Prisco Caldas Machado, líder do movimento grevista da Polícia Militar da Bahia, em cela comum no presídio federal de Brasília, na companhia de diversos criminosos;

- nº 9.672/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja designado o deputado Sargento Rodrigues para representar esta comissão em visita ao vereador Marco Prisco, preso em Brasília;

- nº 9.673/2014, do deputado Zé Maia, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para avaliação da possibilidade de elevação da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar de Frutal à categoria de Batalhão;

- nº 9.674/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para destinar uma viatura para atender o Município de Tocantins, tendo em vista que as viaturas existentes estão sucateadas;

- nº 9.675/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Chefe do Gabinete Militar do Estado pedido de informações com relação ao cumprimento da Lei Complementar nº 127, tendo em vista diversas reclamações por parte de policiais militares a respeito da sobrecarga de trabalho;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2014.

João Leite, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/4/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.004/2011, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado às Secretarias de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre eventuais estudos do governo do Estado sobre a importação de aço inox e seu impacto na economia mineira e no Vale do Aço, especialmente em Timóteo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.046/2011, da Comissão de Participação Popular, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre as ações desse órgão com o objetivo de erradicar o analfabetismo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.143/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de informações sobre a possibilidade de convivência entre monumento natural do Estado e parque nacional, submetidos à regência da Lei Federal nº 9.985, de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.159/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social e ao Instituto de Terras de Minas Gerais pedido de informações sobre as reclamações dos pequenos proprietários e posseiros da região de Grão Mogol, conforme denúncias apresentadas na 60ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, em Montes Claros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.404/2012, da deputada Liza Prado, que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações, que menciona, sobre o transporte coletivo entre os Municípios de São Miguel do Anta e Viçosa, operado pela empresa Vale do Piranga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.500/2012, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a pesquisa "Censo do Transporte", realizada em Ribeirão das Neves, e seja enviada a essa comissão cópia da referida pesquisa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.747/2012, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Copasa pedido de informações sobre o modelo Sistema de Gestão Ambiental e a análise dos resultados obtidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.002/2012, da Comissão de Justiça, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os trechos de rodovia abrangidos pelas ações do Caminhos de Minas nos anos de 2012 e 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.216/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Sérgio Miranda, Suave Guerreiro", de autoria da jornalista Tereza Cruvinel, publicado na revista "Retrato do Brasil", de janeiro de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.239/2013, do deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre a fiscalização da segurança em estabelecimentos abertos ao público, especialmente se o número de agentes é suficiente para fiscalizar a segurança e se há e quais são os projetos e metas em andamento visando ao aumento desse quantitativo; o número de vistorias e inspeções e de autos de infração ou de interdição lavrados em decorrência dessas ações nos últimos 12 meses; o total dos valores das multas aplicadas nos últimos 12 meses; as medidas que vêm sendo adotadas para intensificar a fiscalização, especialmente dos alvarás dos estabelecimentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.346/2013, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Corregedoria da PMMG pedido de informações sobre as providências tomadas quanto à Ficha de Atendimento nº 2.012, em que figura como solicitante o Sr. Antonio Marcos di Paula Alves e Silva. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.408/2013, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Assuntos Prisionais pedido de informações sobre os motivos da demissão do Sr. Luciano Avlis Marioley, agente penitenciário lotado no presídio de Barbacena até 4/12/2012, especificando-se se a referida demissão estaria relacionada à denúncia encaminhada pelo citado profissional ao Ministério Público da Comarca de Barbacena sobre irregularidades, violências e outras violações de direitos fundamentais no citado presídio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.034/2014, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de informações sobre os valores e procedimentos adotados pela Polícia no pagamento de honorários a seus servidores por sua participação em bancas examinadoras, com especificação sobre os critérios para seleção de servidores que compõem a banca, a carga horária de trabalho dos selecionados e a lotação deles em outras funções, investigativas e administrativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.054/2014, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o cronograma de implantação do programa Minas Comunica II. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.090/2014, da deputada Liza Prado, que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência no Estado de políticas públicas e programas de acesso a cães-guias para pessoas com deficiência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.189/2014, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre as providências tomadas em decorrência das denúncias de abuso de poder e violência policial que teriam ocorrido no Município de Felixlândia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.190/2014, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o total de drogas, explosivos e armas de fogo apreendidos nos últimos três anos no Estado, especificando-se os tipos e a quantidade de entorpecentes apreendidos em cada ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 64/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 65/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 66/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 67/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013. (Urgência) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Urgência) Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.810/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 116/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 11 de outubro de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.923/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 109/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 5 de setembro de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.924/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 53, de 19 de julho de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.925/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 100, de 7 de agosto de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.926/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 111, 114, 123 a 125, 130, 133 e 135, de 11 de outubro de 2013, e 136 a 140, 145, 146, 149 e 154, de 18 de outubro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.927/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 59 a 62, 65 a 73, 75 a 77, 79, 87, 88, 91 e 95, de 26 de julho de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.027/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 158, 163, 164, 167 e 176, de 6 de dezembro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.028/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 6/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.029/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 4/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.061/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 191, de 17 de dezembro de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.062/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 189/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 17 de dezembro de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.063/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 9/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 27 de janeiro de 2014.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.984/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pimenta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.309/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dolores de Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.331/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.376/2013, do deputado Duílio de Castro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.378/2013, do deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coqueiral o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.406/2013, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passabém o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2011, do deputado Anselmo José Domingos, que dispõe sobre a criação do programa estadual para identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação (Ex-Projeto de Lei nº 1.798/2007). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.729/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.819/2011, do deputado Fábio Cherem, que dispõe sobre a obrigatoriedade da exposição em todas as unidades de saúde de cartaz informativo sobre a distribuição gratuita de medicamentos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2011, do deputado Leonardo Moreira, que torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado, informando sobre o inteiro teor dos arts. 47 e 48 da Resolução Anac nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.460/2011, do deputado Delvito Alves, que dispõe sobre preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto a adoção de menores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.832/2012, da deputada Liza Prado, que torna obrigatória a informação ao paciente sobre todos os dados de procedência das próteses implantadas nos pacientes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarará o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.429/2013, do governador do Estado, que institui a Política de Saúde Ocupacional do Servidor Público, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros, que altera o "caput" do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.069/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.176/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 10 a 12 e 16 a 32, de 21 de março de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.683/2013, do deputado Bráulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.164/2014, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2014. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.627 a 7.629/2014, 7.631 a 7.633/2014, 7.635 a 7.638/2014, 7.706 a 7.710/2014, do deputado Cabo Júlio; 7.630/2014, 7.642 a 7.645/2014, 7.711 a 7.713/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 7.639 a 7.641/2014, do deputado Ivair Nogueira; e 7.718/2014, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção aos Requerimentos nºs 6.608 e 6.611/2013.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.096/2014, do deputado Fred Costa, e 4.767/2013, do deputado Inácio Franco.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.725/2013, do deputado Paulo Lamac; 3.999/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.018/2013, do deputado Gustavo Valadares; 4.673/2013, do Tribunal de Contas; 4.900/2014, do deputado Carlos Henrique; 5.093/2014, do

governador do Estado; 5.115/2014, do deputado Inácio Franco; 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 5.133/2014, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.802/2013, do deputado Célio Moreira; 4.985/2014, do deputado Rogério Correia; 5.095/2014, do deputado Hely Tarquínio; 5.106/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão; 5.113/2014, do deputado Hely Tarquínio; 5.125/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.127/2014, do deputado Wander Borges; 5.129/2014, do deputado Rogério Correia; e 5.130/2014, do deputado Wander Borges.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.811/2013, do deputado Juarez Távora; 4.883/2014, do deputado Antonio Lerin; 4.890/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.938/2014, do deputado André Quintão.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a implementação da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) no Estado, bem como os direitos humanos violados em consequência da não aplicação da referida lei.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.003/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 7.570/2014, do deputado Jayro Lessa; 7.581/2014, do deputado Sávio Souza Cruz; 7.646/2014, do deputado Ivair Nogueira; e 7.652/2014, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 29/4/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 30/4/2014**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater a humanização do parto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 29 de abril de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e Indicações nºs 64/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para compor o Conselho de Defesa Social, 65/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz para compor o Conselho de Defesa Social, 66/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social, e 67/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social; dos Requerimentos nºs 2.004/2011, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado às Secretarias de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre eventuais estudos do governo do Estado sobre a importação de aço inox e seu impacto na economia mineira e no Vale do Aço, especialmente em Timóteo, 2.046/2011, da Comissão de Participação Popular, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre as ações desse órgão com o objetivo de erradicar o analfabetismo, 2.143/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de informações sobre a possibilidade de convivência entre monumento natural do Estado e parque nacional, submetidos à regência da Lei Federal nº 9.985, de 2000, 2.159/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social e ao Instituto de Terras de Minas Gerais pedido de informações sobre as reclamações dos pequenos proprietários e posseiros da região de Grão Mogol, conforme denúncias apresentadas na 60ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, em Montes Claros, 2.404/2012, da deputada Liza Prado, que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações, que menciona, sobre o transporte coletivo entre os Municípios de São Miguel do Anta e Viçosa, operado pela empresa Vale do Piranga, 2.500/2012, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a pesquisa "Censo do Transporte", realizada em Ribeirão das Neves, e seja enviada cópia da referida pesquisa a essa comissão, 2.747/2012, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Copasa pedido de informações sobre o modelo Sistema de Gestão Ambiental e a análise dos resultados obtidos, a fim de se identificar que melhorias ambientais vêm sendo alcançadas, 3.002/2012, da Comissão de Justiça, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os trechos de rodovia abrangidos pelas ações do Caminhos de Minas nos anos de 2012 e 2013, 4.216/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Sérgio Miranda, Suave Guerreiro", de autoria da jornalista Tereza Cruvinel, publicado na revista "Retrato do Brasil", de janeiro de 2013, 4.239/2013, do deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre a fiscalização da segurança em estabelecimentos abertos ao público, especialmente se o número de agentes é suficiente para fiscalizar a segurança e se há e quais são os projetos e metas em andamento visando ao aumento desse quantitativo, o número de vistorias e inspeções e de autos de infração ou de interdição lavrados em decorrência dessas ações nos últimos 12 meses, o total dos valores das multas aplicadas nos últimos 12 meses e as medidas que vêm sendo adotadas para intensificar a fiscalização, especialmente dos alvarás dos estabelecimentos, 4.346/2013, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Corregedoria da PMMG pedido de informações sobre as providências tomadas quanto à Ficha de Atendimento nº 2.012, em que figura como solicitante o Sr. Antonio Marcos di Paula Alves e Silva, 4.408/2013, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Assuntos Prisionais pedido de informações sobre os motivos da demissão do Sr. Luciano Avlis Marioley, Agente Penitenciário lotado no presídio de Barbacena até 4/12/2012, especificando-se se a referida demissão estaria relacionada à denúncia encaminhada pelo referido profissional ao Ministério Público da Comarca de Barbacena sobre irregularidades, violências e outras violações de direitos fundamentais no citado presídio, 7.034/2014, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de informações sobre os valores e procedimentos adotados pela Polícia no pagamento de honorários a seus servidores por sua participação em bancas examinadoras, com especificação sobre os critérios para seleção de servidores que compõem a banca, a carga horária de trabalho dos selecionados e a lotação deles em outras funções, investigativas e administrativas, 7.054/2014, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o cronograma de implantação do programa Minas Comunica II, 7.090/2014, da deputada Liza Prado, que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência no Estado de políticas públicas e programas de acesso



a cães-guias para pessoas com deficiência, 7.189/2014, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre as providências tomadas em decorrência das denúncias de abuso de poder e violência policial que teriam ocorrido no Município de Felixlândia, e 7.190/2014, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o total de drogas, explosivos e armas de fogo apreendidos nos últimos três anos no Estado, especificando-se os tipos e a quantidade de entorpecentes apreendidos em cada ano; e na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 39/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros, que altera o *caput* do art. 34 da Constituição do Estado, e 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2009, 4.810/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 116/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 11 de outubro de 2013, 4.923/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 109/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 5 de setembro de 2013, 4.924/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 53, de 19 de julho de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, 4.925/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 100, de 7 de agosto de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, 4.926/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 111, 114, 123 a 125, 130, 133 e 135, de 11 de outubro de 2013, e 136 a 140, 145, 146, 149 e 154, de 18 de outubro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, 4.927/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 59 a 62, 65 a 73, 75 a 77, 79, 87, 88, 91 e 95, de 26 de julho de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, 5.027/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 158, 163, 164, 167 e 176, de 6 de dezembro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, 5.028/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 6/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014, 5.029/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 4/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014, 5.061/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 191, de 17 de dezembro de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, 5.062/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 189/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 17 de dezembro de 2013, 5.063/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 9/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 27 de janeiro de 2014, e 5.176/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 10 a 12 e 16 a 32, de 21 de março de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; e dos Projetos de Lei nºs 1.635/2011, do deputado Anselmo José Domingos, que dispõe sobre a criação do programa estadual para identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação, 1.729/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, e dá outras providências, 1.819/2011, do deputado Fábio Cherem, que dispõe sobre a obrigatoriedade da exposição em todas as unidades de saúde de cartaz informativo sobre a distribuição gratuita de medicamentos e dá outras providências, 1.875/2011, do deputado Leonardo Moreira, que torna obrigatória a afixação de cartazes, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado, informando sobre o inteiro teor dos arts. 47 e 48 da Resolução Anac nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências, 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, 2.460/2011, do deputado Delvito Alves, que dispõe sobre preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto a adoção de menores, 2.832/2012, da deputada Liza Prado, que torna obrigatória a informação ao paciente sobre todos os dados de procedência das próteses implantadas nos pacientes e dá outras providências, 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica, 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona, 3.984/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pimenta o imóvel que especifica, 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarará o imóvel que especifica, 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica, 4.309/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores de Campos o imóvel que especifica, 4.331/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica, 4.376/2013, do deputado Duílio de Castro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco o imóvel que especifica, 4.378/2013, do deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coqueiral o imóvel que especifica, 4.406/2013, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passabém o imóvel que especifica, 4.429/2013, do governador do Estado, que institui a Política de Saúde Ocupacional do Servidor Público, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica, 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973, 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura, 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica, 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e dá outras providências, 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica, 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira o imóvel que especifica, 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica, 5.069/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito



suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado, 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013, 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências, e 5.164/2014, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2014; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 29/4/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, para debater o grande número de acidentes na ciclovia da Lagoa da Pampulha, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2014.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.953/2014, do deputado Duarte Bechir; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 7.426/2014, do deputado Bosco, 7.507/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, 7.569/2014, do deputado Tenente Lúcio, e 7.612/2014, da deputada Liza Prado; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2014.

Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2013

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados André Quintão, Duarte Bechir e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 29/4/2014, às 14h45min, e em 30/4/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2014.

Romel Anízio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2014, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção ao Requerimento nº 6.946/2014.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2014.

João Leite, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.164/2014****Mesa da Assembleia
Relatório**

De autoria deste Colegiado, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2014”.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 24/4/2014, a proposição foi distribuída à Mesa da Assembleia para, nos termos do art. 79, VIII, “a”, do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

O projeto de lei sob exame trata da concessão da revisão da remuneração e dos proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia, medida necessária ao restabelecimento do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores da Casa diante da inflação apurada no período de 1º/4/2013 a 31/3/2014, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 19.838, de 2/12/2011, segundo o qual a revisão será realizada anualmente, no mês de abril e sem distinção de índices, em atendimento ao disposto no *caput* do art. 24 da Constituição do Estado e do inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição da República.

O índice de reajuste ora apresentado, de 6,15%, foi estabelecido conforme o Índice de Preços ao Consumidor - IPCA - apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, conforme dados disponíveis em www.ibge.gov.br.

Relativamente à iniciativa para propor o projeto em análise, destaca-se que compete à Mesa da Assembleia dispor sobre a remuneração dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, sua organização, seu funcionamento e sua polícia, nos termos da alínea “h” do inciso I do art. 66 da Constituição do Estado.

Além disso, é importante destacar que a recomposição remuneratória em comento adequa-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras da Assembleia Legislativa e atende aos requisitos e limites estabelecidos nas Constituições da República e do Estado e também na Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000. Conforme se pode verificar no Demonstrativo da Despesa de Pessoal relativo ao período de janeiro a dezembro de 2013, o gasto da Secretaria da Assembleia Legislativa na área de pessoal, sem a dedução de inativos e pensionistas, foi de 1,5813% em relação à Receita Corrente Líquida - RCL. Esse índice está bem abaixo do limite previsto para as despesas com pessoal da Assembleia, as quais não podem ultrapassar 2,1062% do valor da RCL do Estado, bem como do limite prudencial, que é de 2,0009% do valor da RCL.

Ressalte-se que o reajuste que ora se propõe conceder é medida necessária à valorização dos servidores desta Casa, responsáveis pela reconhecida qualidade do apoio à atividade parlamentar.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.164/2014 no 1º turno, na forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de abril de 2014.

Dilzon Melo, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 16/4/2014**

O deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa tarde. Quero cumprimentar os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Sr. Presidente, estamos vivenciando, sobretudo em função das eleições, um momento em que a disputa de versão tem sido o grande debate na sociedade, o que se vende para a sociedade ou o que a mídia compra como ideia, como tese, para implementar algum conceito ou, neste momento, alguma candidatura no enfrentamento, seja a que projeto for, em nível estadual e federal. É uma disputa muito clara, mas, infelizmente, muitas vezes a população não acompanha a verdade dos fatos. Diante de uma tese como essa, de disputa de versão, poderíamos debater vários temas, como já fizemos em oportunidades que tivemos nesta Casa. Quantas vezes deputados do nosso bloco, o Minas sem Censura, aqui estiveram questionando ações do governo do Estado quando, na verdade, muitos dos programas e das ações que o o governo executa em cada canto do Estado são programas federais. O governo do Estado tem a capacidade de transformar não só o nome do programa, mas também dizer à sociedade mineira que o programa foi instituído por ele e é de sua iniciativa. Assim, vamos acompanhando e vendo que, infelizmente, o governo de Minas vai iludindo a população com muitas de suas ações.

Ultimamente acompanhamos propagandas, por exemplo, do programa do governo federal Rede Cegonha, lançado em Belo Horizonte pela nossa presidenta Dilma, no início do ano passado, o qual tem investimento muito forte na área de saúde e o objetivo do atendimento a gestantes, todo o seu acompanhamento pré-natal. Lembro muito bem quando a presidenta Dilma esteve em Minas Gerais e lançou esse programa e, no dia seguinte, estavam estampadas nos jornais as propagandas do governo do Estado do programa Mães de Minas. É um programa elaborado, pensado, com investimento do governo federal, obviamente com uma estratégia de parceria com os estados.

Como disse, a capacidade que o governo tem de transformar não só o nome, mas também levar à sociedade mineira essa inversão ou essa versão equivocada faz com que a população imagine ou questione a ausência de ações do governo federal. Sem dúvida alguma, isso é uma prática do governo do Estado, mais do que isso, uma prática do PSDB. Prova disso é que no Paraná há também o



Mãe Curitibana, na mesma lógica do programa do governo federal Rede Cegonha, transformado inicialmente em outro nome e mostrado à sociedade como se fosse ação do governo do Estado. É óbvio que o governo do Estado é parceiro da execução, mas não é o elaborador, o investidor maior. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante compartilhar isso, por meio da TV Assembleia, com todos os que nos acompanham, porque são temas que muitas vezes a imprensa não expõe.

Poderíamos falar aqui, por exemplo, da Lei Complementar nº 100, o quanto o governo do Estado enganou os profissionais da educação dizendo que eles teriam todas as garantias. Esses profissionais receberam em junho de 2011 uma carta da secretária Renata Vilhena e Ana Lúcia Gazzola que dizia assim: “Aos servidores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 2007. Em 6/11/2007, o governador do Estado de Minas Gerais sancionou a Lei Complementar nº 100 e regularizou a situação funcional de mais de 100 mil servidores da Secretaria de Educação, tornando-os efetivos nos cargos que ocupavam na data da publicação da referida lei. Posteriores alterações na legislação pertinente foram realizadas visando estender aos efetivados os mesmos direitos dos servidores efetivos.

A primeira dessas alterações foi a revogação do art. 8º do Decreto nº 44.674, de 2007. Com essa alteração, as vagas ocupadas por servidor efetivado não serão disponibilizadas para constar do edital do próximo concurso público.

A Instrução SEE nº 1, publicada em abril de 2011, garante ao servidor efetivado o direito de concorrer à remoção ou mudança de locação, em igualdade de condições com o servidor efetivo. A Resolução SEE nº 1.846, publicada em maio de 2011, eliminou o tratamento diferenciado atribuído ao servidor efetivado na organização do quadro de pessoal das escolas. Foi instituído o grupo de trabalho Seplag-SEE com o objetivo de eliminar as demais restrições quanto aos direitos e benefícios dos servidores efetivados”.

Com isso, o governo do Estado garantiu aos servidores que eles teriam o mesmo direito e que não precisavam prestar concurso público. E vimos o que aconteceu. O Supremo Tribunal Federal derrubou isso e depois a secretária Ana Lúcia Gazzola tentou negar a afirmação, que estava escrita e foi encaminhada a todos os servidores. É a prova, nobres deputados, da ação competentíssima do governo do Estado, da sua capacidade inequívoca de reverter a versão, vendendo à população situações maquiadas, para enganá-la. A pior delas estamos vivendo nesse momento.

Estamos acompanhando essa polêmica da Cemig, que encaminhou à Aneel um pedido de revisão de sua cobrança tarifária, solicitando quase 30% de reajuste. Ela solicitou isso, senhoras e senhores. E a Aneel, depois dos estudos, autorizou, possibilitou, abriu as condições para que a Cemig não aplicasse esse reajuste de 30%, mas que aplicasse um reajuste de até 14%.

Entretanto, o governo é competente. Quero até parabenizá-lo, porque, diante de um governo como este, só podemos dar-lhe o troféu Pinóquio, pois é o governo mais mentiroso que este estado já teve. Um governo que é capaz de inventar e vender versões e fazer com que a população caia nesse conto, a ponto de merecer, desta tribuna, o prêmio governo Pinóquio. Um governo mentiroso que diz à população que o governo federal, através da Aneel, está obrigando a Cemig a implementar um reajuste de 14%. É o governo do Estado que está fazendo isso. É a Cemig que está fazendo isso. Além disso, paga propagandas caríssimas, com artistas famosos, querendo levar essa informação à população. Parabéns a este governo competente, a este governo que tem o mérito de receber esse prêmio, que tenho a oportunidade de compartilhar: o prêmio Pinóquio. Parabéns, porque a mentira que se fala a cada canto do Estado chega a ser absurda e digna de uma palhaçada como essa. É impressionante a capacidade do governo de ainda questionar isso.

Quando consultamos o *site*, o *blog* oficial da Cemig, deputado Elismar, que fala de transparência, está assim: “Oficial: A Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - informa que todos os anos apresenta uma planilha de custos para a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, assim como todas as outras concessionárias, para que o órgão defina a tarifa da empresa”.

No caso da Cemig Distribuição, o processo acontece anualmente para estabelecer reajuste na tarifa para cima ou para baixo, a partir de abril. No atual processo de reajuste, o principal fator de variação da tarifa deve ser influenciado pela necessidade de compra de energia térmica, que é mais em relação ao preço da energia das usinas hidráulicas. Diz a Cemig em seu *site* oficial que o custo da energia gerada pelas usinas térmicas e o preço da energia no mercado livre são componentes que as concessionárias não têm como gerenciar e se enquadram na chamada Parcela A, que representa 69% no peso final do reajuste. No caso da Parcela A, a Cemig identifica, no pedido enviado à Aneel, a necessidade de reajuste de 29%.

A Cemig foi verdadeira no seu *site*, ao assumir ter feito a solicitação, mas foi mentirosa ao pagar uma propaganda dizendo que o governo federal está obrigando-a a exercer um reajuste de 14%. Não, ela solicitou um reajuste de 29% ao governo federal. A Aneel autorizou um reajuste de até 14%. Parabéns, Cemig, parabéns, governo. Isso é digno, de fato, do troféu Pinóquio: o governo mentiroso, a empresa mentirosa. É inaceitável a postura do governo de Minas, que se digna a uma palhaçada como essa. Não podemos aceitar que neste momento mentiras como essas sejam vendidas à população como verdade, uma verdade absurda, que me obriga a fazer um discurso como este. É uma mentira lamentável, mas damos parabéns a este governo, capaz de criar tal inverdade e, infelizmente, conseguir convencer a população de que ações do governo federal são tomadas em seu desfavor. Ações como essa, em virtude de enorme propaganda na mídia, são assimiladas como verdades. A Aneel entrará com uma ação contra isso, e vamos reverter a situação.

Gostaria de, rapidamente, ler a nota do PT, que mostra detalhadamente o que aconteceu. (- Lê:)

“Nota do PT. O PSDB mineiro parece não ter limites nas reiteradas tentativas de enganar a população com falsas propagandas. Como se não bastasse querer se apropriar dos programas federais implantados em Minas, agora os tucanos tentam transferir para o governo federal a culpa pelo aumento na conta de luz.

Nos últimos dias, a Cemig patrocinou uma massiva campanha publicitária com o objetivo de se isentar do reajuste de 14,76% nas contas pagas pelos mineiros. A verdade, que novamente não está ao lado da propaganda tucana, é que a Cemig solicitou um aumento de quase 30% na conta de luz. A Aneel, discordando dos argumentos apresentados pela estatal para reajustar as tarifas, concedeu um reajuste de 14,7%, metade do que solicitou a companhia. Vale ressaltar que a Aneel só autoriza aumentos nas tarifas após solicitação das distribuidoras, no caso a Cemig.

O pedido de quase 30% de aumento na conta paga pelos mineiros foi feito na semana em que a companhia anunciou um lucro de 3,1 bilhões em 2013. Se fosse aceito pelo órgão regulador, sozinha, a correção na conta de luz poderia representar uma elevação de 0,8 ponto percentual na inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - na Grande Belo Horizonte.



O que surpreende, além da incompatibilidade entre o lucro de 3,1 bilhões e os exorbitantes pedidos de aumentos nas tarifas, é um dos argumentos utilizados pela empresa para rever a definição da base de remuneração da Cemig Distribuição, com o consequente impacto no valor da conta de luz. Dizendo ter investido acima do previsto na implantação do programa Luz para Todos, a Cemig vai, a partir de abril, repassar para os mineiros parte dos valores gastos nesse importante programa social do governo federal.

A falta de planejamento, de sensibilidade social e de compromisso com o controle dos índices inflacionários revelam a distância existente entre a prática e a propaganda do governo de Minas. Enquanto o governo federal faz sacrifícios para resolver os problemas, inclusive na questão energética, baixando tarifas e implantando projetos como o Luz para Todos, o Estado de Minas, através da Cemig, erra cálculos, não realiza um bom planejamento e transfere para a população o ônus pela má gestão do PSDB”.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, encerro dando os parabéns a esse governo: prêmio Pinóquio, prêmio da mentira de um governo mentiroso.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia e visitantes das nossas galerias, queria tratar de um assunto que incomoda muito os deputados, incomoda V. Exa., como 1º-vice-presidente desta Casa, incomoda este deputado, incomoda o deputado Wander Borges, o deputado Agostinho Patrus, o deputado Elismar Prado, o deputado Doutor Wilson Batista, enfim, incomoda a todos nós.

E por que nos incomoda? Hoje, ao abrir o jornal *Estado de Minas*, de que sou assinante há mais de uma década, deparei-me com a seguinte matéria: "Economia com o fim de privilégio". Deputado Ivair Nogueira, está aqui a matéria do *Estado de Minas*. Aliás, é matéria com a foto deste deputado aqui na frente, e ela traz a economia feita pelo Poder Legislativo de Minas Gerais com o chamado fim do auxílio-moradia. O que é auxílio-moradia? Uma parcela de R\$2.850,00 que era atribuída aos 77 deputados. No ano passado, votamos um projeto de resolução que restringiu a alguns deputados o uso desse benefício. Os que tivessem casa na região metropolitana, como é o nosso caso, não poderiam fazer uso desse valor. Estive presente e votei favoravelmente a essa restrição. V. Exa., da mesma forma, se encontrava presente.

O jornal *O Tempo* também traz: "Fim do auxílio-moradia rende economia de R\$565.000,00".

É muito estranho, deputado Ivair Nogueira, que esses dois jornais tenham publicado essas duas matérias falando da economia com o fim do auxílio-moradia. Quero dirigir a palavra ao cidadão que neste momento está assistindo à TV Assembleia, para ele entender um pouco como funcionam determinados veículos de comunicação e o tipo de matéria pautada e ver a maldade que, às vezes, está por trás dessas matérias.

O que nos causa estranheza é que questionam aqui ainda como fim do privilégio, deputado Ivair Nogueira. Pediria a V. Exa. uma atenção e ao Caixeta que faça uso da palavra depois, porque esse jornal fala do privilégio, mas o jornal *O Tempo* também fala que, com o fim do auxílio-moradia, a Casa fará a economia de R\$565.000,00. Ora, o cidadão que lê essas matérias pode entender, deputado Ivair Nogueira, que é algo muito bom. Só não sabe que, no jornal de domingo, o mesmo jornal de que sou assinante, o *Estado de Minas*, publicou uma outra matéria, uma matéria paga desta Casa, meia página paga com o dinheiro do contribuinte, dizendo que a Assembleia de Minas trabalha para melhor atender aos mineiros. E aqui, deputado Vanderlei Miranda, vemos uma tesoura: o fim do voto secreto - e tenho um enorme orgulho de ser o autor da Emenda à Constituição nº 91, que foi acolhida por meus pares, com 59 votos favoráveis e nenhum contrário. Além disso, temos: fim do 14º e do 15º, fim do auxílio-moradia, fim da hora-extra. Quer dizer que a Casa corta alguns benefícios pagos aos deputados para então fazer publicidade. É isso? No mesmo jornal?

Para mim, deputado Vanderlei Miranda, isso soou muito mal. Ora, o jornal fala hoje em fim do privilégio. Agora, deputado Ivair Nogueira e deputado Vanderlei Miranda, vamos conhecer os deputados desta Casa, na hora de votar projetos, com a imprensa em cima, pressionando. E lembro que essa mesma imprensa leva uma verba publicitária altíssima do próprio Poder.

Temos aqui dois projetos de lei complementar: o de nº 59, do Poder Judiciário, e o de nº 62, do Ministério Público. Deputado Vanderlei Miranda, penso diferente de outros deputados. Não tenho medo de ocupar a tribuna para citar jornal nem articulista. Não tenho rabo preso nem com jornal nem com financiador de campanha nem com o Judiciário nem com o Ministério Público. Entretanto, um desses projetos, o Projeto de Lei Complementar nº 59, enviado pelo Poder Judiciário, em seu art. 114, prevê o auxílio-livro: meio subsídio. Quanto é o subsídio hoje pago ao Judiciário? São R\$26.589,00. Quanto fica então o meio subsídio? R\$13.294,00. Quem terá direito? Todos os membros do Judiciário. Quantos são? Entre juízes e desembargadores, aproximadamente mil. Qual, então, será o gasto por ano? Serão gastos R\$13.294.000,00.

Se a Assembleia Legislativa estivesse pagando, neste momento, o auxílio-moradia para os 77 deputados, 1 vez por mês, 12 vezes por ano, a Casa estaria gastando R\$2.633.000,00. Vejam isso, deputado Ivair Nogueira e deputado Vanderlei Miranda.

Vou repetir novamente: se a Assembleia de Minas pagasse mensalmente o auxílio-moradia de R\$2.850,00 aos 77 deputados, considerando 12 vezes por ano, ela gastaria R\$2.633.000,00. O projeto do Judiciário, PLC nº 59, e o projeto do Ministério Público, que estão na Comissão de Justiça, se referem a R\$13.294.000,00 somente para auxílio-livro. Agora, deputado Duarte Bechir, não somente o pagamento do auxílio-livro está previsto nesse projeto como também o de 2/3 para cada mês de férias. Utilizarei uma frase um pouco dura, mas ela tem de ser dita: até quando este Poder será frouxo esse tanto? Até quando o conjunto dos deputados será frouxo esse tanto? Se existe um projeto propondo auxílio-moradia, dizem que deputados não podem recebê-lo, pois para eles isso é imoral. Perguntem se os jornais publicaram uma vírgula a respeito dos projetos. O cidadão deveria questionar: "Por que o jornal *Estado de Minas* não publicou uma vírgula para dizer que os projetos do Judiciário e do Ministério Público saltam aos olhos?". Se um juiz ou desembargador for promovido ou removido, recebe auxílio-transporte como subsídio no valor de R\$26.589,00. Ora, será que de uma comarca para outra eu gastaria R\$26.589,00? Será que somente este deputado viu isso no projeto? Será que nenhum outro deputado desta Casa viu isso? Será que o presidente Dinis Pinheiro viu esse projeto? Será que algum líder de governo virá a esta tribuna para pedir que votem nos projetos, porque eles são de interesse do governo? Quero ver a cara de pau de um líder de governo ao pedir isso. Um projeto é do Judiciário, e o outro, do Ministério Público.



Já estou no 16º ano de mandato. Vemos que, para deputado, é imoral. Mas é difícil discutir a moralidade, pois ela é subjetiva, não é? Os juízes e desembargadores já têm dois meses de férias, mas querem 2/3 a mais por ano. Deputados Vanderlei Miranda e Duarte Bechir, os senhores não têm 1/3 de férias. Os juízes querem receber 4/3. Fiz as contas e concluí. Dividi o subsídio de R\$26.589,00 por três e achei um resultado superior a R\$8.000,00. Aí, multipliquei esse valor por dois e achei mais de R\$17.000,00, que, se forem pagos a mil pessoas, totalizarão mais de R\$17.000.000,00. Deputado Vanderlei Miranda, será que os deputados desta Casa continuarão nessa frouxidão? Para deputado, pode ser imoral receber auxílio-moradia, como diz o jornal *Estado de Minas*. Está aqui: “Economia com fim de privilégio”. Eu não vi esse jornal publicar uma vírgula sobre esses dois projetos que estão tramitando. Já disse várias vezes da tribuna e repetirei, para que o cidadão, o pagador de impostos entenda.

Outro dia, disse a uma moça que perguntava quem paga a conta: “Moça, vou lhe falar quem paga a conta”. Como dizia o compositor e cantor do grupo RPM Paulo Ricardo, em sua música *Alvorada voraz*: “E quem paga a conta?”. Ele fala em sua música. Quem paga o jornal é a propaganda, pois neste país é o dinheiro quem manda. Paga isto aqui, paga a publicidade. O contribuinte paga o meu salário, o do desembargador, o do procurador, o do juiz, o dos servidores desta Casa, o do governador do Estado, o do secretário de Estado, o do presidente da República, o dos ministros. Paga a conta de toda e qualquer pessoa, mas paga também o salário do jornalista, porque a publicidade oficial é muito alta, não é pouca.

Deputado Doutor Wilson Batista, gostaria que aqui estivessem mais deputados ocupando esta tribuna para falar desse assunto, queria muito que eles viessem aqui. Se os dois projetos que estão tramitando na Casa não forem algo que lhes salte aos olhos, então, para que votamos aqui fim do auxílio-moradia, fim do 14º e 15º salários, fim da hora extra? Já disse e vou repetir várias vezes da tribuna desta Casa: parlamento é a Geni dos Poderes, deputado Doutor Wilson Batista. Todo o mundo quer jogar pedra na Geni. Agora, me perguntam: “Sr. Deputado, então, por que o jornal não fala desses dois projetos que estão tramitando nesta Casa?”. Falo e explico: por causa disto aqui, deputado Duarte Bechir. Os jornais não falam desse projeto por causa disto aqui. Promotor e procurador têm caneta para denunciar jornalista e dono de jornal. Juiz e desembargador têm caneta para condenar. Deputado tem o quê? Deputado não tem. É por isso que o Poder Legislativo só toma pancada.

Meu nome não foi citado na matéria, mas uma foto minha e de todo o Parlamento está estampada aqui: “Agora, o fim do privilégio”. Vejam que, mesmo a Assembleia trabalhando para ser austera, na sintonia da vontade popular, cortando na própria carne, falam que é privilégio. Enquanto isso, os outros dois projetos estão lá, e ninguém dá uma vírgula, nenhum desses dois jornais. Nem o *Estado de Minas* nem *O Tempo* deram até agora nenhuma matéria. Vou informar aos jornalistas e às jornalistas que o do Judiciário é o PLC nº 59, e o do Ministério Público é o PLC nº 62. No PLC nº 59, está lá no art. 114; no PLC nº 62, está lá no art. 119. Deem uma olhadinha no auxílio-transporte e 2/3 de férias. É algo que salta aos olhos.

Queria muito, deputado Vanderlei Miranda, que esta Casa, que os 77 deputados se revezassem na tribuna para abordar esse assunto. Deputado não pode se acovardar tanto assim. A minha indignação e a minha decepção no exercício do mandato é que este Poder cada vez mais se ajoelha. Este Poder não se agiganta, e é ele que faz leis. O poder que fiscaliza.

Agradeço a V. Exa. e deixo aqui a minha fala para reflexão dos colegas deputados.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Duarte Bechir - Queria saudar o ilustre deputado Vanderlei Miranda, figura destacada nesta Casa, que, no momento, ocupa a presidência do Parlamento mineiro. Gostaria de dizer que, ao acompanhar os trabalhos de V. Exa., tenho a nítida certeza de que aí também está bem acomodado e valorizando esta Casa na condução dos trabalhos na tarde de hoje.

Queria saudar os demais pares desta Casa, as senhoras e os senhores deputados e ainda cumprimentar, de forma calorosa, toda a nossa gente querida de Minas Gerais. Na tarde de hoje, quero falar com os deputados. Claro, sempre. Mas quero falar, neste momento, com toda gente de nossa Minas Gerais, chamar a atenção de você, que acompanha os trabalhos na sua casa pela TV Assembleia, para essa nossa reflexão no dia de hoje. É com muito orgulho e sinceridade que, mais uma vez, ocupo este espaço para relatar meu sentimento de deputado, de gente do interior, de mineiro que aprendeu a valorizar as riquezas de Minas vindas do interior, mais precisamente do Sul do nosso querido estado.

Caro Presidente, senhoras e senhores deputados, assomo a esta tribuna, no dia de hoje, para promover o enaltecimento de um mineiro cuja personalidade, grandeza de caráter e têmpera singular se amoldam, à inteireza, no conceito elaborado por Bertolt Brecht a respeito do homem essencial: "Há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam um ano e são melhores; há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida, e estes são imprescindíveis".

Refiro-me, Sr. Presidente, deputado Vanderlei Miranda, a Antonio Augusto Junho Anastasia, eminente ex-governador de Minas e dos mineiros, que, sem sombra de dúvida, já se converteu em expoente da nossa galeria pública, na qual figura como componente do patrimônio cívico de Minas, e que, no último dia 4, deixou o governo do Estado, por força de imperativo legal, para lançar-se a uma nova etapa de sua vida pública. Em Antonio Anastasia podemos vislumbrar, deputado Duílio, com nitidez, marcas distintivas que se traduzem no amor a Minas, na probidade, na convicção de que servir é elevar-se.

Tenho por certo que minha voz, neste momento, é também a voz desta Casa, dos parlamentares que militam na base do governo e também dos que laboram na oposição, de quantos sobre ele dão o testemunho quanto a ser um homem ilustre, dotado das qualidades particulares da gente mineira, reveladas nas expressões de modéstia e de prudência. Não será nenhum exagero nosso dizer que a singela homenagem que se presta, neste instante, ao ex-governador Antonio Anastasia reveste-se do sentido de reverência à dignidade, à cultura e ao civismo, a ornar os contornos de um homem público sem jaça, fiel às suas convicções.

Homem de conhecimentos gerais, sua cultura nos surpreende e a todos encanta pela diversidade que avança para além do universo jurídico, no qual cintila com acendrado fulgor. Mas de todos esses valores e características, deputado Wilson, a que mais suscita admiração em Anastasia é a humildade, que revela uma alma generosa e cristã. Desde cedo, dedica sua vida à construção de uma sociedade justa e equilibrada, na qual o homem deve permanecer como centro vital. Foi assim quando emprestou o brilho de sua inteligência para auxiliar - vejam bem, senhoras e senhores, secretário Wander Borges -, em especial assessoria, o então relator da

Constituinte mineira de 1989, deputado Bonifácio Mourão, que, por sua vez, teve a honra de exercer a liderança do governo nesta Casa, por indicação do então governador, Prof. Antonio Junho Anastasia.

Professor da Escola de Direito da UFMG desde 1993 e mestre em direito administrativo, na verdade Anastasia dedica-se, há 26 anos, à administração pública e participa, há 20 anos, da vida política de Minas, tornando-se profundo conhecedor dos problemas e demandas dos municípios mineiros. Nesse tempo, desempenhou com zelo e dedicação importantes funções na administração pública estadual e federal.

Em 2006, foi eleito vice-governador do Estado, na chapa que recebeu a histórica votação de mais de 7 milhões de votos. Antonio Anastasia assumiu o governo de Minas em 31/3/2010, após a desincompatibilização do governador Aécio Neves. Em 2010 foi reeleito com mais de 6 milhões de votos, o que representa um percentual acima de 62% dos votos válidos do segundo maior colégio eleitoral do País.

Merece capítulo especial, presidente Vanderlei Miranda, a destacada obra de governo levada a efeito pelo governador Anastasia, cujo registro há de ser permanentemente referido, o desafio que recebeu do então presidente da Câmara Federal, Aécio Neves, de trazer novas ideias sobre a gestão pública em um programa de governo para Minas Gerais, capaz de recuperar o Estado em forte crise financeira, mas também mudar os paradigmas do serviço público no País, dando vida a um novo modelo de gestão pública, baseado na inovação, na eficiência e na conquista de resultados.

Já no exercício da função de secretário de Estado, estruturou e conduziu os compromissos que inspiraram o programa Choque de Gestão, apresentado por Aécio como a principal plataforma de seu governo. Nesse particular, levou a termo a determinação de que o resultado positivo desse conjunto de medidas deveria atender, prioritariamente, os servidores públicos estaduais. O funcionalismo estadual colheu, então, os primeiros frutos: todas, quero repetir, todas as categorias foram beneficiadas com o fim da escala de pagamentos, e os salários passaram a ser pagos até o quinto dia útil do mês. O pagamento do 13º salário passou a ser efetuado em dia, na primeira quinzena de dezembro, em parcela única, o que não acontecia desde 1990.

Lançados os fundamentos de um novo tempo, com as evoluções que se seguiram em novas etapas de execução de um projeto vitorioso, Minas Gerais atraiu a atenção dos investidores e passou a crescer acima da média nacional. Nesse diapasão, o Estado voltou a investir, promovendo uma dinâmica diferenciada: as milhares de iniciativas do governo, espalhadas pela administração pública, agora estavam reorganizadas, deputado Wilson Batista, em 51 programas, cujos investimentos passaram a ser acompanhados rigorosamente por 11 áreas de resultado.

Na área de educação, o Estado voltou a pontuar entre aqueles com melhor desempenho escolar do País; na saúde, a reduzir em 17% a mortalidade infantil e em cerca de 50% a desnutrição; na infraestrutura, o Estado tirou do isolamento 219 cidades antes ligadas apenas por estradas de terra, e a telefonia móvel, que chegou a 100% das cidades, agora também alcança os distritos. Neste momento, está chegando aos distritos da nossa querida Minas Gerais.

Na direção do Estado, ninguém há de negar-lhe o reconhecimento de uma conduta ilibada, inatacável, na qual portou-se como magistrado.

Esta, senhoras e senhores deputados, gente querida de Minas Gerais, é uma síntese apertada da ação do governo de Antonio Anastasia. Agora, um novo desafio se apresenta. O Brasil está a reclamar a ação de homens de tal porte. Não tenho dúvida, senhoras e senhores, de que será enorme a responsabilidade que o aguarda; porém, na lição de Tancredo Neves, ao atender o chamamento do povo, “o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações”.

Portanto, Prof. Antonio Anastasia, siga em frente, com coragem e destemor, sabendo que na jornada que lhe é reservada ao lado do senador Aécio Neves, Minas e os mineiros estarão firmes na retaguarda, fortalecidos pela determinação de reconduzir a nossa Nação aos melhores dias de sua história recente, que não guardam, definitivamente, nenhuma relação com os atuais, em que grassam a ingerência e os desmandos de um governo federal, cuja gestora maior, por algum tempo, escondeu sua inaptidão sob o manto da rispidez e agora vê exposta as entranhas da incompetência, cujo retrato mais sombrio tem a imagem devastada da Petrobras.

Seja feliz, governador Anastasia. Deus muito o abençoe para que continue a fazer o bem em prol de Minas e do Brasil.

O deputado Wander Borges (em aparte)* - Inicialmente quero cumprimentar nosso presidente, deputado Ivair Nogueira. Também quero cumprimentar o deputado Duarte Bechir, que brilhantemente usa a tribuna para nos trazer com serenidade o que foi o trabalho daquele que é um homem bom, o nosso ex-governador Prof. Antonio Anastasia. Esse homem coordenou com afinco, com responsabilidade e, sobretudo, com respeito o recurso público. Ele sempre buscou o gasto com qualidade na gestão pública, para que esse recurso pudesse chegar cada dia mais aos mineiros, àqueles mais distantes da capital.

Isso tudo, deputado Duarte Bechir, foi feito em um momento - isso temos de relatar - em que a concentração de recursos é toda na União. Pasmem, na semana passada, o governo federal arrecadou algo em torno, deputado Doutor Wilson Batista, de R\$500.000.000.000,00. Não estou falando de R\$5.000.000.000,00, estou falando de R\$500.000.000.000,00. Isso nos leva à projeção de que esse país vai arrecadar até o final do ano, praticamente, mais de R\$1.500.000.000.000,00. Infelizmente vemos que o governo de Minas está com poucos recursos, que lhe foram conferidos ora por meio da arrecadação, ora pelo financiamento, e teve condições de atender o seu cidadão com respeito e serenidade.

Agora vou falar sobre a BR-381. Hoje está estampado nos jornais: há canteiro de obra, duplicação só com eleição. Depois da eleição, duplicação só aqueles que viverão para avaliar se isso vai ter resultado de fato.

Quero parabenizá-lo. Faço coro com tudo que falou sobre o governador Anastasia, pois realmente ele cumpriu seu papel. Muito mais, ele é um gestor de primeira monta, um homem que Minas e o Brasil reconheceram. Muito obrigado.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, obrigado pelo enaltecimento do governador Anastasia. Esta Casa realmente faz justiça ao aplaudi-lo.

Rapidamente gostaria de tecer alguns comentários a respeito da questão energética, levantada anteriormente pelo deputado Ulysses Gomes, que trouxe uma distorção sobre esse assunto no Brasil. Nosso país é rico em mananciais e em abundância de chuvas.



Temos aí toda uma riqueza em questões energéticas no Brasil. Mas, infeliz e lamentavelmente, pelo mau planejamento do governo federal nos últimos anos, hoje estamos vivendo sob ameaça da falta de energia e de água. Estamos vendo o conflito entre Rio e São Paulo no que diz respeito às águas do Rio Paraíba do Sul, porque está faltando água em São Paulo, assim como o brasileiro está sob a real ameaça da falta de energia elétrica. Temos a energia, que foi promessa de produção da hidrelétrica do Rio Madeira, em que se gastaram bilhões, e hoje não se produz nada.

Então é esse o mau planejamento do governo federal, que deixa o Brasil refém de uma falta, de um colapso, de energia e de água. Essa medida populista do governo federal em reduzir a conta de energia elétrica levou à falência as geradoras de energia elétrica; e hoje as distribuidoras têm de comprar, com preço muito mais alto, a energia de termelétricas. Isso está fazendo com que o Brasil viva sob essa ameaça da falta de energia; uma conta da incompetência do governo federal, que, apressadamente, deu resposta àquilo que não era o clamor das ruas. Enquanto o povo pedia investimento no transporte, na segurança, na saúde, ele reduziu a conta da energia elétrica; mas hoje o povo brasileiro, o contribuinte, vai pagar muito caro por essa conta. O próprio Ministério da Energia já advertiu que, após as eleições, essa conta da incompetência do governo federal vai chegar pelos correios à casa de cada contribuinte, e cerca de 14 vezes mais cara.

Então, vejam vocês, o governo federal administra o Brasil pensando numa agenda política e não numa agenda de crescimento para o nosso país.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira, vou concluir com uma frase apenas: parabéns, governador Antonio Junho Anastasia!

* - Sem revisão do orador.

O deputado Duilio de Castro - Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas que nos assistem por meio da TV Assembleia, estar aqui é sempre uma oportunidade de falar ao povo mineiro.

Hoje, Srs. Deputados, quero também enaltecer o trabalho, aqui citado pelo deputado Duarte Bechir, deste grande homem público, o ex-governador Antonio Junho Anastasia. Seu governo mostrou que Minas Gerais é um estado que tem planejamento, tem organização, um estado direcionado ao desenvolvimento. Se olharmos algumas ações importantes feitas no Estado de Minas Gerais desde a época do Aécio e em sequência a administração do governador Anastasia, podemos observar que a preocupação do desenvolvimento de Minas foi sempre com o planejamento. Para isso o governo criou o programa Processo e interligou todas as cidades do Estado por asfalto. Naquele momento, naquela gestão do ex-governador Aécio Neves, foi criado também o Minas Comunica I, porque, além de ser importante levar o asfalto, era necessário levar também o meio de comunicação. Isso porque hoje, sem telefonia móvel, não se faz nada, já que muitos negócios são fechados por meio de um telefone celular. Hoje se vende um frango caipira pelo celular; vende-se um queijo, faz-se um negócio, contrata-se um caminhão, vende-se uma vaca, um bezerro. Ou seja, faz-se tudo por telefone celular. Portanto, houve essa preocupação de levar, além do asfalto, a comunicação.

Logo depois desse planejamento, veio o programa Caminhos de Minas. O governador Anastasia, preocupando-se também em levar desenvolvimento a cidades menores, em encurtar a distância entre as cidades e levar a povoados e distritos o desenvolvimento, criou o Caminhos de Minas, este encurtamento de distância para o desenvolvimento. E fez recentemente o lançamento do Minas Comunica II, por meio do qual 698 distritos do Estado de Minas Gerais serão contemplados com a telefonia móvel, mostrando que o governo é planejado, quer levar benefícios para fomentar o desenvolvimento, não só das cidades menores, mas também dos povoados. Diferente do governo federal, que tem demonstrado ser um governo sem planejamento, sem organização para levar o nosso país ao desenvolvimento.

Quando digo sem organização e sem planejamento, quero chamar a atenção dos senhores mineiros que estão nos vendo pela TV Assembleia para o fato de que precisamos de cinco itens para levar o nosso país ao desenvolvimento. O primeiro deles são armazéns. Precisamos armazenar os nossos grãos; até para o controle de preços do nosso país, precisamos ter armazéns. Não podemos produzir boa safra, grande safra, bater recorde, se não temos onde guardar. Há filas de 30km de caminhões para escoar o nosso produto. Pudemos ver o que aconteceu no Mato Grosso ano passado, com as pessoas armazenando grãos no meio do cerrado, porque não tinham onde colocá-los.

E há outro item importante: não temos estradas para transportar a nossa safra, o nosso desenvolvimento, a nossa indústria. Não temos um terceiro item, que são as ferrovias. Não há como continuar com esta política dos lobistas do setor automobilístico, que, infelizmente, insistem em fazer o transporte pesado pela rodovia. E aí nos deparamos com essas carretas, esses treminhões que andam pelas estradas carregando a nossa carga pesada, matando, cada vez mais, as famílias mineiras. Precisamos de investimento. Para que a população que está nos acompanhando entenda a falta de planejamento do governo, há hoje pouco mais de 23.000km de estradas de ferro no Brasil, enquanto os Estados Unidos, um país cujo território é próximo ao do Brasil em tamanho, possuem mais de 500.000km de estradas de ferro.

E quero chamar a atenção para outro item que precisamos para o desenvolvimento, que são os portos brasileiros, que não têm capacidade de exportar e escoar o que é produzido no Brasil. Infelizmente vemos um governo que não investe em portos no Brasil, não tem capacidade de escoar o nosso produto e investe e produz portos em Cuba.

Queria chamar a atenção para um último item, que quero que vocês que estão nos vendo analisem bem. Não temos energia elétrica para crescer mais 1%. Se o Brasil crescer mais 1%, haverá apagão da energia elétrica no País, porque não há investimentos e planejamento do governo federal. Esta semana, deputado Duarte Bechir, esteve escancarado nos jornais que a Usina de Três Marias pode desligar suas turbinas. Vejam que absurdo, desligar as turbinas por falta de planejamento do governo federal.

Aí, deparamo-nos com um país que não tem sequer compromisso com o desenvolvimento nem planejamento para melhorar a vida do cidadão brasileiro e trabalha no sentido oposto ao dos países que saíram do terceiro mundo e chegaram ao primeiro mundo, como Japão, China, Coreia; agora isso está acontecendo com a Índia. Deputado Cássio Soares, hoje ainda estamos na frente, mas a previsão é que, até 2018, a Índia ultrapasse a economia do Brasil. Se compararmos, o PIB brasileiro hoje é de 2,2%, e o da Índia, de 1,9%. A previsão para 2018 é que o Brasil chegue a 2,5%, e a Índia, a 2,8%.

Deputado Cássio Soares, vemos aí falta de planejamento. O Brasil trabalha ao contrário dos países de primeiro mundo. Os países em desenvolvimento que passaram a ser de primeiro mundo investiram no desenvolvimento. Não há como investir nele sem carregar os menos favorecidos, porque é preciso formar técnico, engenheiro e químico. A parte dessa riqueza carrega essas pessoas menos favorecidas. É assim que muitos países foram para o primeiro mundo. No entanto, o Brasil insiste na política errada e em jogar todo o dinheiro no campo social. Dessa forma, não há recurso para o desenvolvimento nem política que melhore a vida do cidadão brasileiro, e nos deparamos com esta estagnação em que estamos vivendo hoje, crescendo 1,5% e 2,5%.

Portanto, precisamos cobrar planejamento deste governo. Não se pode tirar do cidadão o direito de ir e vir, como está acontecendo no nosso país em razão da falta de segurança pública e das nossas fronteiras escancaradas. Aliás, pode entrar arma, ou melhor, entra droga, *crack* e cocaína. Deputado Duarte Bechir, não produzimos cocaína aqui porque é preciso altitude para isso. Produzi-la para que se nossas fronteiras estão escancaradas? Entram toneladas e mais toneladas de armas e cocaína. Deputado Tiago Ulisses, querem que os governos dos estados e as cidades deem conta de barrar essa criminalidade. Que falta de organização e planejamento!

Quando comparamos o Brasil e o Estado de Minas Gerais em questão de planejamento, isso nos traz uma certeza. Hoje estamos aqui parabenizando o governo de Antonio Anastasia, que mostra que Minas tem direção e planejamento e certamente dá exemplo para o Brasil. Ficamos felizes de falar sobre isso aqui hoje e de chamar a atenção de todos os que nos estão acompanhando pela TV Assembleia. Estamos nos aproximando de novo pleito eleitoral. Agora, sim, é hora de discutirmos se este é o Brasil que desejamos. Queremos discutir, sim, porque este é um direito da democracia, e temos de cobrar agora. Já estamos num caminho em que talvez gastemos de 20 a 30 anos para recuperarmos todo esse desastre que foi feito. Estamos presenciando isso agora não só na falta de segurança pública, que é mais visível. Se olharmos a nossa economia, vamos ver que romperam os pilares da sua estabilização. O povo pagará caro por isso.

O deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Prezado deputado Duílio de Castro, é uma reflexão rápida sobre a palavra “planejamento”, que foi a marca dos governos Antonio Anastasia e Aécio Neves. Ontem, no Senado Federal, assistimos a um triste posicionamento da principal empresa nacional, a Petrobras, por meio da sua própria presidente, admitindo que vários dos negócios feitos pela empresa nos últimos cinco anos foram considerados agora maus negócios.

Ela falava ontem da Refinaria de Pasadena, dizendo que foi adquirida por US\$380.000.000,00, outrora, US\$42.000.000,00, mas o prejuízo da Petrobras foi de US\$1.300.000.000,00. Gostaria de refletir: isso, infelizmente, não é o pior negócio da Petrobras ultimamente. Quando politicamente, por razões ideológicas, esse governo federal se associou à PDVSA, petrolífera do então presidente da Venezuela Hugo Chávez, por questões meramente ideológicas e políticas, a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, teria um orçamento de US\$3.000.000.000,00. Obviamente a situação da Venezuela já é conhecida. Nem vou tocar nela, porque esta é uma questão sobre a qual o deputado Duarte Bechir vai ter de falar na Comissão de Direitos Humanos, sobre a condição da oposição, que nem pode falar. A deputada venezuelana se reuniu, no Congresso Nacional, com vários deputados da oposição, solicitando uma reflexão da OEA sobre a questão política. A PDVSA não investiu em Abreu e Lima, e, hoje, o custo, estimado em cerca de US\$3.000.000.000,00, está em mais de US\$15.000.000.000,00. É um negócio muito pior que Pasadena.

Pior, o Brasil queria produzir no pré-sal, mas não tem refinaria para o petróleo que produzimos. Se aumentássemos a economia, não haveria energia suficiente. Quando se quer diminuir o custo da energia na marra, sem planejamento, sem organização e sem respeitar contrato, o que acontece? O mercado se confunde; a energia, que estava em R\$100,00 o megawatt-hora, já está hoje, no mercado livre, em R\$832,00. As termoelétricas estão cobrando das distribuidoras, e agora a Aneel tem de autorizar – inclusive, ontem, autorizou não para uma, mas para várias distribuidoras do Brasil - um aumento de mais de 10%. Isso não é por causa das distribuidoras, mas do Ministério de Minas e Energia, que não soube planejar a distribuição energética no Brasil. Isso, sem falar da entrevista da presidente da Única, que representa o setor de bioenergia das usinas de álcool e açúcar, que na última segunda-feira, no jornal *Folha de S. Paulo*, disse que este governo federal quebrou o setor de bioenergia. É por estas e outras que a situação energética em nosso país é considerada a mais mal planejada das Américas, quicá do mundo. Vemos tristemente essa questão colocada agora no Senado Federal perante a TV Senado, perante a nossa nação.

Mas aqui, não. Aqui o governo é bem planejado, a nossa empresa de energia é muito bem planejada e dá lucro porque é competente. Possui uma diretoria competente, que sabe planejar o futuro, inclusive com recursos próprios, fazendo, através do ex-governador Antonio Anastasia, o planejamento para a construção do gasoduto, ligando a região metropolitana a Uberaba, passando por Divinópolis, Lagoa da Prata e Luz, chegando naquela região tão importante, levando o investimento da fábrica de amônia para Uberaba.

Muito obrigado pelo aparte. Esperamos que o governo federal tenha com a questão da energia o mesmo planejamento e decência que o governo de Minas tem por meio da Cemig.

O deputado Duílio de Castro - Muito obrigado, deputado Tiago Ulisses, que trouxe aqui informações importantes.

Encerrando as minhas palavras, gostaria de dizer que querem enganar vocês. Não temos energia, não temos estradas, não temos rodovias, não temos armazéns, não temos portos, não temos segurança, não temos um país planejado para o desenvolvimento. É fácil vocês verem um país de mentiras que fala não que não existe inflação. Vá ao supermercado e dê uma olhada nos preços; compare-os com os de um ano atrás e veja a inflação que está batendo na porta de cada um de nós, corroendo o salário brasileiro. Desta mentira de que não há como sair; desta mentira de que existe segurança pública, quando a população não pode sair de casa, está presa em suas próprias casas. Aí não há governo que demonstre que tem pulso, direção e comando. Infelizmente, perderam o controle do nosso país, esta é a realidade.

* - Sem revisão do orador.

**28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 22/4/2014**

O deputado Cássio Soares* - Muito boa tarde, caro presidente e nobres companheiros. Antes de mais nada, quero agradecer a oportunidade de estar de volta a esta tribuna da Casa Legislativa de Minas Gerais, regressando aos trabalhos parlamentares, após dois anos de interrupção, respondendo pelas atribuições do honroso cargo de secretário de Estado de Desenvolvimento Social, servindo ao governo de Minas Gerais e ao governador Anastasia. Agora, com muito orgulho, retorno a esta Casa e aproveito, Sr. Presidente, para agradecer a acolhida que tenho tido nesse retorno por parte dos colegas deputados estaduais, de todos os funcionários desta Casa e de todos que fazem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais uma assembleia modelo, uma assembleia exemplar para todos os demais estados da Federação brasileira.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero dizer que, durante esse tempo, pudemos executar muita coisa sobre a batuta firme do nosso gerente Antonio Anastasia.

Quero dizer que o desenvolvimento social de Minas Gerais está muito bem amparado pelo governo mineiro, considerando todas as políticas públicas estabelecidas pelo governo do Estado e devidamente cobradas pelo então governador Antonio Anastasia.

Neste momento de mudanças, aproveito também para desejar toda sorte - e tenho certeza de que a terá - ao governador Alberto Pinto Coelho e ao meu sucessor na pasta do Desenvolvimento Social, que agora abarca também a Secretaria de Trabalho, meu caro amigo Eduardo Bernis, que a assumiu recentemente.

Temos de comemorar bastante, mas nem por isso podemos cruzar os braços e deixar de fazer o que deverá continuamente ser feito para diminuir as diferenças deste nosso estado de dimensões continentais. O colega deputado André Quintão bem sabe das dificuldades que nosso estado enfrenta na área social, na área de diferenças, considerando nossas dimensões. Agradeço sempre ao presidente da Comissão de Participação Popular, deputado André Quintão, que sempre esteve presente nos debates e nas discussões da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Caro deputado Cássio Soares, quero, neste momento, tratá-lo também como secretário, em razão do pouco tempo desde que deixou a secretaria para assumir novamente a cadeira nesta Casa. Parabenizo V. Exa. por ter representado o PSD, de forma brilhante, junto ao governo do Estado, quando lá estive nos dois últimos anos. V. Exa. representou nossa bancada e engrandeceu o Estado de Minas Gerais com seu trabalho sério e comprometido.

Ao cumprimentá-lo pelo final do exercício como secretário, quero lembrar aos demais que tive oportunidade de conhecer V. Exa. ainda na Secretaria de Defesa Social. Quando lá cheguei, tive a sensação de que estava sendo atendido por alguém que, mesmo com jovialidade, carregava muita experiência, em razão dos tratamentos e dos encaminhamentos considerados naquele encontro, todos eles altamente positivos, que culminaram com um benefício muito especial, na ocasião, para o Município de Oliveira, vizinho de Campo Belo.

Hoje, quando V. Exa. retorna a esta Casa, o sentimento do PSD é o de que nossa bancada não cresce apenas em número, mas também e, muito mais, em qualidade, em razão de sua experiência e seu trabalho. Esta Casa realmente sentiu a falta de V. Exa. durante os embates, que tão bem sabe fazer, representando, conforme já disse, o nosso PSD.

Em especial, quero saudar a comunidade de Passos e toda região por ter-nos dado de presente, por ter dado de presente a Minas Gerais um deputado que tem o sentimento de trabalhar, de lutar e de ser incansável. Essa é a receita do sucesso de V. Exa., que é tão jovem. Ainda novo, termina quase que o segundo mandato como secretário. No passado, também assim o consideramos, pela grande responsabilidade e por tudo aquilo que produziu na Defesa Social.

Ao comemorarmos a volta de V. Exa. para ocupar uma cadeira no Parlamento, nós o fazemos com muita alegria. Seu retorno engrandece o Parlamento. Com muita responsabilidade, V. Exa. ofereceu ao governo de Minas crescimento e um trabalho dinâmico. O governador Anastasia frisava isso a todo instante nas reuniões com o PSD. Ele nos dava conta de que o jovem secretário Cássio Soares vinha contribuindo, e muito, para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Como colega de bancada, quero reconhecer o valor do trabalho de V. Exa. por nossa Minas Gerais. Desde já, pedimos que nosso bondoso Deus continue abençoando essa existência, essa alma tão boa, esse jovem dinâmico, para que ele possa, ao longo dos anos, continuar servindo Minas e os mineiros com a mesma garra, com determinação e brilhantismo.

Seja bem-vindo ao Parlamento. Parabéns pelo profícuo trabalho realizado na Sedese. Parabéns, companheiro e amigo deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares* - Eu é que agradeço o carinho, nobre colega Duarte Bechir, líder desta Casa também. É nesse sentido que vamos seguir o trabalho conjunto, em parceria, para trabalharmos pelo bem da população mineira.

O deputado Rômulo Viegas (em aparte) - Muito obrigado, deputado Cássio Soares. Eu também, na condição de vice-líder do Bloco Transparência e Resultado, do PSDB e dos partidos coligados, quero parabenizá-lo pelo retorno a esta Casa. Sobretudo quero parabenizá-lo pelo trabalho que realizou à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social, reconhecido por todos nós e pelo povo mineiro. Lá V. Exa. trabalhou com ética e com responsabilidade, procurando cada vez mais, frente às dificuldades, alcançar resultados positivos, principalmente para as camadas mais necessitadas do Estado. Tenho certeza de que V. Exa., pertencente aos quadros do PSB, aliado ao PSDB aqui em Minas, procurou uma sinergia positiva com o governo federal, na tentativa de cada vez mais fazer programas sociais atendendo às reivindicações justas das camadas sociais de Minas Gerais. V. Exa. o fez com eficiência, com ética e com responsabilidade. Esse é seu perfil, e pude conhecê-lo quando V. Exa. trabalhou, como disse o deputado Duarte Bechir, na Secretaria de Defesa Social. Portanto, nosso reconhecimento e nossos parabéns. Acho que sua cidade e todas as cidades de Minas que têm seu amparo político vão reconhecer seu trabalho, que, realmente, é admirado por todos nós. Bom retorno à Casa Legislativa.

O deputado Cássio Soares* - Muito obrigado, caro deputado Rômulo Viegas. É com muita satisfação que estou de volta para este trabalho conjunto.



O deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Cássio Soares, da mesma maneira, queria cumprimentá-lo pelo retorno. Nós, no início da legislatura, integramos a Comissão de Justiça.

Queria dar o testemunho de que V. Exa., frente à Secretaria de Desenvolvimento Social, fez um trabalho sério, republicano e teve oportunidade de conduzir a última Conferência Estadual da Assistência Social. Aliás, na última reunião do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social - Cogemas -, fiz referência elogiosa a V. Exa. e, quando posso, assim o faço. Sabemos dos desafios da assistência social, mas foi nesse período que, num trabalho conjunto, a Assembleia Legislativa, a secretaria e o colegiado conseguiram estabelecer aquela meta de universalização do Piso Mineiro de Assistência Social para os 853 municípios de Minas Gerais e cumprir as revisões do plano plurianual.

Por fim, gostaria de registrar que, na relação com os parlamentares, na relação com a Assembleia Legislativa, V. Exa. sempre foi muito respeitoso, fez emendas populares e, principalmente, parlamentares. V. Exa. sempre teve o maior respeito por esta Casa, e não é por outro motivo que volta a ela, querido e admirado por todos nós. Parabéns. Ganha a Assembleia Legislativa com a presença de V. Exa. neste ano de 2014.

O deputado Cássio Soares* - Muito obrigado, caro presidente André Quintão. Como eu disse, é nesse sentimento de trabalho em parceria que Minas vai ganhando. Independentemente das cores partidárias, nosso trabalho, caro deputado André, foi realizado de maneira a mais séria e mais eficiente possível, levando às comunidades socialmente mais vulneráveis melhores condições de vida. Essas comunidades passaram a ter maior amparo humano após a interferência do Estado, sempre em parceria com a Casa Legislativa, com as comissões temáticas, que aqui discutem e deliberam políticas públicas importantes.

Bem lembrou o deputado André Quintão o pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social. Minas Gerais é pioneiro na universalização do pagamento do piso, que é o cofinanciamento da assistência social para os 853 municípios mineiros.

Isso é apenas uma amostra de tudo o que é realizado pelo governo do Estado. Sobre muito mais teríamos condições de discorrer aqui, como os programas Travessia e o Proteja Nossas Crianças, em parceria com o Servas. É nesse espírito que estendo meus agradecimentos a todos os servidores e funcionários da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e das secretarias de área-meio, que também nos proporcionaram a condição de executarmos um trabalho que deixou alguma marca e algum benefício para o cidadão e a cidadã mineiros.

Enfim, nobres colegas, estamos de volta a esta Assembleia. Também quero deixar o registro do trabalho realizado pelo deputado Glaycon Franco, que ocupou o meu lugar enquanto estava licenciado, servindo ao governo do Estado. O deputado Glaycon atuou de forma bastante eficiente e presente. Deixo registrado também os cumprimentos ao deputado Glaycon Franco, que passou pouco mais de dois anos nesta Casa.

Agora, retomo o trabalho junto às comissões e ao Plenário, ouvindo a população mineira nos rincões, em especial, Sr. Presidente, no Sudoeste de Minas Gerais, que é a região em que trabalho. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. deputadas, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, aqueles que nos acompanham no Parlamento mineiro, que minhas primeiras palavras sejam dirigidas a todos vocês, ao povo mineiro, no mesmo sentimento que tivemos, e que ainda temos, de uma feliz Páscoa, que não se comemora somente no seu dia. Ela se comemora perenemente, sempre, no dia a dia, através de nossas ações, de nossos atos. Através das boas ações é que caminhamos pelos ensinamentos Daquele que foi, acima de tudo, o modelo na ressurreição e na vida. Neste mesmo momento, também quero saudar, cumprimentando a todos os amigos, as amigas e o povo mineiro, neste momento em que estamos, após a Páscoa, neste ambiente fraternal, alegre, festivo e, com certeza, que enche o nosso coração de muita alegria e de muita felicidade.

Sr. Presidente, neste momento, quero comentar os momentos que vivemos no dia 4 de abril, na posse do ex-presidente desta Casa, Alberto Pinto Coelho, quando do alto desta tribuna fez seu juramento na posse do honroso mandato de governador do Estado de Minas Gerais. Dois momentos impressionantes que, com certeza, enriqueceram este Parlamento, que esteve recepcionando amigos, amigas, as lideranças do Estado de Minas Gerais, que têm grande respeito pelo líder Alberto Pinto Coelho, essa figura ímpar, exemplar, desde o início de sua carreira como presidente da Telemig.

Quando aqui iniciou a sua tarefa parlamentar, em 1994, sempre pôde conduzir esta Casa com absoluto esmero, não somente como presidente, mas também como líder do governo, à época do nosso saudoso presidente Itamar Franco. Quem ouviu pôde anotar e guardar as palavras de nosso governador que, sem dúvida alguma, encheram-nos de contentamento. Tanto aqui como na sacada do Palácio da Liberdade pôde mostrar aos mineiros e mineiras o seu compromisso com a liberdade, o seu compromisso com o Estado de Minas Gerais, de uma forma forte, vigorosa, transparente e correta.

É a esse grande líder que quero aqui, acima de tudo, consignar a profunda admiração. Tenho pelo governador, por si só e por nossa grande caminhada, uma salutar amizade, que nos une desde o nosso Sul de Minas, quando pudemos obter votos nas mesmas cidades. Aqui também, numa convivência fraternal, pudemos ter com ele um convívio muito próximo, muito respeitoso. Quis o destino, quis Deus, dar a esse grande homem público o privilégio, a honra maior de governar o Estado de Minas Gerais.

Quero também neste momento declarar ao nosso grande governador a nossa enorme satisfação, a alegria de seus pares que puderam tê-lo como nosso presidente, como nosso comandante, como nosso conciliador por tantos anos e, hoje, na chefia do nosso Estado de Minas Gerais com a sua mesma fidalguia, com o seu espírito conciliador e, principalmente, sempre dedicado às causas do nosso Estado de Minas Gerais. Fico honrado e feliz de acompanhar o seu primeiro momento como governador aqui, no Parlamento, e também no Palácio da Liberdade, na presença de tantos mineiros e mineiras que puderam trazer a ele a sua palavra, acima de tudo, de solidariedade, de esperança e de fraternal amizade. Ainda ontem, no dia 21 de abril, em um espetáculo muito bonito em Ouro Preto, pudemos ouvir com muita atenção a sua fala, o seu compromisso com a liberdade, em que citou Tiradentes, Tancredo, Juscelino e tantos outros que puderam ativamente participar do processo democrático no Estado de Direito.



É nessa esteira e nesse pensamento que esta Casa torce muito, embora com pouco tempo, para que S. Exa. possa dirigir os destinos do nosso querido estado. Já tenho certeza de que esta Casa sempre será companheira, sempre estará acompanhando as gestões maiores daquele que conhece Minas e que pôde já trabalhar por Minas. Agora, com certeza, muito mais fará pelas nossas regiões.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Caro deputado Dalmo Ribeiro Silva, queria somar a V. Exa., que tão bem representa o nosso Sul de Minas Gerais nesta Casa e tanto tem contribuído para o desenvolvimento da nossa região Sul, e ao sentimento da nossa região, para também, em meu nome, em nome dos campo-belenses e de toda a nossa região, estar aqui cumprimentando a família do Dr. Jorge, ex-deputado que faleceu na última quarta-feira. Queria somar a V. Exa., ao deputado Carlos Mosconi, aos demais deputados sul-mineiros e relacionar aqui também, com toda a certeza, o nome dos deputados Dilzon Melo, Fábio Cherem, Ulysses Gomes - também da nossa Itajubá - e Antônio Carlos Arantes. Todos nós, ao mesmo tempo, representamos a região Sul nesta Casa.

Dr. Jorge nos deixa uma história muito bonita, já aqui relatada por V. Exa. Presidente Adelmo, ele foi prefeito por dois mandatos em Machado e deputado nesta Casa. Um dos candidatos a prefeito na última eleição municipal em Machado, que disputou com ele o cargo, me confidenciou que Dr. Jorge, mesmo do outro lado, como adversário, se comportava de forma exemplar, valorizando toda a disputa e o seu trabalho. E quem disputava com ele sentia necessidade de ter conteúdo, porque ele tinha, mas também de respeitar, como ele respeitava a todos com quem convivia e seus adversários. Nesta Casa também deixou exemplos para que todos sigamos o caminho traçado por ele.

Queria tão somente solidarizar-me com o povo de Machado, com a família do Dr. Jorge e, mais uma vez, com V. Exa., a quem parabeno pelo trabalho que realiza. Agradeço ainda a oportunidade do aparte, que me permitiu homenagear a família do Dr. Jorge. Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva - Neste momento, quero mais uma vez, ao saudar o governador Alberto Pinto Coelho, destacar suas extraordinárias qualidades de grande gestor público, na certeza de que esta Casa poderá sempre contribuir e caminhar ao lado dos secretários que fazem parte da sua nova etapa à frente do governo de Minas. São ações importantes, muitas audiências em que, com certeza, estaremos juntos discutindo as ações do Sul de Minas. Já temos solicitadas várias audiências com nosso governador, a quem estaremos levando vários pleitos de nossa região, todos voltados a interesses maiores dos nossos municípios, sobre os quais, com certeza, nosso governador tem muito conhecimento e ciência de todos os pedidos.

Tenho também a satisfação de comunicar que a Comissão de Turismo estará, na próxima segunda-feira, em Cambuquira. Já presidimos a Comissão das Águas, das estâncias hidrominerais. Trabalhamos muito. Vejo o deputado Dilzon Melo, que foi presidente da Comissão das Águas, quando trabalhamos muito para revitalizar as nossas estâncias hidrominerais, apresentando sugestões por meio dos municípios. Na próxima segunda estaremos também discutindo, em uma ação muito forte, com todos os municípios que fazem parte do Circuito das Águas, das estâncias hidrominerais que tão fortemente têm contribuído para o nosso turismo. Através do debate, do entendimento e das reflexões que são feitas, poderemos, com certeza, buscar junto ao governo do Estado, junto ao governo federal e junto à região, ações de revitalização. Foi feita uma pesquisa que levantou alguns dados. Temos informação de que os turistas que estarão na Copa do Mundo têm grande interesse em conhecer as estâncias hidrominerais, as cidades indutoras do Estado de Minas Gerais. Sem dúvida alguma, essa audiência pública vai ao encontro dos interesses das cidades e da região.

Temos também um fato importantíssimo: em Baependi, onde participamos da beatificação de Nhá Chica, temos um projeto em andamento pronto para a ordem do dia, que concede a Comenda Nhá Chica. Temos trabalhado muito e, com aprovação e sanção do processo, estaremos participando do conselho da medalha juntamente com outras pessoas que serão designadas pelo governador do Estado: da CNBB, da cúria metropolitana de Campanha, da paróquia de Baependi, dos Poderes devidamente constituídos.

Então, são ações importantes. Vejo, neste momento, que temos, acima de tudo, o compromisso maior no contexto de o Sul de Minas sempre prevalecer nas ações tanto do circuito quanto das estâncias hidrominerais. Fico muito feliz e, mais uma vez, saúdo o grande homem público e nosso eminente governador Alberto Pinto Coelho. Obrigado.

O deputado Gustavo Corrêa* - Uma boa tarde a todos os deputados presentes. Quero cumprimentar o público que se encontra nas galerias e todos os telespectadores da nossa TV Assembleia, deputado João Leite, TV criada pelo deputado Alencar da Silveira Jr. há alguns anos.

Com certo atraso, hoje assomo a esta tribuna para fazer registro de algo não apenas percebido por este parlamentar, mas, tenho certeza, por grande parte dos mineiros. Sr. Presidente, meu tempo não está devidamente cronometrado, como diz o deputado Wander Borges. Deixo registrado, sobretudo, o dia histórico vivido pelos mineiros em 4 de abril, quando o então governador Antonio Anastasia passou o cargo de governador do Estado de Minas Gerais a um ex-presidente desta Casa, a um ex-parlamentar, o vice-governador Alberto Pinto Coelho. Muito mais do que termos hoje à frente do governo mineiro um parlamentar, devemos levar em consideração sobretudo os avanços e as conquistas realizadas no governo de Antonio Anastasia, pessoa íntegra e honrada que sempre se pautou na moralidade e por fazer o bem comum, sobretudo aos mais carentes e necessitados. Tenho certeza, presidente Adelmo, de que o nome do ex-governador Antonio Anastasia será eternamente lembrado por todos os mineiros como um governador que conseguiu e fez com que Minas continuasse avançando e crescendo como ocorria na gestão do hoje senador Aécio Neves. Então quero dizer, como mineiro, que tenho muito orgulho de ter participado da caminhada ao lado do Prof. Antonio Anastasia, que, como bem disse, resultou em inúmeros avanços para os mineiros. Gosto sempre de enumerar alguns desses avanços.

O primeiro deles, que acredito ter sido uma conquista extraordinária para todos os mineiros, foi o Processo, iniciado na gestão do ex-governador e hoje senador Aécio Neves e que teve sequência nas mãos do Prof. Anastasia. Esse programa fez com que quase todas as cidades mineiras, deputado Rômulo Viegas, fossem ligadas por asfalto. Lamento - e aqui não faço críticas a partido político nenhum - que hoje tenhamos seis cidades ainda sem ligação asfáltica: os Municípios de Jacinto, Salto da Divisa, no Vale do Jequitinhonha, e outros quatro, porque são estradas sob a gestão do governo federal, que foi incapaz de ceder à pressão e ao pedido do governo do Estado, que tinha interesse em fazer essas ligações. Para muitos pode parecer que não, mas essas ligações fizeram com que se encurtasse o gasto de tempo das pessoas, com que o comércio pudesse ter um movimento maior, sobretudo porque o frete



chega lá de forma mais rápida. Tenho certeza, no meu entendimento, de que essa foi, senão a maior, a melhor ação já realizada por este governo.

Por outro lado, temos hoje, e agora caminhamos para a segunda etapa, a telefonia celular em todos os municípios mineiros, conquista realizada também, deputado Zé Maia, no início da gestão governador e hoje senador Aécio Neves, que teve a sua continuidade com o Prof. Anastasia. Outras tantas conquistas são realidades, como unidades básicas de saúde em quase todos os municípios mineiros, a Farmácia de Minas, investimentos na educação, na infraestrutura em todos os municípios. Então, tenho a certeza de que este governo que se encerrou, mas hoje continua sob a batuta do governador Alberto Pinto Coelho, ficará marcado e registrado na história de Minas Gerais como o que mais avanços conseguiu proporcionar aos mineiros.

Não poderia deixar de dizer que me preocupa o fato de não perceber, por parte do governo federal, a mesma disposição com os mineiros que tem tido para outros estados brasileiros.

Na Semana Santa tirei alguns dias de descanso com a minha família, até porque entraremos agora numa caminhada que será dura até as eleições de outubro. Fui à Bahia. Pude ver inúmeros recursos do governo federal chegando aos baianos. Coincidentemente, a Bahia hoje é dirigida por um governador do partido da presidente da República. Temos lá o metrô, que aqui em Minas Gerais ficou só na promessa, e nada. Com relação à BR-381, para minha surpresa, corrijam-me, parece-me que o edital foi cancelado mais uma vez. A própria presidente Dilma - e não é este parlamentar que lhes fala que está afirmando - deu uma entrevista a um jornal de circulação em Minas Gerais e garantiu que as obras iriam iniciar em março, no mais tardar em início de abril. Nem sequer a licitação foi concluída. Será que é mais uma das falácias eleitoreiras?

Então, preocupa-me, sobretudo, essa falta de empenho da presidente Dilma - que, gosto de dizer sempre, se diz mineira - com relação aos mineiros. Não tem dado à Minas a atenção que merecemos.

Quero aqui dizer mais uma vez do Anel Rodoviário, obra também prometida pelo governo federal e que, se não fosse a intervenção do governo do Estado, estaria paralisada, inclusive sem projetos.

Mas o governo do Estado, como eu bem disse, preocupa-se em proporcionar, cada vez mais, uma qualidade de vida aos mineiros, deputado Carlos Henrique, e tem feito a sua parte, ao contrário do governo federal.

Preocupa-me sobretudo, deputado Rômulo Veneroso, que mais uma vez estejamos vendo e acompanhando pelo noticiário, deputado Zé Maia, que o partido da presidente da República se encontra envolvido em mais um escândalo de corrupção no nosso estado. Coincidentemente parece algo que já virou rotina dentro daquele partido político. Quero dizer desta minha preocupação, pois, cada dia que passa, aqueles que têm oportunidade de acompanhar podem ver que a Petrobras, que era orgulho nacional e uma das empresas mais valiosas do mundo, perde seu valor de mercado todos os dias, sobretudo pela forma como vem sendo dirigida. As pessoas que estão ali adquirem outras empresas por preço mais caro, depois vendem barato e não conseguem se explicar. A população tem cobrado daquela empresa uma resposta que a convença, mas até hoje ela não foi dada. Isso me preocupa porque as eleições se aproximam. E aí, mais uma vez, como eu disse anteriormente, as promessas e as propostas começam a surgir para tentar iludir o eleitor.

Tenho certeza de que o eleitor brasileiro, que é um eleitor consciente e politizado, vai saber distinguir as propostas que são concretas e verdadeiras, como esse governo tem feito há alguns anos, pois tudo aquilo que é colocado vem sendo implementado. Algumas ações não são feitas no prazo que gostaríamos, mas o governo jamais deixa de assumir suas responsabilidades e fazer tudo o que foi colocado durante a campanha eleitoral. Por outro lado, nós temos, como bem disse anteriormente, uma série de propostas, e espero, deputado André Quintão, que as futuras gerações possam ver algumas dessas obras, que têm sido prometidas nos últimos anos, contempladas.

No início da minha fala, disse que os avanços obtidos e conquistados no governo do então governador e hoje senador Aécio Neves, continuados sob a batuta e gestão do Prof. Antonio Augusto Junio Anastasia e agora com o ex-deputado e atual governador Alberto Pinto Coelho, serão reconhecidos pelas futuras gerações mineiras, que verão a importância de tudo o que foi contemplado. Tenho certeza e espero que os mineiros, quando chegarem as eleições, saibam exatamente quais propostas serão realizadas e quais serão meramente eleitoreiras. Preocupa-me que alguns parlamentares desta Casa procurem de alguma forma denegrir a imagem deste governo, falando que ele não faz isso, que não cumpre com suas responsabilidades.

Coincidência ou não, deputado Adelmo, como disse anteriormente, estive em Salvador e pude perceber - o governo de lá é dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, pelo partido da presidente Dilma - que existia uma série de *outdoors* espalhados pela cidade, deputado Zé Maia, do sindicato dos professores daquela cidade, cobrando uma postura do governo, que não cumpria com as determinações dadas pelo Supremo Tribunal Federal. Isso não ocorre no governo de Minas, pois ele cumpre com suas responsabilidades, com suas obrigações. Para minha tristeza, ao contrário do que ocorre neste estado - o deputado Sargento Rodrigues pode nos avaliar, e ontem fiz questão de me inteirar dos valores pagos aos servidores militares -, a polícia baiana, que estava em greve e ainda continua com uma greve branca, tem um dos piores salários pagos pela Federação. Um militar lá, deputado Zé Maia, coitado, está recebendo R\$1.200,00.

Aqui, no nosso estado, felizmente o governo vem fazendo os ajustes necessários, diminuindo secretarias para poder investir cada vez mais no cidadão, ao contrário do que ocorre no governo federal, que procura, cada vez mais, criar novos cargos e novos ministérios para fazer barganha política e colocar ali seus aliados políticos. No nosso estado, a Polícia Militar - podem me corrigir se eu falar um número um pouco mais baixo - tem recebido algo em torno de R\$2.400,00, R\$2.500,00; ou seja, quase o dobro. E por que isso é possível? Porque nós temos gestão; aqui foi implementado um modelo correto de se governar, investindo, cada vez mais, no cidadão e menos na máquina pública. Espero que, nos próximos anos, o Brasil também possa ter esse modelo de gestão que temos aqui, para mostrar aos demais governadores - já que Minas é referência - como devemos exatamente dirigir os destinos de um estado.

Como eu disse anteriormente, gostaria de ter feito este pronunciamento na semana passada, mas subi a esta tribuna, nesta tarde de hoje, para, sobretudo, dizer que a data e a transmissão do cargo do Prof. Anastasia ao governador Alberto Pinto Coelho será algo que realmente ficará marcado na história mineira, nos anais mineiros, como um governo que foi pautado, sobretudo, pela ética, pela transparência. E, mais que isso, um governo que procurou sempre trabalhar pelos mais carentes, pelos mais necessitados, coisa essa



que, infelizmente, não ocorre no governo federal, que procura, sobretudo, dirigir e trabalhar apenas para seus amigos, seus aliados e companheiros políticos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, deputado Adelmo Carneiro Leão, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, todos que nos assistem pela TV Assembleia, nesse período de Páscoa, tive oportunidade de conversar com vários prefeitos e prefeitas, com vereadores e lideranças, e analisamos essa crise que afeta diretamente as contas públicas nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, trazendo, portanto, sérios prejuízos para o povo brasileiro. Governadores e prefeitos sem recursos financeiros, dependendo da boa ou má vontade do governo federal, estão, todos eles, com sérias dificuldades. O lamentável é que até agora não há, por parte do governo federal, vontade para melhorar essa distribuição da arrecadação do dinheiro público e, por consequência, melhorar o atendimento geral da população.

Já há no Congresso um projeto para reduzir o indexador das dívidas públicas dos estados, trocando o IGP-DI para o IPCA, mas ele está parado, não anda, e nós não entendemos as razões disso. O que estamos vendo e vivendo no Brasil é que o governo federal, além de não ajudar o crescimento dos estados e municípios, lamentavelmente bagunçou a casa; piorou o desempenho das contas externas e das contas públicas; estimulou um consumo desenfreado, com a isenção de impostos, trazendo consequências graves, como a queda da receita de estados e municípios, com a isenção do IPI, e a aceleração da inflação, com esse excesso de consumo. Notem bem e prestem atenção: a inflação não está apenas elevada, ela está grávida. E por que digo isso? Porque o dragãozinho dos preços controlados pelo governo federal vai nascer após as eleições. O ajuste das contas públicas federais será inevitável, e quem pagará a conta será o povo brasileiro.

Observem ainda todos os que nos veem que a taxa de juros já se encontra no patamar de 11% ao ano e pode subir mais para que o Banco Central, mais uma vez, tente conter essa inflação. Enquanto isso, colocam cada vez mais despesas e responsabilidades fiscais nas contas dos Estados e municípios, sem darem a estes condições financeiras para executá-las.

Portanto, a conclusão é dura de aceitar. A realidade do Brasil é que a atual política econômica gerou retrocesso. A gestão fiscal federal foi vítima da contabilidade criativa que escondia a exagerada expansão dos gastos. A presidenta da República sofre os efeitos da gestão do seu antecessor, que recebeu um solo fértil, manteve a política econômica anterior e plantou boa semente na questão social. É verdade. Plantou boa semente na questão social, mas não plantou nos demais segmentos, como infraestrutura, segurança e outros tantos.

A média do crescimento do período da presidenta Dilma será de apenas 2%, levando consigo, por efeito cascata, também baixo crescimento de estados e municípios. É verdade. Os estados e os municípios terão baixo crescimento do PIB porque o que acontece na economia do Brasil repercute gravemente nas contas de estados e municípios. Não há como separar. O Brasil é uma federação. Estados e municípios são células da Nação e estão interligados. Lamentavelmente, estamos vendo que o PIB brasileiro, nessa média de 2%, pode ainda cair mais no ano de 2015. Com isso, repito, estados e municípios também terão desempenho baixo. Isso é lógico. Não adianta vir e criticar o PIB mineiro porque Minas contribui com 20% da balança comercial do Brasil. Ora, se o Brasil vai mal, Minas vai mal. É claro, porque estão interligados. Há necessidade de se rever essa situação. A verdade tem de ser dita. Os mercados sabem precificar riscos, mas não incertezas. É hora de mudanças no âmbito federal. Já deram o que tinham de dar.

Observem que a marca registrada do atual governo federal tem sido a substituição do foco nos resultados pela obsessão com a vitória nas eleições. É lamentável. Aí, a esse processo de reeleição não se pode hipotecar a culpa apenas no governo atual. Reeleição no Brasil tem de acabar. Essas eleições de dois em dois anos fazem um mal nefasto à Nação. Temos de acabar com isso. No entanto, o Congresso não se importa com a necessidade urgente de uma reforma política nesse âmbito. Eleições a cada cinco anos sem reeleição diminui gastos. O governante terá de terminar o mandato sem pensar na próxima eleição.

Lamentavelmente, vemos que o governo federal atual adota uma administração em que o marqueteiro tem mais poderes de primeiro-ministro e torna a propaganda irreal para iludir o povo brasileiro. Enquanto isso, estados e municípios têm dívidas altíssimas com o governo federal. Não me importa a responsabilidade de quem fez a dívida; que se tomem medidas judiciais e se prenda quem tiver de prender. É lamentável que o governo central não perdoe as dívidas de estados e municípios, mas, sim, as de países africanos que têm vínculos ditatoriais. Como se explica isso? Não há explicação. Ouvi dizer aqui que a construção do Porto Mariel em Cuba vai gerar emprego e recurso para as empreiteiras. Por que não fazem isso no Brasil? O Brasil também está precisando de emprego. As empreiteiras construtoras precisam de serviço. Devemos arrumar o telhado do vizinho, sim, mas depois que o nosso estiver pronto. Queremos fazer caridade com o dinheiro alheio? Não é possível que dinheiro público brasileiro invista no exterior recursos estratosféricos, deixando os portos brasileiros nas condições em que estão, não dando vazão à safra brasileira.

Isso é lamentável. Mais ainda: conversei com vários prefeitos e prefeitas, que lamentaram as ações não apenas do governo federal, mas também dos governos dos estados. É muito simples o governo de Minas dar uma UBS ao prefeito, uma obra de um milhão e duzentos mil, mas quem vai pagar a conta para fazer funcionar a UBS é o prefeito, que vai ter de colocar médicos e equipamentos. É bonito o governo federal dar uma creche de um milhão e trezentos mil, mas quem vai pagar a conta é o prefeito, que vai ter de colocar o pessoal e sustentar a merenda das crianças.

Mais ainda: os prefeitos comentam, as obras do PAC, deputado João Leite, que chegou a ser a maior vitrine eleitoral da presidenta Dilma, estão atrasadas, e, para disfarçar, lançaram o PAC 2 e o PAC 3. Acredito que até a eleição tenhamos o PAC 4. Ora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é lamentável. É lamentável porque o Brasil, repito, é uma federação.

Não adianta dizer que não podemos criticar o governo federal aqui, que temos de olhar para Minas. Mas esse é o sentido, temos de olhar as condições não apenas de Minas, mas também de todos os estados. É dinheiro nosso, dinheiro de impostos que vocês pagam, que sobem, dos quais 70% continuam centrados no governo federal e apenas 30% distribuídos a estados e municípios. É lamentável ver a situação das prefeituras brasileiras. Aí uma discussão importante: quando os servidores públicos de Minas Gerais fazem greve, e justa, reivindicando melhores salários, dá-se a impressão de que apenas Minas Gerais não tem compromisso com os servidores públicos. Mas a mídia mostra, a televisão mostra governos de outros partidos enfrentando também dificuldades para pagar melhores



salários aos servidores públicos. Portanto, repito: não há como separar. Não posso ficar aqui discutindo apenas Minas Gerais; temos de discutir o todo, governo federal ligado aos estados e municípios. Os policiais militares estão em greve na Bahia. Reclamam que o governador Tarso Genro, do PT, do Rio Grande do Sul, não paga o piso nacional às professoras. Poderíamos perguntar: será que o governador do Rio Grande do Sul não gosta de professor? Acredito que goste. O que precisamos é melhorar essa distribuição de recurso. Não dá para continuar com o quadro que aí está. Quero que conste isso nos anais da Assembleia: se não houver uma revisão de distribuição melhor do Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, o Brasil não vai mais fazer gestão pública, vai ser remendo em cima de remendo. É lamentável. É lamentável porque prefeitos e governadores estão, cada vez mais, dependendo desses recursos para arcarem com compromissos. Não é apenas Minas Gerais. Entrem no *site* dos governos dos estados, verifiquem os governos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Mato Grosso, verifiquem a situação dos estados e das prefeituras e verão que o que estou falando aqui é correto.

O deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, deputado Rômulo Viegas. Quero parabenizá-lo por esse importante discurso que V. Exa. faz. Cada dia que passa todos nós brasileiros ficamos mais esclarecidos sobre o que está acontecendo em nossa terra. Lamentavelmente vemos os impostos pagos pelos brasileiros serem muito mal aplicados. Não há distribuição. O governo federal arrecada esses impostos, que são aplicados totalmente distante da realidade brasileira. Imaginem que estamos às portas de mais um financiamento do governo federal para um porto em Montevidéu, no Uruguai. É um porto que possivelmente vai retirar muitos produtos brasileiros dos portos do País. Não dá para entender a lógica.

É a vontade de criar uma América vermelha. O partido que está no governo federal quer transformar a América numa América vermelha para financiar outros governos e deixar todos os brasileiros numa situação delicada.

Neste final de semana, passei em uma estrada federal, a BR-040. Em alguns momentos, pensei que ficaria sem os pneus do carro, em razão de tantos buracos e de tanto abandono nas nossas estradas. Vemos alguns mais apressados, irresponsáveis no volante, e as nossas estradas abandonadas. Enquanto isso, o governo federal faz estradas na Bolívia, porto em Cuba e pretende fazer também um porto no Uruguai.

Por fim, quero me aliar a V. Exa. em relação à questão da Polícia Militar da Bahia. Deputado Rômulo Viegas, o líder, que, de alguma forma sempre foi alimentado pelo PT, Jaques Wagner - e outros líderes do PT da Bahia que insuflavam a greve contra os democratas - àquela altura, anos atrás, filiou-se ao PSDB. O interessante é que ele deveria se filiar ao PT. Prenderam o líder Mário Prisco, levaram-no à Papuda e o colocaram - e ele é policial militar - numa cela com mais 16 criminosos. Nunca tinha visto isso na história presidiária brasileira, ou seja, policiais presos junto com criminosos comuns. Foi um milagre ele não ter sido morto. É isso que o PT está apresentando para o nosso país.

Desculpem-me por ter-me alongado tanto. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O deputado Rômulo Viegas* - Aí fica a dúvida: onde está a Comissão de Direitos Humanos da Bahia para verificar essa situação?

Ao encerrar, quero dizer que lamentamos o fato de o governo federal se preocupar mais com a situação de países que têm total tendência à ditadura, deixando o dever de casa por cumprir. Sr. Presidente, agradeço a atenção. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite - (Em seu pronunciamento, suscita questão de ordem.)

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/4/2014

O deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira, companheiros deputados presentes, imprensa, povo de Minas Gerais. Quero, na primeira parte do meu pronunciamento, registrar a presença na Casa, nas nossas galerias, do Dr. Pedro Magalhães, Dr. Pedrinho, prefeito de Coração de Jesus, com seus assessores, que, mais uma vez, recorrem ao governo do Estado, a esta Casa, às secretarias de Estado em busca de ajuda importante para ele, auxílio para ele em sua administração.

Estamos vivendo hoje um período de muitas dificuldades para as prefeituras municipais. O que recebe uma prefeitura hoje, meu caro deputado Durval Ângelo, é inferior ao que ela recebia há dois anos.

Houve uma queda substancial no repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - em decorrência da paralisação industrial pela qual passa o País, que estagnou. Esses pequenos municípios não conseguem ter nenhum tipo de apoio no repasse de ICMS, e o comércio passa por dificuldades. Enfim, as prefeituras hoje estão vivendo um período de exceção e de muitas dificuldades.

A cidade de Coração de Jesus não poderia ser diferente, pois é sede de uma região, de uma microrregião. Além disso, em todos os setores - nas áreas educacional, cultural, de saúde e de apoio ao comércio -, responde por si e por mais de seis ou sete municípios. É uma microrregião composta de quase 100 mil pessoas e enfrenta dificuldades em todos os setores.

Meu caro deputado Doutor Wilson Batista, há poucos dias discutíamos na Comissão de Saúde uma proposta que fizemos de recuperação de um hospital municipal que presta assistência aos habitantes de Coração de Jesus, assim como à microrregião. Esse hospital está praticamente interditado, assim como o bloco cirúrgico, e não consegue cumprir suas finalidades. A prefeitura tem investido muito mais do que os 15% que deveria e constitucionalmente tem de investir na área da saúde pública. Só o hospital consome esses recursos de 15% das receitas próprias do município. Estamos com um projeto, que já foi entregue à Secretaria de Saúde e está tramitando, mas há uma burocracia que ninguém aguenta mais. Daqui a pouco o documento apresentado já não servirá, e será preciso apresentar outros. De repente, o projeto que foi apresentado não abrange as exigências da Vigilância Sanitária, que compara pequenos hospitais do interior de Minas a grandes hospitais de Belo Horizonte e São Paulo. A regra é a mesma para um e para outro, tanto em São Paulo quanto no interior de Minas. Então, a burocracia vai empurrando as coisas para frente. No entanto, o prefeito, aqui presente, persistente que é, bom advogado e com uma boa assessoria, aos poucos consegue vencer essas resistências. Já estamos em vias finais de assinar um convênio de recuperação do hospital municipal que deveria ter sido assinado há dois anos.



Isso acontece também na área de infraestrutura. Hoje Coração de Jesus tem sete distritos e quase 3.000km². São mais de 30 povoados - povoados a quase 100km da sede do município. Além disso, tem dificuldades com a seca, a infraestrutura e o transporte. Enfim, ele é o retrato das dificuldades pelas quais passam os municípios mineiros.

Pensava que tudo isso, meu caro Dalmo, eram problemas da nossa região. Se formos também ao Sul de Minas, ao Triângulo e à Zona da Mata, vamos encontrar problemas iguais a esses que atingem a maioria dos municípios mineiros em decorrência dessa crise pela qual estamos passando.

Queria dizer, meu caro Dr. Pedrinho, que é um prazer poder trabalhar para uma administração tão consistente, consciente e preparada como a de V. Exa. Estivemos em algumas secretarias. V. Exa. assinou ontem o programa do Pró-Município, que trará um alívio muito grande na área de pavimentação. Além disso, com o governador Anastasia, assinou recentemente o programa Minas Comunica II, que levará telefone celular a sete distritos de Coração de Jesus.

V. Exa. assinou também o programa Caminhos de Minas, que vai transformar Coração de Jesus no segundo maior entroncamento rodoviário do Norte de Minas, interligando a cidade com duas ligações asfálticas para Montes Claros, cortando todo o interior - Agostinho Patrus conhece bem - de Coração de Jesus, passando pelos Distritos de Lapinha, Mata Verde, Brejão, Brejinho e Fonseca. Foi uma vitória maiúscula. Vai ser ligada a Ibiaí, e há outra ligação para Montes Claros através de São João da Vereda. Isso mostra claramente a disponibilidade e a confiança desse governo para com nossos municípios.

Aproveito para parabenizar o governo de Minas pelos seus programas vitoriosos. Aproveito este momento também para expressar meus aplausos ao grande governador que recentemente deixou o governo de Minas, governador Anastasia, pelo trabalho consciente que realizou, um trabalho correto, honesto, dedicado ao municipalismo. Ele se afastou e, em seu lugar, assumiu Alberto Pinto Coelho, que presidiu esta Casa por longos anos e que goza do prestígio e da consideração da maioria dos parlamentares. Fico muito feliz por encontrarmos esse respaldo no governo de Minas. É um governo que tem as portas abertas, democrático, republicano. Para ele não interessa se o prefeito é do PSDB, do PDT, do PT ou dos vários outros partidos. Vemos que o tratamento é sempre o mesmo, um tratamento de respeito. É um governo que respeita esta Casa, que honra os compromissos que faz com os parlamentares, e isso é muito importante.

Recentemente tivemos em Brasília uma tomada de posição dos deputados federais, do PDT, meu partido, que reclamaram que, das emendas, não se pagou nada aos deputados do PDT. Nada, absolutamente nada. E a promessa vem: vai pagar, agora vai pagar, e não pagou. Ficamos muito à vontade para falar do governo de Minas, falar de Anastasia e de Alberto. Acho que muito mais importantes que a fala dos parlamentares são as ações concretas que existem por aí.

Meus cumprimentos ao prefeito de Coração de Jesus, extensivo a todos os prefeitos que recorrem aos parlamentares, a esta Casa. Com certeza, a gente faz, como dizem no Norte, das tripas coração para ajudar os prefeitos porque são os entes mais legítimos, são eles que estão lá na ponta do sistema, são eles que entendem as dificuldades e é sobre eles que recai a responsabilidade de ajudar os seus municípios.

Quero também, Sr. Presidente, nestes pouco mais de 5 minutos de que disponho, falar sobre um problema muito sério que me foi referido, encaminhado hoje, que diz respeito à segurança pública dos pequenos municípios. Antigamente diziam: se você quer ter tranquilidade, se você quer fugir da violência urbana dos grandes centros, se não quer ser morto dentro de um banco, se não quer ser assassinado nas ruas, se já não suporta conviver em cidades como Belo Horizonte, São Paulo ou Rio de Janeiro, vá para os pequenos municípios, onde há tranquilidade, onde impera a lei da ética, da moral e da família. Mas atualmente não está sendo bem assim, não. Recebi alguns telefonemas de pessoas que residem em São João do Paraíso, que me falaram, quase não acreditei nisso, da onda de violência nesse município. Pela proximidade com a Bahia, deputado Durval, os bandidos cometem crimes e, em pouco mais de 30 minutos, estão em outro Estado, somem, desaparecem nas estradas empoeiradas. Isso tem causado insegurança, uma agonia e desespero muito grandes.

As pessoas estão deixando as suas casas, as suas fazendas, e abandonando as suas terras em busca de segurança para a família. Lá, elas enfrentam problemas de estradas e de educação. Agora parece que a questão da segurança pública tem sido encarada como prioridade.

Vemos que isso tem acontecido em todo o interior de Minas Gerais. Os bandidos estão altamente armados, preparados com armas de grosso calibre, automáticas. Eles vão para as cidades e explodem os caixas eletrônicos dos bancos para levar o dinheiro. Não apenas levam o dinheiro e somem, mas desafiam todo mundo. Há cidades em que os bandidos vão para as praças públicas e disparam tiros de metralhadora em plena praça, num gesto de muita prepotência, de muita confiança. E os policiais militares pouco podem fazer, porque mal têm um revólver de calibre 38 e um carrinho para fazer a segurança normal. Eles não conseguem ir atrás dos bandidos. Se eles forem a campo enfrentar os bandidos, serão sumariamente abatidos, mortos por eles. Os bandidos estão roubando bancos e dando tiros de metralhadora no meio das praças públicas.

Agora estão indo para o interior, para as fazendinhas. Eles engatam o motor, levam o tratorzinho e os equipamentos do cidadão, roubam geladeira, televisores nas pequenas cidades. E o coitado não pode fazer nada. Se ele tiver uma arma, que muitas vezes serve para se defender, uma cartucheira calibre 20, e a polícia pegar essa cartucheira, uma pequena arma obsoleta, velha, que não funciona direito, esse coitado vai preso por crime inafiançável. Ele vai preso porque está portando uma arma que não é registrada. Fica esperando uma reação da polícia, uma segurança que não vem, e a situação está dessa forma.

Tenho acompanhado muito as reuniões da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Os deputados têm debatido muito esse assunto. Recentemente, com o deputado João Leite, estivemos na Serra do Cipó, realizando uma belíssima audiência pública para debater a violência naquele local, onde, há poucos dias, um advogado desta Casa e sua companheira foram mortos. Estivemos lá debatendo o assunto. A comissão tem feito o seu trabalho, mas sempre há reclamações de que o efetivo é pequeno, o armamento é reduzido, e não há nenhuma ação. Além disso, o governo federal não ajuda na segurança pública deste estado. Isso está comprovado. Não adianta construirmos cadeias todos os dias, temos de encontrar uma maneira de novamente fazer de Minas Gerais um estado



seguro e bom de se viver. Acho que a polícia e a sociedade têm de reagir. A política tem de voltar seus olhos para o interior de Minas Gerais, para as pequenas cidades para efetivamente trazer a segurança pública ao nosso povo.

Terminando, presidente, quero convidar os parlamentares a comparecer, no dia 29 próximo, terça-feira, à homenagem pelos 50 anos do Colégio Tiradentes de Montes Claros, um colégio mantido pela Polícia Militar da cidade. Faremos, em Montes Claros, uma belíssima reunião em homenagem ao Colégio Tiradentes. A própria Polícia Militar de Montes Claros, que não se preocupa só com a segurança pública, mas também com a educação, estará presente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Presidente, deputado Ivair Nogueira, deputados e deputadas, queria ter falado ontem da tribuna para comemorar aqui a Inconfidência Mineira, um ato do qual Minas Gerais se orgulha, um evento que fala sobre a independência, sobre a liberdade, sobre algo de que os mineiros têm um orgulho extremo. É um acontecimento nacional, deputado Durval Ângelo, para não dizer internacional. Fazemos questão absoluta dessa comemoração no dia 21 de abril para chamar a atenção do País e até do mundo para aquela luta dos inconfidentes contra uma taxa altíssima de impostos, mas fundamentalmente para uma luta pela independência e pela liberdade. O dia 21 de abril é um orgulho do povo mineiro, e por isso, repito, todo ano Minas Gerais comemora essa data.

Assisti, neste 21 de abril agora, talvez ao ato mais chinfrim já organizado em Minas Gerais, pelo menos de que eu tenha conhecimento. Foi um ato enfraquecido, enfadonho, burocrático e, mais que isso, que apequenou Minas Gerais. Num ato isolado, 65 pessoas foram agraciadas, quase todas escolhidas a dedo pelo PSDB. Houve um aparelhamento enorme para esse ato. Conforme disse o deputado Durval Ângelo, nem todos os 65 agraciados lá compareceram. O orador oficial foi o senador Aécio Neves. Ocorreu uma espécie de lançamento, de novo, de sua campanha em um ato apequenado. A Inconfidência Mineira, que é sempre muito bem comemorada, que significa independência e liberdade, foi um ato de um aparelho de governo e de partido. Ali estavam os tucanos se agraciando, fazendo lançamento de novo da candidatura do senador Aécio Neves, que mora no Rio, mas que no dia 21 esteve em Belo Horizonte, antes da briga, no dia seguinte, no Congresso Nacional, no Senado, em que se mostrou contrário à liberdade na internet, ao marco civil da internet. Ele levou um cartão do senador Lindbergh e saiu de lá nocauteado. Antes disso, já não estava à vontade no dia 21 de abril, que, repito, é um ato nacional e grandioso, do qual o mineiro tem orgulho. É um ato ultrapartidário, extrapartidário, que envolve as pessoas.

Foi realizado aquele ato burocrático. Parecia uma convenção, uma convescote do PSDB. Assim foi o ato do dia 21, uma tristeza para Minas Gerais. É um governo que gosta de falar em meritocracia e que faz aparelho até do ato da Inconfidência, deputado Durval Ângelo. É impressionante. O aparelhamento era tão grande, estava ali a nata do tucanato comemorando entre si e se agraciando com medalhas. O que mais me estranhou foi o fato de que exatamente o povo estava fora desse ato. O povo foi expulso da praça para que os tucanos comemorassem entre si mais um pré-lançamento de uma pré-campanha de um senador que mora no Rio e quer e acha que será presidente da República.

O ato foi transferido para a noite, não podia ser à luz do dia, porque o risco de vaias era grande. Foi completamente fechado. Cinquenta estudantes viram uma brecha e de lá os vaiaram o tempo inteiro. O jornal *O Tempo* publicou. Aliás, o jornal *O Tempo* tem me surpreendido, não está mais cumprindo as regras ditadas pela irmã do senador. *O Tempo* tem publicado as coisas que acontecem, o que é uma grata surpresa para Minas Gerais. O jornal *O Tempo* tem feito aquilo que é a obrigação da imprensa. Cinquenta estudantes vaiaram, durante todo o período, o que lá acontecia, evidentemente escondidos das emissoras, que não podiam acompanhar o que aconteceu.

Mas o povo de Ouro Preto e a população mineira de maneira geral, deputado Durval, estavam de fora, cercados, completamente cercados. Fiquei acompanhando aquilo pela televisão e, evidentemente, a população mineira também. Fiquei abismado ao acompanhar aquilo pela televisão. Vi até o *twitter* do deputado Durval Ângelo dizendo que, quando Pimentel retornar, o povo vai voltar à Praça Tiradentes. Tomara. Além desse aparelhamento, repito, vi lá: orador oficial, senador Aécio Neves. O que há de novo nisso, a não ser projetá-lo? O aparelhamento do ato do Tiradentes virou aparelho tucano.

Fiquei me perguntando: por que ali não poderia estar o povo também? O povo não poderia estar presente num ato desses. Imaginem se os professores fossem a esse ato. O que fariam senão vaiar o governo do Estado? As escolas se encontram um caos, e o governo não quer responder e não quer discutir. O Reinventando o Ensino Médio é um sexto horário em que o governo faz propaganda dizendo que ele é a profissionalização do estudante, mas isso é uma mentira. Ele já está sendo apelidado de Arrebetando com o Ensino Médio. As professoras continuam sem poder se alimentar, e a Lei nº 100 foi desmascarada como a farsa de uma gestão temerária e eleitoreira feita pelo senador no ano de 2007, acuando inclusive a Assembleia Legislativa para a aprovação de algo que se sabia notadamente inconstitucional e que não seria a solução. A solução seria empurrar para frente uma dívida bilionária que o Estado fez e que agora deixa as coitadas das professoras e das auxiliares de serviço sem nenhuma resposta, enganadas que foram pelo governo do Estado. Por isso a educação não poderia estar no ato do Tiradentes, porque a educação não iria comemorar nenhuma Inconfidência Mineira, e sim lamentar o estado em que Minas Gerais se encontra.

Lá não poderiam estar, deputadas e deputados, os eletricitários, que estão sendo demitidos da Cemig. Alguns estão sob trabalho escravo, e a Cemig mente na televisão, como a Aneel muito bem colocou. É claro que os eletricitários não podiam estar lá porque a Cemig, infelizmente, vai, com o governo tucano e com sua gestão, de mal a pior. Se os eletricitários estivessem lá, não seria para comemorar a Inconfidência, mas para vaiar o governo do Estado.

Não poderiam estar lá os trabalhadores da saúde que recebem mal porque Minas Gerais não coloca sequer os 12% do atendimento à saúde - obrigatórios na Constituição - para o povo trabalhador da saúde. Se os trabalhadores da saúde estivessem lá, deputado Durval, não estariam comemorando a Inconfidência, mas estariam lá para vaiar o governo, que deve à saúde cerca de R\$ 8.000.000.000,00, por não implementar os 12%



Não estavam lá os operários, os trabalhadores braçais, porque recebem em Minas Gerais algo que nos Estados do Sul do País e da Região Sudeste já existe, que é um piso maior que o salário mínimo, instituído nos estados. No entanto, aqui o governo se nega a discuti-lo, portanto os operários e as operárias, nossos trabalhadores, não poderiam estar lá.

Não poderiam estar lá os estudantes, que sofrem com escolas de péssima qualidade nesse governo de Minas, que só servem como peças de propaganda publicitária do governo. Não poderiam estar lá os camponeses e as camponesas porque em Minas não há políticas para agricultura familiar e para reforma agrária que possam felicitar esse nosso povo trabalhador da zona rural.

Também não estavam lá camponeses e camponesas. Se estivessem, não seria para comemorar a Inconfidência Mineira, mas para vaiar um governo mineiro que não aplica políticas sociais existentes no Brasil. Minas Gerais não tem, por parte do governo do Estado, o oferecimento dessas políticas públicas, por isso não estava lá o povo. O povo mineiro foi alijado da praça. Assim foi o dia 21.

Com base na ausência do povo, os movimentos sociais estão convocando agora, para o dia 27 de abril - e quero marcar a presença lá e também convidar os deputados populares -, a comemoração da inconfidência popular. Os trabalhadores, professores, estudantes estão sendo chamados pelos sindicatos e associações de moradores, e eles lotarão a câmara municipal, que, aliás, tem um presidente do PSDB que não se curva diante dos ditames do governo do Estado e tem até criticado o tipo de ato feito em Ouro Preto, pois é também contra o povo de Ouro Preto, que estará agora no ato do dia 27. O evento do dia 21, que era apenas para distribuir medalhas - e o povo foi retirado de lá -, será feito agora por nós, no dia 27, para comemorar a verdadeira Inconfidência Mineira.

Minha fala hoje, presidente, é para lamentar o que foi esse 21 de abril, que mostra muito bem o resumo do fim de um governo, que, em vez de trazer o povo mineiro para comemorar sua inconfidência, seus programas sociais, limitou a participação popular a absolutamente nada. Como aqui não há participação popular - e o governo não a incentiva -, só restou ao governo fazer isto: transformar um ato tão simbólico como a Inconfidência Mineira, que representa a luta, a resistência, a liberdade, em um ato burocrático, aparelhado por um partido político, conduzido como se o governo de Estado fosse o comitê eleitoral de um candidato; apequenaram, tornaram minúsculo um ato tão grandioso e tão caro para os mineiros, deputado André Quintão.

Este foi o dia 21 de abril de Ouro Preto de 2014, lamentável. Aquele ato bonito em que víamos a participação popular, com o povo orgulhoso em ver Minas Gerais valorizada, não existe mais.

O ato ainda significou o isolamento do senador Aécio Neves. Eles comemoraram entre eles mesmos uma pré-candidatura, aparelhando o ato do dia 21 de abril. Isso nos mostrou o isolamento. Nem os partidos políticos aliados do governador estavam lá nem pessoas de projeção nacional. Era o PSDB ilhado, apequenado naquela praça, naquele ato. Esse foi o dia 21 de abril em Ouro Preto. Nunca vi um ato tão pequeno como esse. Esse foi o retrato do que aconteceu naquele dia. E só poderia ter acontecido à noite mesmo; não poderia ter sido à luz do dia. Além disso, ninguém teve interesse naquele tipo de aparelhamento ali feito.

Vim aqui para denunciar que um ato dessa grandeza, a Inconfidência Mineira, foi transformado no aparelhamento de um partido de um candidato e apequenado, colocando Minas Gerais isolada do contexto nacional, assim como o governo está isolado do contexto nacional de desenvolvimento e crescimento. Não é à toa que nossos índices são tão ruins: 22º PIB, 2º estado mais endividado, tetracampeão de desmatamento da mata atlântica, um estado que não investe 25% na educação e 12% na saúde, um estado que tem um índice de desenvolvimento humano em crescimento menor que a média nacional e o pior IDH do Sudeste, perdendo agora para o IDH de Goiás. Portanto, Minas Gerais passa a ter dados negativos acumulados devido a uma política isolacionista.

O que parece ser a única propaganda do governo agora, com o Estado falido, quebrado, pois Aécio quebrou realmente Minas, é que o Estado não avança - e agora tiveram de decretar sua falência - porque o governo federal não quer. Sabemos que essa não é a verdade, pois outros estados avançam, outras políticas são implementadas no Brasil como um todo: o Pronatec, o Luz para Todos, o Pronaf, enfim, são políticas de desenvolvimento comemoradas em todo o País, mas, em Minas Gerais, infelizmente, presidente, elas são esquecidas pelo governo, que optou por um isolamento.

E esse isolamento é concluído, observado e nos dá o parâmetro a partir do que foi exposto no dia 21 de abril: um ato aparelhado, empobrecido e apequenado. Assim foi o 21 de abril do PSDB em Minas Gerais, em vez de ter sido o grande ato da Inconfidência Mineira. Tomara que tenha sido o último ato pequenininho, apequenado realizado naquela praça de Ouro Preto; tomara que, daqui para frente, voltemos a ter Minas Gerais como padrão do País e tenhamos a Inconfidência Mineira como um orgulho dos mineiros, e não mais esse tipo de ato de aparelhamento, apequenado, como foi o ato do PSDB e da pré-candidatura do senador Aécio Neves. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. No último dia 21 de abril, além do mencionado ato já descrito pelo deputado Rogério Correia, tivemos um evento da maior importância, o abraço na Serra da Moeda, que reuniu cerca de 10 mil pessoas em defesa e proteção da serra. Esta foi a sua sétima edição. A Serra da Moeda é patrimônio ambiental, cultural, cênico e histórico de todos nós. Participei novamente dessa mobilização da sociedade civil, de entidades ambientalistas, comunidades quilombolas, moradores da região.

Venho a esta tribuna mais uma vez, como sempre, para cobrar a aprovação do Projeto de Lei nº 1.891/2011, de minha autoria, que trata da proteção ambiental das Serras da Moeda e da Calçada. Mais uma vez também historicizo todo o processo que se iniciou com a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição em 2007, tratando do tombamento integral da Serra da Moeda, liderado pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva. Naquela oportunidade, fosse por questões jurídicas, fosse por adequação à legislação vigente ou mesmo em relação ao mérito, esta Casa achou por bem criar uma comissão especial para identificar com mais precisão as áreas a serem protegidas e o instrumento legal mais adequado, que não fosse sujeito a questionamento. Essa comissão especial trabalhou embasada por estudos técnicos, por consultoria, pela equipe técnica desta Assembleia e resolveu apresentar o Projeto de Lei nº 3.407/2009, que tratava da proteção ambiental de uma área que vai de Belo Horizonte a Congonhas, englobando as Serras da Moeda e da Calçada e outras áreas e ampliando exatamente a abrangência da APA Sul, chamada Sinclinal Moeda.

Então, esse projeto de lei foi apresentado em 2009. A sua tramitação foi lenta na Assembleia. Não houve acordo político para a sua votação. Já no início da legislatura, em 2011, a pedido de várias entidades e por convicção própria, desarqueei esse projeto, que



passou, então, a ser o Projeto de Lei nº 1.891/2011, que mantém os pontos mais importantes propostos pela comissão especial quais sejam: estabelece que essa área de quase 50km de recursos hídricos, de patrimônio cultural, de patrimônio histórico, de beleza cênica, de biodiversidade, de potencial para o ecoturismo - denominada Sinclinal Moeda - seja incorporada à área de proteção ambiental - APA Sul; que haja um plano de gestão de recurso hídrico; que haja o disciplinamento do uso e ocupação do solo, especialmente de encostas e áreas submetidas à exploração econômica; que haja regras de proteção de sítios arqueológicos, paleontológicos de proteção cultural; e que, principalmente, enquanto não forem regulamentados tais critérios de ocupação, fique proibida a aprovação e a implantação de novos empreendimentos econômicos, bem como a expansão dos empreendimentos já implantados. Porque não adianta estabelecermos um projeto protetivo se esse projeto não for regulamentado e uma ocupação acelerada ocorrer. Então, o projeto é muito claro. Ele incorpora todo esse patrimônio de importância vital para a RMBH.

Queria aqui particularmente me dirigir aos telespectadores da RMBH, que são abastecidos por águas dessa região. Vejam o que está acontecendo na cidade de São Paulo: o Sistema Cantareira está à beira do racionamento de água. Portanto, estamos preocupados com o curto, mas também com o médio e longo prazos.

Apresentamos esse projeto, que está em tramitação - passou pela Comissão de Constituição e Justiça e foi para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O presidente da Casa, no final do ano passado, convocou um fórum ampliado de instituições para agilizar esse e outros projetos que tratam de propostas convergentes para essa área. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável abriu um prazo para recolhimento de propostas. Estabelecemos uma espécie de cronograma político para que pudéssemos, quem sabe, aprovar esse projeto até o dia 21 de abril. Infelizmente isso não ocorreu.

Estou aqui, imediatamente após participar de mais uma edição do abraço à Serra da Moeda, para cobrar a chegada desse projeto em Plenário. Já havia requerido perda de prazo regimental. Em atenção a esse processo convocado pelo presidente da Assembleia, aguardamos o parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Serei bem claro aqui e objetivo nessa proposta.

Deveremos aprovar o Projeto nº 1.891/2011 na forma como foi apresentado pela comissão especial, mantendo a vedação de expansão e implantação de novos empreendimentos sem a regulamentação do projeto e tratando especificamente de uma área menor onde há o monumento conhecido como Mãe D'Água, que são as nascentes próximas do topo ou da crista da Serra da Moeda. Há um projeto importante do deputado Rogério Correia. Então poderíamos aprovar os dois projetos, o Projeto nº 1.891 e o do deputado Rogério Correia, ou fundir os dois projetos por meio de um substitutivo, a fim de darmos uma resposta desta Casa a milhares de pessoas e entidades que, todos os anos, se deslocam, vão à Serra da Moeda, realizam o abraço simbólico e me perguntam no topo da serra: "E aí, deputado, que dia que vão votar esse projeto?"

Gostaria que as coisas ficassem mais nítidas. Sabemos que a área do Sinclinal Moeda tem interesse mineral. Boa parte da propriedade desses terrenos é das mineradoras. Queremos então que definam a área que vão minerar, a área que terá proteção integral, a área que será destinada a condomínios residenciais, a área onde nascentes serão protegidas e as áreas onde há sítios arqueológicos e comunidades quilombolas. É um jogo claro; ninguém aqui é ingênuo. No momento em que a Assembleia optou por não fazer o tombamento integral, sabíamos do peso da atividade minerária na economia mineira, do peso político e do peso econômico. Da forma como está não interessa nem a essa atividade, que está sujeita a incerteza de regras. Então é melhor estabelecer regras claras sobre o que fazer e onde fazer do que ter essa insegurança. Isso não é capricho de quem tem uma visão ambiental.

Estamos falando de mananciais de água que abastecem a Região Metropolitana. Não queremos que aconteça o que vemos hoje na cidade de São Paulo. Será que o cidadão será privado do acesso à água em Belo Horizonte e na Região Metropolitana em razão do interesse das mineradoras? É disso que estamos tratando. Vamos colocar o projeto em votação para que os interesses fiquem explicitados. Ou se faz um acordo para votar o projeto possível ou se coloca em pauta e se vota o projeto, porque, da forma como está, o desgaste é para toda a Assembleia. Como explicar, deputados, um projeto original que entrou nesta Casa em 2009, tramitou em 2009 e em 2010, foi desarquivado em 2011 e tramitou novamente em 2011, 2012, 2013 e 2014? Ele já está indo para o sexto ano de tramitação. Como explicar isso? Depois a sociedade reclama do Legislativo, e os representantes eleitos ainda reclamam da sociedade que criticou o Legislativo. Por que o Legislativo não assume suas posições? Assumo que prefiro uma lei mais protetiva. Prefiro atividades mais sustentáveis; prefiro que se desenvolvam, nessa região, atividades que protejam as nascentes.

Eu prefiro que a atividade minerária se dê exclusivamente onde não haja nenhum risco à proteção ambiental e às águas. Onde estão aqueles que defendem o contrário e não aparecem? Faço um apelo para que esse Projeto de Lei 1.891/2011 e também o projeto que trata especificamente do Monumento Natural da Mãe D'Água, da serrinha, do topo da serra, sejam colocados em votação imediatamente nesta Casa, sob pena de carregarmos um desgaste generalizado pela falta de agilidade e decisão política na votação deles.

Então fica aqui o apelo para que coloquemos o Projeto de Lei 1.891/2011 em votação. E aqueles que querem defender a água para a Região Metropolitana votem a favor dele. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, público presente, quero saudar de forma muito especial todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais. Hoje venho aqui falar para a nossa região do Norte do Estado de Minas Gerais e tratar de vários assuntos. Vou começar com as boas notícias.

Recebemos hoje um telefonema do Ministério do Planejamento nos informando que a nota técnica enviada pelo Dnocs para inclusão da Barragem de Berizal no PAC foi aprovada. A Barragem de Berizal é uma das principais obras de infraestrutura hídrica para o Norte do Estado, para a região do Alto Rio Pardo, a fim de garantir o abastecimento de água a Taiobeiras, São João do Paraíso, Rio Pardo de Minas, Indaiabira, Ninheira, Curral de Dentro, Berizal, a todas aquelas cidades da região. Além do mais, vai perenizar o Rio Pardo, um dos mais importantes da região.

O governo federal vai investir nessa obra R\$251.000.000,00. É uma obra de fundamental importância, iniciada há quase 20 anos, no governo anterior, e embargada pelos órgãos ambientais de Minas Gerais. Depois de uma batalha de projetos, de uma luta incansável

não só deste parlamentar, mas de muitas pessoas do Norte de Minas, estamos vencendo, e essa obra tão importante para Taiobeiras e região vai voltar no PAC 3. Se Deus quiser, em breve, o Dnocs estará licitando a continuação das obras da Barragem de Berizal.

Outra boa notícia, deputado Elismar Prado: o Dnit mandou publicar hoje - sairá no *Diário Oficial da União* de amanhã - o novo edital de licitação do trecho da BR-135, que liga Monte Rei a Montalvânia. Foi uma obra liberada em 2010, que recebeu mais de R\$100.000.000,00 em investimentos, o que permitiu a conclusão do trecho de Manga a Monte Rei, de Montalvânia até a divisa com a Bahia. E a empresa que ganhou a licitação desse trecho de 18km àquela época abandonou a obra. Com isso, perdemos quatro anos.

Tivemos de refazer os estudos e os projetos. Agora, já com tudo aprovado, o Dnit lança hoje este edital de licitação da BR-135, do trecho que vai de Monte Rei a Montalvânia, que, sem dúvida, irá trazer muitas alegrias a todo o Norte de Minas Gerais.

Lembro também que, no dia 28 de março deste ano, foi licitada a empresa que está fazendo o projeto executivo do trecho de Manga a Itacarambi. Já há a vencedora. A empresa que está fazendo a restauração desse trecho já está em campo com as máquinas, ou seja, a estrada já está sendo recuperada. Ficou cerca de seis meses sem recuperação, numa situação muito crítica, mas as máquinas já estão recuperando o trecho de Itacarambi a Manga e já foi recuperado o trecho de Monte Rei a Montalvânia, por onde passei neste final de semana.

Agradeço à presidenta Dilma Rouseff, que tem olhado para o Norte de Minas de uma forma diferenciada. O governo da nossa presidenta tem ajudado muito o Norte de Minas não apenas na área de infraestrutura, mas também todas as outras, como ocorre na saúde. Todas as cidades do Norte de Minas receberam médicos do programa Mais Médicos. Hoje recebemos mais uma médica do programa na cidade de Manga. Foram seis em Januária e vários para Porteirinha, Icarai de Minas e São João das Missões. Todos os municípios da região foram contemplados com o programa Mais Médicos. Era um problema, deputado Elismar Prado, conseguir médico para atender o Norte de Minas e o Jequitinhonha. Então, parabênizo o ex-ministro Padilha, a presidenta Dilma, o nosso secretário executivo do Ministério da Saúde, Helvécio, que, juntos, implementaram esse programa que veio levar um alento às cidades do sertão, pois era difícil conseguir médicos para atender às comunidades rurais e às periferias das capitais.

Hoje temos mais notícias boas. Não estamos falando apenas da volta de Berizal para o PAC e da licitação da BR-135. Agradeço também à presidenta Dilma a retirada do papel da nossa tão sonhada barragem de Jequitai, que já está em obras. É um projeto que vai gerar mais de 20 mil empregos, beneficiando várias cidades, como Jequitai, Claro dos Poções, Lagoa dos Patos, Pirapora, enfim, toda aquela região. Portanto, agradeço, de coração, à presidenta Dilma. A obra, em Jequitai, quando estiver pronta, vai consumir mais de R\$500.000.000,00. É um grande investimento do governo federal para o Norte de Minas. Não é apenas a barragem de Jequitai. Já está também em processo de licitação a nossa tão sonhada barragem de Congonhas, que vai garantir o abastecimento de água para Montes Claros nos próximos 100 anos. O Dnocs vai lançar o edital de licitação dessa obra. Ele já está na fase final, e a obra já está garantida no PAC, com investimentos de mais de R\$300.000.000,00.

Além disso, a presidenta Dilma liberou para a cidade de Montes Claros R\$90.000.000,00 do PAC para a modernização do sistema de abastecimento da cidade. Por isso agradeço a ela o atendimento do nosso pedido referente a essas obras importantes para a região, como as barragens de Berizal, de Jequitai, de Congonhas, bem como o investimento na melhoria do sistema de água de Montes Claros. Mais que isso, agradeço à presidenta Dilma a liberação de mais de R\$500.000.000,00, nos últimos quatro anos, para o combate aos efeitos da seca.

Quero aqui dizer que a presidenta Dilma, ao liberar mais de R\$500.000.000,00 para as obras de abastecimento de água no Norte de Minas, no Jequitinhonha, fez um convênio com o governo do Estado. A parte que ficou com o Dnocs e com a Codevasf está praticamente pronta, mas a grande parte, com mais de R\$350.000.000,00 repassados à Sedvan, está andando a passo de tartaruga.

Por isso peço que o Ministério da Integração Nacional tome providências e cobre resultado do governo de Minas, que se sentou em cima do dinheiro. As obras não andam. As cisternas não estão chegando ao Jequitinhonha. Os poços artesanais não estão chegando ao Jequitinhonha e ao Norte de Minas. As barraginhas estão paralisadas, sendo que o dinheiro está na conta do Estado desde 2011. Quero acreditar que o novo secretário que foi nomeado e que está assumindo a Sedvan possa agilizar. O secretário que esteve lá, nosso colega Gil Pereira, nesses quatro anos, deixou a desejar nesse quesito. Conseguiu que os recursos fossem tirados do Dnocs, tirados da Codevasf para a Sedvan com o argumento de que o Estado era mais ágil, mas isso foi conversa fiada. O Estado não foi ágil, as obras estão paralisadas, estão a passos de tartaruga. Portanto, vimos aqui cobrar.

Além disso, quero agradecer à presidenta Dilma a liberação de R\$83.000.000,00 para os Projetos Jaíba e Gortuba, R\$33.000.000,00 para fazer as estradas do Jaíba, asfaltar suas principais estradas, fazer pontes e melhorar o escoamento da produção do maior projeto de irrigação da América Latina. Também quero agradecer a ela a liberação de R\$50.000.000,00 para o Projeto Gortuba, que está sendo todo modernizado, estão trocando toda a sua tubulação. Esse projeto dá sustentação a Nova Porteirinha e Janaúba.

Por fim, quero agradecer à presidenta Dilma os mais de R\$800.000.000,00 liberados para Minas Gerais. Muitos desses recursos foram colocados na Copasa para fazer rede de esgoto e estação de tratamento em todas as cidades da calha do Rio São Francisco. Afirmo aqui que todas as cidades da calha do Rio São Francisco receberam do governo federal recursos para fazer rede de esgoto e estação de tratamento. Foram quase R\$800.000.000,00. Muitos recursos estão mudando a cara das nossas cidades. Minha cidade natal, Manga, recebeu quase R\$16.000.000,00, e já estamos com 70% das obras de rede de esgoto concluídas. Quero agradecer à presidenta Dilma esses recursos, o programa Mais Médicos e o programa Samu, no qual toda frota no Norte de Minas foi trocada. Chegaram lá 40 novas ambulâncias no final do ano passado, e hoje a região possui uma nova frota de Samu. Isso foi graças à presidenta Dilma, que atende e que está fazendo um belíssimo trabalho no Norte de Minas.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, deputado Paulo Guedes. Parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento. Na mesma direção e tão essencial quanto as informações que V. Exa. nos traz, tenho também uma informação muito importante. Há muitas indagações de consumidores de todo o Estado e também muita indignação em relação ao aumento abusivo que houve nas tarifas de energia elétrica. Eu, juntamente com o deputado Weliton Prado, acionamos tanto a Procuradoria-Geral da República como o Ministério Público Estadual através de uma representação para contestar esse abuso que houve no processo de reajuste nas tarifas



cobradas pela Cemig. Houve falta de transparência, pois os dados utilizados nas planilhas para apresentar os custos que justificam esse aumento não foram apresentados. Houve propaganda enganosa com o dinheiro do povo. O aumento da Cemig foi solicitado por ela, que apresentou um processo à diretoria da Aneel. Este ano a Cemig foi realmente muito abusiva e muito ousada. Ela pediu quase 30% de aumento. Esse foi o pedido que a Cemig fez à diretoria da Aneel em Brasília. A Aneel aprovou 14% de reajuste para os consumidores residenciais. Infelizmente, houve esse aumento, que foi a metade do que a Cemig pediu, mas foi o maior desde 2005 e muito acima da inflação.

Então, fizemos representação junto ao Ministério Público e à Procuradoria-Geral da República, questionando, inclusive, um ponto muito importante, deputado Paulo Guedes: a Cemig justifica que tiveram de solicitar o aumento pelo fato de ter sido obrigada a acionar as termoeletricas, cujo custo é muito maior, devido à estiagem e a falta de chuvas.

Mas aí é que está o grande problema, porque o governo federal anunciou, em fevereiro, um aporte de recurso de até R\$5.000.000.000,00, que serão repassados às distribuidoras de energia elétrica de todo o Brasil para evitar que os custos com as termoeletricas recaiam sobre os consumidores. Apesar de a Cemig também receber esse aporte, ela repassa o custo para o consumidor - abusivo - de um serviço essencial à nossa população. Sem dizer que ela pode contribuir com a redução das tarifas de energia elétrica reduzindo o ICMS que incide sobre a energia elétrica - o mais caro do Brasil, cobrado pelo governo de Minas Gerais, pela Cemig. É um abuso. Ingressamos na Justiça e esperamos que se faça justiça com nossos consumidores, porque é um grande abuso.

O deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, deputado Weliton Prado, ou melhor, Elismar Prado, o Weliton Prado está em Brasília.

Eu quero finalizar, Sr. Presidente, concordando com o deputado Elismar Prado. É um absurdo. Não só eu fiquei indignado com aquele comercial da Cemig, mas acho que toda a população mineira. É um comercial irresponsável, em que contratam um artista global para mentir para a população mineira de forma descarada, dizendo que os 14% de aumento que a Cemig está colocando nas contas foi determinação do governo federal, quando a Cemig pediu a Aneel um aumento de quase 30%, ou melhor, de 29,75%. É dessa forma que o Aécio quer chegar ao Brasil, mentindo. Quebrou Minas Gerais, moeu as contas do Estado, dominou tudo aqui - tribunal faz de conta, tribunais fazem de conta, ministério público faz de conta, assembleia faz de conta. E aí, o que acontece? Vem mentir para a população, com propagandas e mais propagandas.

Quero parabenizar o deputado Elismar Prado por trazer esse tema aqui. Graças a Deus a Aneel agiu rapidamente, colocando um comercial desmentindo e desmascarando mais uma farsa montada pelo senador Aécio Neves. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/4/2014, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando José de Moura da Fonseca Reis para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Reinaldo Kalil para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 22/4/2014, Rodrigo Campos Moreira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/4/2014, na pág. 24, onde se lê:

“para debater o sistema de abastecimento de água nos núcleos desse projeto”, leia-se:

“para debater o sistema de abastecimento de água, a precariedade do serviço de segurança pública e o aumento da criminalidade no Município de Jaíba, em especial nos núcleos do Projeto Jaíba.”.